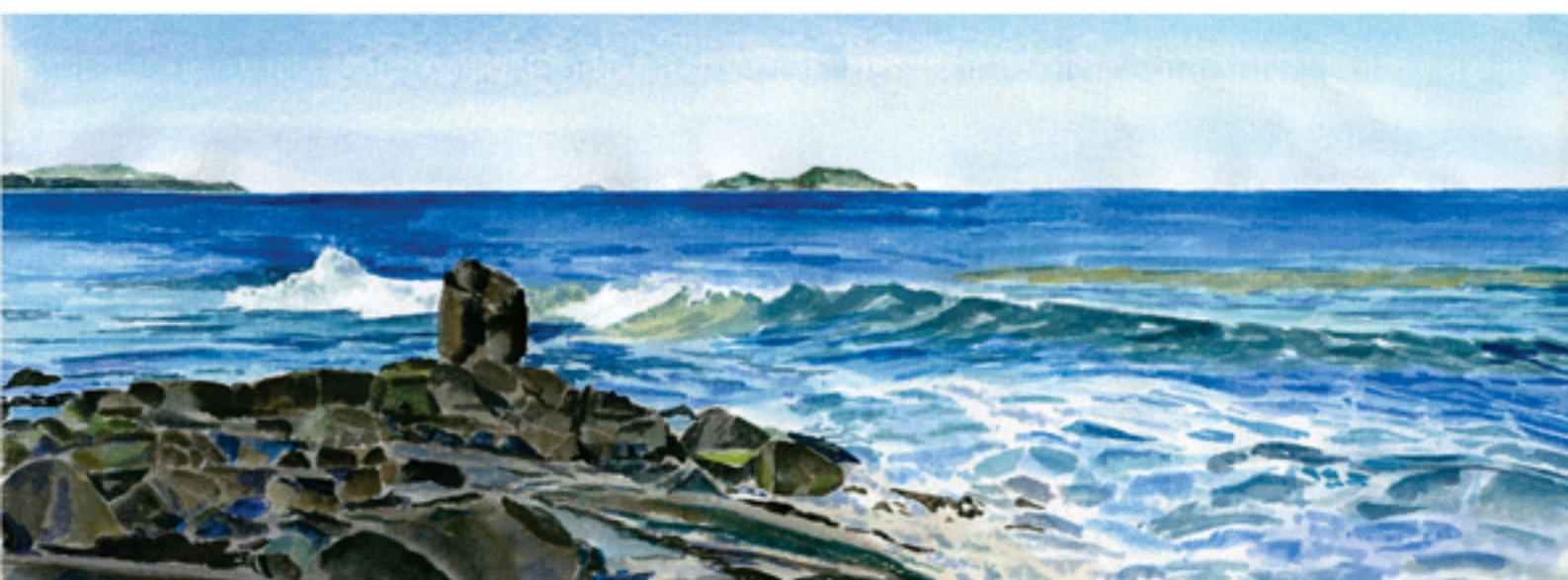




SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V.11 n. 2, 2017

ISSN 1984-3968



Edição em memória de Derlei Catarina de Luca

A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na seção Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina. As publicações destes diferentes trabalhos visam à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre o Estado catarinense.

Sobre a capa:

Aquarelas sobre papel retratando (de cima para baixo) a Praia da Lagoinha do Norte, a Praia do Morro das Pedras e a Praia do Forte, todas em Florianópolis. As obras fazem parte do livro de aquarelas *Floripa, sua Linda!*, de Maria Gabriela Cherem Luft, onde apresenta aproximadamente 400 aquarelas da nossa cidade, entre fortalezas, igrejas, praias, casario e monumentos. Entremeados com mapas e referências históricas, delineando e resgatando vestígios culturais e naturais de Florianópolis. O livro tem previsão de lançamento para março de 2018 no aniversário da cidade.

Maria Gabriela Cherem Luft é natural de Florianópolis, formou-se em Arquitetura e Urbanismo e, em seguida, especializou-se em Artes Visuais. Fez um Master em *Exhibit Design* em Florença, na Itália. Já participou de exposições coletivas e individuais no Brasil, em Portugal e na Itália. Em 2016, em Florença, publicou o livro de aquarelas *Mia Firenze: un giro per Firenze attraverso le sensazioni*. Atualmente, o seu trabalho se concentra na relação com a paisagem, urbana e natural, buscando os aspectos emocionais e perceptivos ligados aos espaços e lugares onde vive, experimenta e é experimentada pelas sensações. Contato: gabrielaluft@gmail.com Fone: (48) 9 9989- 8003.

Correspondência

Revista Santa Catarina em História
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Trindade
CEP 88040-970 Florianópolis-SC, Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Josiély Koerich, Luciana Gransotto, Tamy Amorim

4-6

ESTUDOS

Colonização e leis de terras: Abordagem inicial ao caso judicial nº 2189 em Pouso Redondo
(1850 - 1950)

Everson Felipe Adão

8-18

O advento da República e a “desmonarquização” na capital catarinense (1889-1898)

Luiz Felipe Florentino

19-30

“O engenho nunca parou”: permanências culturais nos engenhos de farinha – o exemplo do
Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, da cidade de Garopaba

Karina Amorim Vieira

31-41

O “ditador desaparecido”: a morte de Josef Stalin nas páginas do jornal A Notícia (Joinville,
1953)

José Carlos Marujo

42-52

A Revolução chegou aqui? As notícias de jornais em Florianópolis sobre o estabelecimento
da República Popular da China em 1949

Andre Valente Maia

53-63

Confrontos Periódicos: Os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro
durante o Governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884)

Guilherme da Conceição de Lima



64-76

Na Comissão e para a Comissão: a participação de três mulheres catarinenses na Comissão
Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright

Thais Machado

77-94

DOCUMENTOS

Entrevista transcrita de Henrique Wolland, o Alemãozinho do Contestado

Transcrição Rafael José Nogueira

96-105

IN MEMORIAM

Derlei Catarina de Luca: “Poderia ter uma vida simples, como professora, mas não era esse o
meu destino...”

Samira Peruchi Moretto

107-110



Editorial

Fernanda Arno

Josiély Koerich

Luciana Gransotto

Tamy Amorim da Silva

A **Revista Santa Catarina em História** procura dar continuidade à proposta de inserção de trabalhos de acadêmicas/os da disciplina de História de Santa Catarina, ministrada nos cursos de História e Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com enfoques e abordagens diversas, esta edição, composta por sete estudos e uma entrevista, dá visibilidade a temáticas referentes ao século XIX até o presente, partindo de diferentes fontes históricas. Além disso, contamos com o texto da Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto, em homenagem à Derlei Catarina de Luca, militante catarinense, símbolo de resistência à ditadura civil-militar de 1964, que faleceu no final de 2017 e a quem dedicamos esse número da revista.

Na sessão **Estudos**, o primeiro trabalho é de Everson Felipe Adão, intitulado “Colonização e leis de terras: Abordagem inicial ao caso judicial nº 2189 em Pouso Redondo (1850 - 1950)”, e tem por objetivo apresentar a Ação de Usucapião proposta pelos primeiros colonos habitantes da região de Pouso Redondo, Santa Catarina, no Século XIX. Procurando expor o que chama de “história judicial” da região, o autor intenta, para além da exaltação e do “mito do pioneirismo”, dar visibilidade para algumas das páginas que não foram contadas pela “história oficial”, escrita pelas instituições e agentes do Estado.

Já o trabalho “O advento da República e a “desmonarquização” na capital catarinense (1889-1898)”, de Luiz Felipe Florentino, busca analisar o processo de “desmonarquização” que a capital catarinense sofreu entre os anos de 1889 e 1898, e que teve, inclusive, influências da Revolução Federalista. No texto, o autor considera ainda as estratégias propostas pela elite republicana local com a finalidade de atribuir legitimidade ao seu próprio “local social” e seus mandos recentemente alcançados.

Karina de Amorim Vieira, em seu estudo ““O engenho nunca parou’: permanências culturais nos engenhos de farinha – o exemplo do Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, da cidade de Garopaba”, aborda a “continuidade” da produção e da cultura no engenho acima citado, através da produção familiar. Utilizando-se do método de história oral, o trabalho



investiga o porquê deste engenho continuar funcionando há mais de 70 anos, evidenciando a ‘permanência’ e importância de práticas culturais locais.

O estudo de José Carlos Marujo, intitulado “O ‘ditador desaparecido’: a morte de Josef Stalin nas páginas do jornal *A Notícia* (Joinville, 1953)” procura delinear e explorar os discursos sobre a morte do líder soviético Josef Stalin (1878-1953) nesse periódico, em março de 1953. Ademais, o texto procura expor algumas das expectativas para o futuro da União Soviética expressas pelo editorial do jornal, partindo de suas diretrizes político-partidárias e do fenômeno anticomunista do período.

Nesta mesma temática, o estudo de André Valente Maia, intitulado “A Revolução chegou aqui? As notícias de jornais em Florianópolis sobre o estabelecimento da República Popular da China em 1949”, investiga as notícias sobre a constituição da República Popular da China nos periódicos *O Estado* e *A Gazeta* publicados na capital catarinense, no ano de 1949, analisando o que ganhava destaque e o que era silenciado nestas notícias. Dessa forma, o autor procura entender como os jornais influenciavam a formação de opinião sobre o assunto neste período em que o movimento anticomunista ganhava notoriedade na luta ideológica da Guerra Fria.

Guilherme da Conceição de Lima também apresenta um estudo que utiliza como fonte principal os periódicos. O texto intitulado “Confrontos Periódicos: Os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro durante o Governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884)”, aborda o contexto da sociedade de Desterro, hoje Florianópolis, em meio às disputas políticas entre o partido Liberal e o Conservador, durante o governo do presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa Júnior, no período de 29 de agosto de 1883 até 9 de setembro de 1884, através da imprensa.

Em “Na Comissão e para a Comissão: a participação de três mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright”, Thais Machado explora os depoimentos dados pelas catarinenses Derlei Catarina de Luca, Marlene de Souza Soccas e Marize Lippel para a Comissão Estadual da Verdade, na sessão destinada às mulheres. Além desses depoimentos, a autora utiliza ainda entrevistas, entre outras fontes, procurando analisar as relações de gênero que permearam as atuações políticas e as prisões dessas três mulheres catarinenses durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Inaugurando a sessão **Documentos**, Rafael José Nogueira transcreve a entrevista de Henrique Wolland, chamado de o “Alemãozinho do Contestado”. A entrevista originalmente se encontra na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, no jornal *O Imparcial*, datado de 24



de maio de 1915. Alemãozinho participou da Guerra do Contestado (1912-1916) primeiramente ao lado dos camponeses e, depois, auxiliando as forças federais comandadas por Setembrino de Carvalho com informações importantes sobre os caboclos. A entrevista propicia um maior conhecimento sobre este importante momento da história catarinense, sendo contado a partir de alguém que o viveu, e pode ser utilizada como fonte para futuros trabalhos ou atividades em sala de aula.

Em mais uma edição, a **Revista Santa Catarina em História** convida a todas e todos a conhecer trabalhos que contribuem para novos olhares em relação à história catarinense. Análises de fontes históricas diversas, partindo de diferentes percepções sobre variadas temáticas, ampliando e aprofundando a história sobre nosso Estado. Desejamos a todas e todos uma boa leitura.

As editoras.



ESTUDOS

Colonização e leis de terras: Abordagem inicial ao caso judicial nº 2189 em Pouso Redondo (1850 - 1950)

Everson Felipe Adão¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar a Ação de Usucapião proposta pelos primeiros moradores colonos habitantes da região de Pouso Redondo, Santa Catarina no Século XIX. Utilizando da mesma, para expor a “história judicial” da região, quando do início de seu processo de colonização. O artigo também utiliza de análise da Lei de Terras de 1850 e do contexto histórico anterior ao início da colonização da região.

Palavras-chave: Pouso Redondo; Colonização; Pioneirismo; Lei de Terras.

Abstract: The present article aims to present an Usucapião Action proposed by the first settlers living in the region of Pouso Redondo, Santa Catarina in the 19th Century. Using it, to expose a "judicial history" of the region, when to begin the process of colonization. The article also uses the Land Law exam of 1850 and the historical context prior to the beginning of the colonization of the region.

Keywords: Pouso Redondo; Colonization; Pioneering; Land Law.

“O grande Pioneiro - Augusto Peters”²

Assim é intitulado o tópico no segundo capítulo da obra “Pouso Redondo: nossa história, nossa Gente” de Evacir Cristofolini, onde o autor - debatendo sobre o contexto da imigração de alemães para o Sul do Brasil no século XIX - apresenta uma breve biografia de Augusto Peters, um jovem alemão que rumou com sua família para o Brasil em busca de uma vida melhor.

Como conta a obra, Augusto Peters chegou ao Brasil, acompanhado de seus pais e dois irmãos no ano de 1854. Procedente da Alemanha, juntamente com sua família, rumou para se estabelecer na, então recém fundada, colônia Blumenau. Emília Huche - seu nome antes de se casar com o Peters e adotar o sobrenome daquele - era igualmente uma imigrante vinda das terras germânicas³.

Os Peters permanecem na história de Pouso Redondo como “os pioneiros”⁴, a primeira família, que a mando de Hermann Blumenau, construiu uma residência na localidade, se

1 Graduando em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: eveflp.ef@gmail.com

2 CRISTOFOLINI, Evacir Renato. Pouso Redondo: nossa história, nossa gente. Pouso Redondo: Nova Era. 2000, p. 38.

3 O conteúdo biográfico dos Peters é fruto do relato dos netos do casal, Carlos, Osvaldo e Ari Peters, presentes em CRISTOFOLINI, 2000, p.38.

4 No site da prefeitura de Pouso Redondo, ao se relatar a história da cidade, Augusto Peters é apresentado como “o pioneiro Alemão” que havia sido enviado por Hermann Blumenau para aquela localidade. Enquanto que, em Cristofolini (2000, p.38), Augusto Peters é ilustrado como “o grande pioneiro alemão”, personagem de um



adaptou ao território, soube conviver com a presença indígena na região - que com o passar dos anos foi-se esvaindo devido à opressão do processo civilizatório -, cultivou sua roça e prosperou. Essa “exaltação do papel dos pioneiros” é recorrente na literatura regional das áreas de colonização no sul do Brasil⁵.

Para além do “mito do pioneirismo” existem aspectos que não constam na história oficial. A história judicial do casal de “pioneiros” Peters é parte integrante das páginas que foram excluídas da história oficial contada pelas instituições e agentes do Estado que propagam somente a imagem do pioneiro alemão incumbido de uma missão.

Buscou-se expor neste artigo uma ampliação da ótica, em relação á estrutura narrativa que tende a exaltar a imagem de determinados personagens de maneira seletiva, de modo que passa a excluir, ou desconsiderar os demais agentes históricos envolvidos. Através da explanação inicial sobre o caso judicial movido por Augusto e Emília Peters, que mesmo possuindo esse epíteto de pioneirismo, foram influenciados de forma direta pela dinâmica de desenvolvimento de seu momento histórico - através das mudanças sociais - e por instituição de governos e leis num cenário intercontinental.

Propomos que, o modelo de colonização inicial previa a instalação de pequenos grupos familiares nas terras arrendadas junto ao governo provincial ou através das empresas colonizadoras. Esses lotes de terras eram configurados em pequenas propriedades rurais para garantir o cultivo diversificado de gêneros e animais, porém, deveria ser suficientemente pequeno para que pudesse ser cultivado pelo núcleo familiar.

Esse modelo foi idealizado - e gerido - pelo Governo Imperial. As leis estabeleceram seus parâmetros e sua dinâmica, as pequenas propriedades eram uma opção para a diversificação da produção - não contemplada nos latifúndios - e para o abastecimento de mão de obra para o mercado de trabalho.

Apelação cível

contexto imigratório intercontinental. Nesta versão, Augusto é contratado por Hermann Blumenau, que “lhe confia a responsabilidade” de uma linha telegráfica. E a decisão de mudar de Blumenau para Pouso Redondo havia sido uma opção que, pela localização, lhe facilitaria a função para a qual havia sido contratado.

5 KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil imperial: Vol. III - 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



No ano de 1941, era protocolada a Apelação Cível de nº 2189 na comarca de Rio do Sul, tendo como suplicantes da ação Augusto Peters e Emília Peters, e como suplicados: Max Buchels, Paulo Nicolatti e a Companhia Salinger S.A..

As partes que propunham a ação solicitavam “a transcrição do domínio de um terreno conhecido com o nome de Sítio dos Peters”⁶. Alegavam possuir há mais de sessenta anos o dito terreno situado à margem esquerda do rio Pombinhas no então distrito de Pouso Redondo, desde quando a localidade era conhecida como São Bonifácio do Pinhal. Alegavam também que a posse era “sem interrupção” e que as terras sempre foram ocupadas em toda sua extensão, “fazendo nelas roças, plantações, edificações, cercas, benfeitorias, construindo estradas e caminhos e explorando a indústria pastoril para o que fizeram grandes pastagens”. Como fundamentos, alegavam que foram os primeiros moradores da localidade, “quando ainda era sertão bruto” povoado apenas “por selvagens com os quais, por muitos anos lutaram tentando civilizá-los”⁷.

A ação de usucapião solicitada pelos Peters foi contestada em juízo, através de uma carta precatória de origem na comarca de Blumenau, em nome da empresa Companhia Salinger S.A.. As terras da empresa faziam divisa com parte das terras dos Peters, principalmente as do lado direito do rio Pombinhas.

Alegações Preliminares

Na argumentação preliminar de contestação, a Companhia Salinger S.A. solicitava a anulação plena do direito (usucapião), alegando que: os “autores nunca ocuparam as terras sobre que hoje requerem o usucapião”; “os autores não têm capacidade de estar em juízo” por motivo de “doença mental”; pois não seria verdade que os autores residiam na localidade desde a década de 1880, pois até 1893 seria de conhecimento público que os Peters residiam na localidade da Itoupava Seca, em Blumenau; que somente em 1892 havia requerido a posse (legal) das terras junto ao Estado. Afirmavam que, “até 1918, não houve ocupação de quem quer que fosse, em terras sítias à margem esquerda do rio Pombinhas”, e que ali ainda se tinha “mata virgem”⁸.

A argumentação é longa e expõe diversos fatos e datas, mas a principal alegação *de méritis* da contestação é evidenciada no 19º parágrafo, que afirma que mesmo se as alegações

6 BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível nº 2189.

7 Idem. 1941, p.02.

8 BRASIL, 1941, p.73.



dos suplicantes fossem verdadeiras, ainda não haveria o direito à usucapião, pelos motivos de: [a] a contagem do prazo teria início na vigência da lei anterior (Lei de Terras de 1850) e por ela seria regulada, sendo que na dita lei “não havia usucapião, sem boa fé”, [b] “os autores não tinha boa fé”, e o fato de requererem ao Estado era prova disso, também era “vedada a aquisição de terras devolutas, a não ser por compra”, conforme lei de 1850⁹.

A colonização como alternativa à escravidão

No século XIX, o Brasil foi diretamente afetado por políticas internacionais que visavam a abolição do tráfico de pessoas e do sistema de trabalho escravo. Durante grande parte do período colonial a economia baseou-se no modelo agrário-exportador. Tendo um modelo de ocupação territorial direcionado para a posse e cultivo das terras, com fins de estimular a produção agrícola das “*plantations*: grandes unidades que se especializavam apenas na monocultura, cujo destino era o mercado exterior, notadamente o europeu”¹⁰.

Somado ao modelo agrário da economia, vigorava o método de trabalho baseado na mão de obra escrava, tornando assim, o Brasil, um dos principais destinos de pessoas escravizadas que eram capturadas e vendidas no continente africano. A escravidão, e todos os seus aspectos perduraram no Brasil por mais de três séculos. Esse modelo de exploração do trabalho tendo seu fim decretado de maneira gradual ao longo do século XIX - através das constantes insurgências dos grupos cativos, da nova estrutura econômica capitalista mundial que se desenvolvia e a constante pressão inglesa em prol da supressão do sistema - fez com que a ocupação do território e o abastecimento de mão de obra passassem então a depender da imigração de pessoas.

Diferentemente do processo de captura e tráfico de pessoas que perdurou por séculos no cenário mundial, afetando de forma negativa principalmente as populações do continente africano, a imigração ocorrida na Europa no século XIX era condicionada pelos diferentes processos de transformação ao qual estavam submetidas determinadas regiões: “industrialização e a conseqüente proletarização de boa parcela da população; a crise agrária e dificuldade de reprodução da família camponesa; os desdobramentos das revoluções liberais; guerras diversas, etc”. A família de Augusto Peters não representa caso isolado de pessoas

9 Idem, p.74.

10 CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a lei de 1831. Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.95.



que deixaram sua terra natal de forma não compulsória, “ao longo do século XIX, milhões de europeus deixaram a Europa”, esse êxodo esteve diretamente ligado a “fatores de expulsão”¹¹.

Além da impossibilidade de manutenção da escravidão, o governo imperial viu-se diante de uma realidade onde grande parte da população era constituída por africanos e seus descendentes, ou mestiços, o que despertava a preocupação de contenção de um domínio por parte desses grupos étnicos aliado à vasta extensão de territórios que ainda eram ocupados por grupos indígenas. Sendo assim, “desenvolvia-se a ideia de que com os imigrantes seria possível uma transformação social” na população brasileira, e que, para isto, “a raça branca europeia deveria ter hegemonia, dada sua suposta superioridade”¹².

Leis e terras

Em 1834, o Governo Imperial decretou em nova lei¹³ estabelecida, que as províncias (através das Assembleias Provinciais) ficavam encarregadas pelas custas do processo de imigração de estrangeiros, o que também permitia a “colonização através de companhias colonizadoras ou de empresas particulares, nacionais ou estrangeiras”¹⁴.

No século XIX, havia grandes porções de terras estabelecidas em posse dos grandes fazendeiros, mas estes, via de regra, não se ocuparam em habitar as terras interioranas, principalmente devido ao interesse exportador desse grupo - bem como a total falta de infraestrutura nessas regiões mais longínquas somados à grande presença de povos indígenas que habitavam as terras - essa classe se mantinha estabelecida mais próximo às regiões litorâneas. Essa “falta de população” no interior do território era vista pelo Império como “vazios demográficos”.

A colonização por povos vindos de diferentes partes da Europa foi ação recorrente principalmente no Sul do Brasil. Com essa nova abertura para a colonização privada, têm-se novos problemas a serem resolvidos, quais seriam as terras realmente disponíveis para a colonização, e como o Governo Imperial geriria a distribuição das terras.

11 KLUG, 2009, p.202.

12 KLUG, op.cit.p. 227.

13 BRASIL. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm Acesso em 24 de setembro de 2017. Em 1834, o Governo Imperial decretou a lei nº 16 de 12 de agosto que dispunha sobre as responsabilidades das Assembleias Legislativas Provinciais. O dito decreto estipulava os ritos de constituição das assembleias, número de componentes, as prerrogativas legais, as competências e a relação com os demais cargos e autoridades provinciais e imperiais.

14 KLUG, 2009, p.204.



Até o ano de 1822, a tentativa de controle sobre a posse de terras foi regulada pelos títulos de sesmarias concedidos diretamente pela Coroa ou pelos Governadores provinciais, com a suspensão da emissão de novos títulos, através da resolução nº 76 de julho de 1822, entre 1822 e 1850, “há um vácuo legislativo” no que se refere ao sistema de controle sobre a posse e concessão de terras¹⁵. Somente em 1850, buscando obter maior controle sob suas posses, o Governo Imperial sancionou a Lei nº 601, que dispunha sobre as terras devolutas, sesmaria, posses e colonização¹⁶.

A Lei de Terras de 1850, em seu primeiro artigo, declarava que estariam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra, com exceção para as terras “situadas nos limites do império com países estrangeiros”, que neste caso poderiam ser concedidas gratuitamente. Ela também estipulava multa, despejo, e até prisão para os que ocupassem indevidamente terras devolutas. Já no artigo terceiro, a lei se detinha em especificar quais eram as terras devolutas. Divididos em quatro parágrafos, as terras devolutas eram especificadas como; [1] que não estavam aplicadas em “nenhum uso público, nacional, provincial ou municipal; [2] que não estavam registradas em domínio particular (sesmarias ou concessões); [3] as concessões em “commisso” que poderiam ser revalidadas; [4] as de posse particular, sem registro, mas que passariam a ser validadas por meio da própria lei. Para Machado, esse processo se dava, pois:

o Estado não tinha condições de definir, com clareza, a localização de terras públicas, que poderiam ainda ser distribuídas. E as terras possuídas tinham uma titulação precária, ou eram já posses, sem qualquer titulação. Em setembro de 1850 a primeira Lei de Terras procurou disciplinar esta questão. A partir daquela data só seria válida a aquisição de terras públicas por escritura de compra. Para regularizar as situações antigas, a Lei de 1850 cria ritos e prazos para a revalidação de antigas sesmarias e para a legitimação de posses “mansas e pacíficas”, ocorridas no período de vácuo legal, entre a suspensão do regime das sesmarias e a publicação da nova Lei¹⁷.

*De méritis*¹⁸

15 MACHADO, 2001, p.20.

16 BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em 20 junho de 2017.

17 MACHADO, 2001. p.04.

18 Expressão jurídica utilizada para indicar quando a argumentação aborda o “mérito” da questão.



As terras declaradas pelos suplicantes da ação localizavam-se na região do Alto Vale do Rio Itajaí-Açu, uma região que, de meados do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, constituía-se num foco de imigração pela iniciativa privada:

Durante a Primeira República (1889-1930), atuavam na ocupação de terras no Vale do Itajaí sobretudo pessoas e empresas nacionais de colonização, ao lado de algumas empresas estrangeiras, cuja atuação foi muito significativa na ocupação dos espaços e no adensamento populacional nesta área. A maior parte das terras eram vendidas a pessoas da própria região de Blumenau ou de outras regiões do estado de Santa Catarina [...]¹⁹.

Em Santa Catarina, algumas das zonas interioranas da província eram consideradas zonas de “vazio demográfico”, o que não significava em prática que elas não eram habitadas, visto que, constituíam-se em territórios de trânsito e estabelecimento de posseiros, tropeiros e povos indígenas.

Até a primeira metade do século XIX, muitas das regiões da província de Santa Catarina foram colonizadas através da iniciativa do Governo Provincial e das empresas nacionais e internacionais de colonização. Essas empresas atuaram de forma significativa na região do Vale do Itajaí. A colônia Blumenau, primeiro local de residência de Augusto Peters no Brasil, inicialmente contou com a iniciativa particular, na figura de Hermann Blumenau como seu proprietário, onde este adquiriu individualmente a concessão das terras junto ao Governo Imperial e depois revendia para imigrantes alemães, que passavam a integrar a categoria de colonos.

Nos anos de 1880, já estabelecido há alguns anos na colônia Blumenau, Augusto Peters com sua esposa Emília e seus filhos teriam vivenciado a experiência das grandes enchentes na região, o que, segundo testemunhos²⁰, teria sido um dos fatores que incitou a mudança da família, saindo da região do Vale em direção à Serra. Na década de 1880, Augusto Peters foi nomeado como alferes da 3ª reserva da Guarda Nacional, na comarca de Blumenau, e logo depois designado por Hermann Blumenau como encarregado da proteção a

19 FROTSCHER, 2003, p.16.

20 As informações referem-se às testemunhas do processo de usucapião proposto pelo casal Augusto e Emília Peters, no ano de 1941, onde alegam que teriam se estabelecido na região de Pouso Redondo por volta dos anos 1883 ou 1884. Segundo Cristofolini (2000), o estabelecimento da família em Pouso Redondo (naquele momento São Bonifácio do Pinhal) deu-se no ano de 1894. Já o site da prefeitura da cidade aponta o ano de 1893 (<http://pousoredondo.sc.gov.br/cidade>).



linha telegráfica. O telégrafo interligava o Vale ao Planalto, de Blumenau à Vila de Lages, sendo parte integrante da comunicação do Rio de Janeiro com o Sul do Brasil²¹.

Seja pela incumbência do seu ofício, ou pelo desgosto das tragédias sofridas quando residia na região da Itoupava Seca em Blumenau, Augusto Peters rumou com sua família em direção ao Alto Vale do Itajaí, se estabeleceu numa região, até então, denominada São Bonifácio do Pinhal, localizada à margem esquerda do Rio Pombinhas.

É possível que Augusto Peters já havia estado naquela região, devido sua função de guarda-linha com o telégrafo, poderia ter conhecido o terreno, feito pequenos desmatamentos para um plantio inicial e criação de gado. É fato que, juntamente com sua família, foram os primeiros moradores colonos da região, e assim que se estabeleceram passaram a chamar o local de “Sítio dos Peters”.

Mas além das motivações pragmáticas para a mudança, podemos sugerir também a pertinência desse deslocamento para longe do centro originário da colônia. O modelo de colonização inicial previa a instalação de pequenos grupos familiares nas terras arrendadas junto ao governo provincial ou através das empresas colonizadoras. Esses lotes de terras eram configurados em porções suficientemente grandes para garantir o cultivo diversificado de gêneros e animais, porém, deveria ser suficientemente pequeno para que pudesse ser cultivado pelo núcleo familiar em questão, ou seja, uma pequena propriedade rural²².

Esse modelo foi idealizado, e gerido, pelo Governo Imperial. As leis estabeleceram seus parâmetros e sua dinâmica, as pequenas propriedades eram uma opção para a diversificação da produção - não contemplada nos latifúndios - e para o abastecimento de mão de obra para o mercado de trabalho. De modo geral, as colônias haviam sido estabelecidas em localidades onde não entrariam em conflitos com a oligarquia latifundiária.

A mudança da família, depois de pouco mais de duas décadas residindo em Blumenau, também poderia se enquadrar, ao que Cristofolini (2000) observa como uma perspectiva de “ciclo” dentro da colônia, que por sua própria dinâmica “pressupõe a existência de novas terras para a sua contínua expansão”²³.

Infelizmente, devido à existência de vários processos - e estado de fragmentação que se encontram alguns desses - não podemos estabelecer precisamente as motivações que

21 CRISTOFOLINI, 2000, p.39.

22 KLUG, 2009, p.202.

23 CRISTOFOLINI, 2000, p.23. O autor defende que a cada 20 anos, seria necessário expandir, ou criar uma nova colônia, “tanto para abrigar os jovens que queriam estabelecer novas famílias, como para atender à demanda decorrente da chegada de novos imigrantes”, menciona como exemplo as vilas originadas a partir do desmembramento de Blumenau, como Timbó, Indaial e Pomerode (por volta de 1870); e Ibirama (1890).



levaram Augusto e Emília Peters se dirigirem até os órgãos do Estado com fins de solicitar o aval legal em relação à posse das terras da margem esquerda do Rio Pombinhas, o que também conduz ao questionamento sobre qual era o seu entendimento em relação à posse das terras da margem direita. E se possuíam ou não documento oficial em relação a esses.

A contestação da ação de usucapião pela Companhia Salinger S.A.. nos leva a crer que as ditas terras eram objeto de interesses por diversos agentes daquele momento histórico. Eram comuns, nessa região, os acordos de pessoas e companhias particulares de colonização propondo a abertura de caminhos e construção de estradas com o governo estadual, em troca de ganho de terras devolutas para colonização²⁴.

Polinario Pires de Moraes, um lavrador de 78 anos, residente em Pouso Redondo, relatou em testemunho que a dita empresa havia iniciado medições para demarcação das terras, que “sabe que os homens encarregados para procederem tais medições chegaram até a um certo ponto das terras em apreço, porém o depoente não sabe porque motivo deixaram de procedê-las”²⁵.

Também por ali passavam os tropeiros que utilizavam a região como local de descanso da tropa, por ser a localidade estabelecida a meio caminho entre a Serra e o Litoral. Como sugere uma testemunha, a família Peters também disponibilizam sua terra como local de pouso para os tropeiros que por ali transitavam, por vezes também tomavam conta dos animais, conforme depoimento de Pedro Pires de Lima, um lavrador de 78 anos de idade. Disse em testemunho que: “há cerca de 32 anos, de viagem para Blumenau deixou entregue ao justificante [Augusto Peters] um burro de sua propriedade” e que quando retornou de sua viagem, quando foi buscar o referido animal, o encontrou nos fundos das terras dos Peters, verificando que existia uma passagem da margem direita para a esquerda do rio Pombinhas, passagem esta que “ia ter em terras apossadas pelo justificante”. Disse também, que sabia que a família havia sido os primeiros moradores “daquelas circunvizinhanças” e havia prestado “inúmeros serviços aos viajantes que passavam pela picada que deste município conduzia a Blumenau”²⁶.

Considerações finais

24 FROTSCHER, 2003, p.20.

25 BRASIL, 1941, p.12.

26 Idem, 1941, p.22. O testemunho de Pedro Pires de Lima é parte constante na Justificação de 1925, que está anexa ao processo de Usucapião. Grifos meus.



Durante o desenrolar do processo, Augusto Peters (então com 87 anos) adoeceu e ficou incapaz de dar seguimento aos depoimentos e trâmites burocráticos, vindo a falecer pouco tempo depois. Em ação de Inventário (1943), Leopoldo Peters, filho do casal, é apresentado como o inventariante responsável pelo espólio do casal (ao que indica que Emília Peters também faleceu entre 1941 e 1943). A ação está dividida em três partes (processos separados), mas também não chegou ao fim, pois Leopoldo Peters também faleceu no mesmo ano (1943), dando início um novo inventário dirigido pelos herdeiros de Leopoldo.

O processo expõe diversos testemunhos de pessoas de diferentes idades e localidades da região. De maneira geral, todas as testemunhas afirmam que os Peters foram os primeiros moradores da região do São Bonifácio do Pinhal, e que mantiveram a posse sem interrupções. As opiniões se divergem quanto à data de estabelecimento da família na região, e quanto à ocupação efetiva das terras do lado da margem esquerda do Rio Pombinhas.

Augusto e Emília, neste artigo, tratados diversas vezes como “os Peters”, foram personagens reais de um momento histórico - imigrantes afetados pela crise na Europa, colonos prospectados por um império que necessitava impor medidas para, entre outros problemas, consolidar a posse efetiva de seu vasto território. Também foram cidadãos vivendo um conturbado processo de nacionalização da gente proposta por uma república recém-formada de forma conturbada. Habitantes de uma localidade permeada por disputas étnicas e de cunho capitalista. Não devem ser tratados como uma regra geral ou modelo, mas, sem dúvida alguma, foram exemplos de pessoas que vivenciaram a virada do século XIX para o XX. Tiveram de se adaptar à estrutura intercontinental que sofria processo de mutação e o surgimento da República brasileira que absorveu, reproduziu e resignificou muitas das políticas dos tempos do Império.

Referências

BRASIL. Constituição (1850). *Carta de Lei*. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, 20 set. 1850.

BRASIL. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm Acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em 20 junho de 2017.



CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a lei de 1831. *Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.95-114, jul-dez. 2012.

CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo: nossa história, nossa gente*. Pouso Redondo: Nova Era, 2000.

FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial: Vol. III - 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 201-231.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-Oeste no final do Império e início da República (1854-1912). *Simpósio Nacional De História-Anpuh*, v. 26, p. 456-489, 2011.

_____. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento no planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maia Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2001. p. 20

SEYFERTH, Giralda. *Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil*. MÉtis: história & cultura, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p.13-39, jun./dez. 2012. Semestral.

Fontes

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível nº 2189. Augusto Peters e Emilia Peters / Max Buchels / Paulo Nicolatti / Cia. Salinger S/A. Santa Catarina, 1941.

Recebido em 08 de junho de 2017.

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2018.



O advento da República e a “desmonarquização” na capital catarinense (1889-1898)Luiz Felipe Florentino¹

Resumo: Neste artigo buscamos analisar o processo de “desmonarquização” que a capital catarinense sofreu entre os anos de 1889 e 1898. Sendo assim, iremos nos ater às estratégias sugeridas e postas em prática pela elite republicana local, que assumiu o poder com o advento da República, com a finalidade de atribuir legitimidade ao local social e de mando recentemente alçados. Acreditamos ainda que o fato de a capital catarinense ter sido palco da Revolução Federalista foi um fator decisivo para as políticas de “desmonarquização”, que perduraram por quase uma década.

Palavras-chave: Capital catarinense; Desmonarquização; Elite Local; Monarquia; República.

Abstract: In this article we seek to analyze the “demonarchization” process in the capital of Santa Catarina between the years of 1889 and 1898. Thus, we will study the strategies suggested and put into practice by the local republican elite, who took power with the advent of the Republic, with the purpose of attributing legitimacy to the recently elevated social and command place that they now occupied. We believe that the fact that the capital of Santa Catarina was the scene of the Federalist Revolution was a decisive factor for the policies of dismantling which lasted for almost a decade.

Keywords: Capital of Santa Catarina; demonarchization; Local elite; Monarchy; Republic.

Introdução

Neste artigo pretendemos analisar como a capital catarinense serviu enquanto uma espécie de campo de disputa da memória nacional, entre os anos de 1889 e 1898, disputas essas que giraram em torno da transição da Monarquia para a República. Para tanto, pretendemos analisar as alterações e transformações que a cidade sofre neste período, desde o advento da República até o que poderíamos interpretar como sendo sua consolidação.

Esse projeto foi posto em prática pelos governantes republicanos não apenas em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, em algumas regiões com maior ou menor ênfase e adesão. É partindo deste contexto plural que pretendemos analisar os pormenores deste processo de “desmonarquização” ocorrido na capital catarinense.

Sendo assim, nossa pesquisa terá como enfoque as estratégias elaboradas e postas em prática pela elite republicana catarinense que chegou ao poder nesse período, como a renomeação de ruas, teatro, praça principal, a exuberante reforma do Palácio sede do governo do Estado, bem como o próprio nome da capital. Estratégias que acreditamos ter por objetivo

¹ Graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq.



não apenas uma reafirmação da lealdade destas elites locais para com o governo central, mas também a tentativa de incutir na população comum a aceitação do novo regime.

Podemos ainda destacar a sagacidade empregada na forma de propagação da propaganda republicana, que se baseava na difusão de imagens e novas nomenclaturas, com o intuito de delegar legitimidade ao poder recém-conquistado e que estava sendo exercido, ao passo que removia incansavelmente da paisagem pública qualquer resquício ou referência a Monarquia.

Novo regime e novos símbolos

Quando da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, inaugura-se um novo regime político. O historiador José Murilo de Carvalho atenta para a necessidade deste regime emergente de logo nos seus primeiros dias voltar-se para a construção de uma versão oficial². Para exemplificar, Carvalho utiliza-se do exemplo de Camille Bondel, encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro neste período. Carvalho afirma, “Tentava-se, segundo Blondeu, ampliar ao máximo o papel dos autores principais e reduzir ao mínimo a parte do acaso nos acontecimentos”³. E ainda:

O encarregado percebera um fenômeno comum aos grandes eventos: a batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem. No caso da República, a batalha era tão importante, se não mais que a própria proclamação, um evento inesperado, rápido, incruento⁴.

Assim, a este novo regime convinha a criação de novos símbolos que lhe conferisse credibilidade. Estes símbolos, além de se referirem a regimes republicanos anteriores, como o francês, por exemplo, foram construídos com base no questionamento e na oposição aos símbolos da Monarquia que acabara de ruir. Sobre este processo de busca de novos símbolos, as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Maria Murgel Starling, salientam:

Enquanto isso, no Brasil, para provar que a República vinha para ficar, alteravam-se rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva de regime. O largo do Paço passou a se chamar de 15 de Novembro, a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil, o

2 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 35.

3 CARVALHO, idem.

4 CARVALHO, idem.



Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o vistoso conjunto de residências denominado Vila Ouro Preto foi batizado de Vila Rui Barbosa. Os motivos impressos na papel-moeda circulante também foram alterados, e rapidamente saiu d. Pedro II e a monarquia, entraram as imagens da nova República dos Estados Unidos do Brasil. A voga chegou aos nomes próprios, que começaram a se inspirar nos modelos republicanos norte-americanos - Jefferson, Franklin, Washington. Até mesmo o termo “corte” foi trocado, por decreto, por “capital federal”⁵.

A busca por novos símbolos para o novo regime incluiu compreensivelmente ataques desvelados aos símbolos monárquicos, em larga escala na capital federal. Dessa forma, surgiu a ideia deste estudo: a de avaliar como se desenvolveu este processo de “desmonarquização” não na então capital brasileira da época, mas na capital catarinense, uma capital periférica, com o intuito de melhor compreender este processo em locais que eram de certa forma tidos como aliados de poder de decisão, no que tange a esfera nacional.

O processo de “desmonarquização” em Santa Catarina

As notícias da proclamação da República no Rio de Janeiro chegaram a então Província de Santa Catharina ainda no dia 15 de novembro, mas de maneira não convencional ou esperada. Esta informação chegou à capital catarinense através de um brevíssimo telegrama, em inglês, destinado à firma Hoepke, assinado por um sujeito chamado Scharf, cujo conteúdo, que seria responsável por grande polêmica, era o seguinte: “*No government - no change*”, ou seja, “Sem governo - sem câmbio”⁶. O telegrama, cujo objetivo principal não era o de informar o golpe desferido contra o gabinete de Ouro Preto ou a Monarquia, mas sim o de que o mercado cambial não funcionaria devido ao fato de não haver um governo estabelecido, acabou por sacudir a rotina, sobretudo das lideranças locais.

Ainda no dia 15 de novembro, no início da tarde, este telegrama era motivo de debates na Assembleia Provincial. Contudo, foi o coronel João Batista do Rêgo Cavalcante de Albuquerque, comandante do 25º B. I. de Desterro, quem recebeu um telegrama de Quintino Bocaiúva, lhe deixando a par da situação ao mesmo tempo que lhe recomendava prudência⁷. A partir daí foi organizada uma Junta, com a finalidade de assumir a administração do governo provincial até maiores ordens, destituindo então o presidente da província, o liberal Oliveira

5 STARLING, Heloísa Murgel e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 318

6 MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997, p. 50

7 NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p. 9.



Belo. Constituíram a Junta o farmacêutico e presidente do Clube Republicano Raulino Júlio Adolfo Horn, o médico militar e chefe do Partido Conservador Alexandre Marcelino Bayma e o comandante Cavalcante de Albuquerque, do 25º B. I em sua chefia⁸.

Assim, no dia 17 de novembro, a Junta se dirige ao Palácio do Governo, no coração da cidade, para tomar posse do governo. Nas palavras do historiador Jali Meirinho, “[...] a Junta, acompanhada de um grupo de republicanos, compareceu ao Palácio, tendo o coronel Rego Barros intimado o presidente Oliveira Belo a lhe entregar o poder [...]”⁹. É a partir deste momento que acreditamos que se tenha dado início ao processo de “desmonarquização” da capital catarinense, que se arrastou por quase uma década e foi encabeçado por diferentes lideranças republicanas.

Em frente ao Palácio concentraram-se oficiais, a banda do 25º B. I. e grande número de populares. Do prédio, sede do governo, foi arriada a bandeira imperial e hasteada a do Clube Republicano. As armas do Império, fixadas no frontispício do Palácio, foram destruídas com uma alavanca¹⁰.

Quanto a este episódio, a historiadora Roselane Neckel reitera:

Já na solenidade ocorrida em 17 de novembro de 1889, quando o presidente provincial foi destituído e a Junta Governativa empossada, a bandeira imperial foi arriada e a do Clube Republicano, hasteada. Há registros de que as armas do Império fixadas no frontispício do Palácio do Governo foram arrancadas com uma alavanca e de que antes mesmo da Proclamação o Clube Republicano já discutia com seus associados como seriam a bandeira e o hino do novo regime¹¹.

Este fato específico, ocorrido no calor dos acontecimentos, foi marcado sobretudo pelo clima de revanchismo. Para além do antagonismo entre o antigo sistema de governo e o emergente, também está presente a indisposição entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. Podemos destacar a escolha estratégica de Alexandre Marcelino Bayma para compor a Junta, por ser chefe do Partido Conservador, partido que exercia a oposição até o momento do golpe, e que viu neste momento de enorme agitação política a oportunidade de retorno ao poder.

Além disso, os objetos de ataque que foram elencados nos são muito reveladores: bandeira e brasão de armas, ou seja, símbolos oficiais. A inserção do debate sobre um novo

8 Meirinho, Jali. op. cit., p. 52 / CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *A história política de Santa Catarina durante o Império*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p.1688-1689.

9 MEIRINHO, idem.

10 MEIRINHO, idem.

11 NECKEL, Ibidem, p. 19.



hino na pauta do dia segue este raciocínio de questionamento dos símbolos do regime político anterior e inaugura um processo de “desmonarquização” na capital catarinense, que viria a se prolongar por quase uma década, surgindo e emergindo de acordo com diferentes necessidades.

O questionamento da validade dos símbolos do antigo regime político contribuiu para a criação de novos. É neste o contexto que surge o Hino do Estado, cuja primeira execução data de 4 de fevereiro de 1890¹² realizada:

Na residência do maestro José Brasílico de Souza, perante um auditório pequeno e selecionado, presente o Governador do Estado, Dr. Lauro Müller, amigo de José Brasílico; seu secretário, Dr. José Artur Boiteux; outras pessoas mais, e a imprensa, para a audição da nova composição do maestro José Brasílico, com poesia do seu colega e amigo, professor Horácio Nunes Pires, “motivo daquela curta, mas festiva tertúlia”¹³.

A composição do Hino do Estado de Santa Catarina pode ser enquadrada como parte deste processo de “desmonarquização”, pois em suas últimas estrofes, além de um ataque direto à monarquia, que em suas palavras supostamente havia sido esmagada, há ainda a tentativa explícita de vincular as glórias da abolição da escravidão ao novo regime: “O povo que é grande, mas não vingativo/ Que nunca a justiça e o Direito calcou,/ Com flores e festas deu vida ao **cativo**,/ Com festas e flores **o trono esmagou**”¹⁴. E ainda: “**Quebrou-se a algema do escravo**/ E nessa grande Nação/ É cada homem um bravo/ Cada bravo um **cidadão**”¹⁵.

Acreditamos que após o evento de destituição do presidente de província Oliveira Belo, ocorrido ainda no calor da Proclamação e a criação de novos símbolos do Estado que ressaltavam o seu republicanismo, o projeto de “desmonarquização” volta a ser não debatido, mas posto em prática apenas em 14 de novembro de 1890. Cabe ressaltar que neste momento Santa Catarina, assim como os demais Estados, já havia sofrido uma série de transformações administrativas inerentes do novo regime. Já não era província, mas o Estado de Santa Catarina e governado desde 1889 pelo catarinense Lauro Severiano Müller, que assumiu o posto de governador do Estado por indicação de Deodoro.

12 GOMES, M. Do palácio rosado ao palácio Cruz e Souza. (Quando, como, por quê). IOESC. Florianópolis. 1979, p. 61.

13 GOMES, Ibidem, p. 61-62

14 Hino do Estado de Santa Catarina, (grifos nossos).

15 Hino do Estado de Santa Catarina, (grifos nossos).



A 30 de novembro, *A República* já cita Lauro Severiano Müller como primeiro Governador do Estado de Santa Catarina. Nomeado a 24 de novembro por Deodoro, Lauro Müller era do Corpo de Engenheiros do Exército e tinha apenas 26 anos quando assumiu o Governo, em e de dezembro¹⁶.

A partir disso podemos destacar a emergência de novos personagens no cenário político, que sendo republicanos convictos ou monarquistas readaptados, buscavam permanecer visíveis e se legitimar nesta esfera de poder. Esta legitimação poderia se dar sobretudo pela exaltação da República enquanto regime. Neckel destaca: “Ao mesmo tempo que se legitimava a República como sistema de governo também novos sujeitos políticos firmavam sua presença no quadro político”¹⁷. E ainda: “A definição dos rumos da República colocaram em jogo neste momento o estabelecimento das diferenças entre o novo e o antigo regime”¹⁸.

Imbuídos e levados por esta linha de pensamento que os representantes da Câmara Municipal de Desterro se empenharam em levar este processo de “desmonarquização” em frente, como salienta o historiador Carlos da Costa Pereira, e assim debateram e aprovaram a seguinte pauta:

Empenhada em desmonarquizar a capital do Estado e dar mais uma prova de seu republicanismo, a Câmara Municipal de Desterro, sessão de 14 de dezembro, resolveu mudar os nomes de diversas ruas e uma praça, passando a denominar-se Praça 15 de novembro, a Praça Barão de Laguna; Rua do Comércio, a Rua do Príncipe; Rua da república, a Rua do Senado; Rua Marechal Deodoro, a Rua do Ouvidor; Rua Marechal Gama d’Eça, a Rua Barão de Batovi; Rua Almirante Alvim, a Rua Barão de Iguatemi; Rua Almirante Lamego, a Rua Princesa Isabel; Rua Esteves Júnior, a Rua do Príncipe do Grão-Pará¹⁹.

Em nota, sobre as informações contidas acima, Pereira ainda destaca: “Como se vê, nada havia contra a pessoa; apenas, dado o estabelecimento do regime republicano, uma implicância com o título nobiliárquico”²⁰. A continuidade deste projeto na Câmara é posta em prática com a renomeação do principal teatro da capital catarinense. Neckel por sua vez ainda ressalta: “Em 1892, o Teatro Santa Isabel teve seu nome modificado para Álvaro de Carvalho,

16 CABRAL, *Ibidem*, p.1690.

17 NECKEL, *Idem*.

18 NECKEL, *Idem*.

19 PEREIRA, Carlos da C. *A Revolução Federalista em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 41-42.

20 PEREIRA, *Ibidem*, p. 121.



em homenagem a este oficial da Marinha que lutou na Guerra do Paraguai. Cada um dos homenageados ajudava a fundamentar a legitimidade dos atores e rumos republicanos”²¹.

A princípio estas investidas energéticas por parte da Câmara Municipal de Desterro contra os símbolos da Monarquia, ainda presentes na capital catarinense, seriam o suficiente, não fosse o advento dos conflitos que sacudiram o Sul do Brasil neste momento — cujo estopim foi a postura autoritária do presidente Floriano Peixoto — e que ficaram conhecidos por Revolução Federalista. Mas debruçar-se sobre a Revolução Federalista como um todo não é o objetivo deste estudo. Iremos nos ater à turbulência inerente deste processo que resultou em instabilidade política, típica de momentos de conflituosos e a retomada da estabilidade.

Em 1894, finda definitivamente a Revolução em Santa Catarina, que indispôs Federalistas e Republicanos, quando em “17 de abril a esquadra legalista entra no porto, ocupando a cidade, um contingente de 100 alunos da Escola de Guerra”²². Com a retomada do que se convencionou chamar de legalidade, Hercílio Pedro da Luz, engenheiro civil e político catarinense nascido em Blumenau, que participara ativamente na Revolução contra os Federalistas, irrompe definitivamente no cenário político estadual. Sobre o papel que Hercílio Luz desempenhou ainda durante a Revolução Federalista, o historiador Walter Fernando Piazza salienta:

Em Santa Catarina houve uma série de conflitos entre os republicanos que apoiavam Floriano Peixoto e os federalistas. Os florianistas tinham a frente Hercílio Luz, cuja liderança fez com que em julho de 1893, a Câmara Municipal de Blumenau o proclamasse Governador e decretasse a cidade como capital provisória do Estado²³.

Assim, é compreensível que “Em setembro de 1894, instalava-se o Congresso Representativo e, a 28 do mesmo mês, assumia a administração de Santa Catarina o Governador eleito, Dr. Hercílio Pedro da Luz”²⁴.

Não apenas Hercílio encontra lugar para o exercício do poder de mando junto ao governo, mas toda uma elite local que o apoiou se beneficiou com o redesenhar deste mapa de poder político:

A 8 de setembro foram realizadas eleições para Governador e vice, sendo que no dia seguinte foram eleitos os candidatos para o Senado, Câmara

21 NECKEL, *Ibidem*, p. 21.

22 PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz Governador Inconfundível*. Florianópolis: Editora do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 18.

23 PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983, p. 104.

24 PEREIRA, *Ibidem*, p. 113.



Federal e Assembléia Legislativa estadual. **Tendo sido extinto o Partido Federalista, os republicanos correram sem oposição**, sendo eleito Hercílio Luz e Polydoro Olavo S. Thiago para o poder Executivo, além de Gustavo Richard, para o Senado; Lauro Müller, Manoel Victorino de Paula Ramos, Emílio Blum e Francisco Tolentino Vieira de Souza, para a Câmara Federal. A Assembléia Legislativa passou a ser constituída, novamente, por Deputados republicanos, que elaboraram a nova Constituição²⁵.

É durante o governo de Hercílio Luz que a “desmonarquização” volta a ser debatida e executada, numa tentativa desenfreada de atribuir legitimidade a seu próprio governo, evocando a República e destacando o republicanismo como garantidores do *status quo*. Prova disso foi a instituição legal do Brasão de Armas do Estado: “O Brasão de Armas do Estado de Santa Catarina foi projetado por Henrique Boiteux, então deputado ao Congresso do Estado e a bandeira teve origem num desenho feito pelo seu irmão, o Dr. José Artur Boiteux [...]”²⁶.

Além disso, o Hino do Estado enquanto pauta também foi retomado em seu governo, “a 6 de setembro de 1895, o Governador Hercílio Luz sancionou a Lei Nº 144, que, com a característica definitiva de oficialização, adotou, ‘como Hino do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Nº 132, de 21 de abril de 1892’”²⁷, Lucas Alexandre Boiteux, irmão dos idealizadores do Brasão de Armas e da Bandeira Estadual, faz questão de salientar este episódio já em 1912, com a publicação do seu *Historia Catharinense*: “Foram creadas as Armas e a Bandeira do Estado, e adoptado o Hymno, pela lei 144 de 6 de Setembro de 1895”²⁸.

Outra medida tomada na forma de lei durante o governo de Hercílio e encabeçada pelo próprio Governador foi a modificação do nome da capital, ainda em 1894, poucos dias depois de assumir o governo:

Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894.
Muda a denominação da capital de Desterro para Florianópolis.
O Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado de Santa Catarina
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Congresso Representativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - A atual Capital do Estado fica, desde já, denominada Florianópolis.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprí-lo fielmente.
O Secretário do Governo do Estado o mande imprimir e correr.

25 CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário de Desterro 1893-1894*. Florianópolis. Editora da UFSC/Lunardelli, 1990. p. 147-148. (grifos nossos).

26 GOMES, Ibidem, p. 61.

27 Gomes, Idem.

28 BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a historia catharinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da livraria moderna, 1912, p. 424.



Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 1º de outubro de 1894, 6º da República.

Hercílio Luz

José Arthur Boiteux

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Governo do Estado, ao 1º dia de outubro de 1894. - José Arthur Boiteux²⁹

A essa altura a proposta de modificação do nome da capital já não era novidade, como salienta Pereira: “A 13 de outubro de 1888, ‘A tribuna Popular’ veiculava a notícia de que o Deputado Eliseu Guilherme da Silva proporia à Assembléia Provincial fosse mudado para Ondina o nome da capital catarinense”³⁰ e ainda “No mesmo ano, o Deputado Francisco Medeiros apresentava à consideração da Assembléia um projeto de lei nesse sentido, dizendo, como justificativa, que ‘a palavra Desterro significava desterrado, presídio’”³¹. No entanto, “Este ato fazia parte ainda dos festejos da vitória republicana”³².

Como já foi dito anteriormente, a ideia de modificar o nome da capital já havia entrado em pauta, mas a escolha e a necessidade de vincular o nome de Floriano Peixoto ao da capital nos revelam a necessidade de reafirmação da elite local emergente para com o governo central.

Ainda nas palavras de Pereira:

Nada mais justo que os republicanos catarinenses, tanto os que, segundo vimos, combateram denodadamente em defesa do regime, como os que aqui sofreram vexames, foram insultados e perseguidos, - depois da vitória das forças legais, resolvessem homenagear Floriano Peixoto, ligando-lhe o nome da cidade em que os revoltosos instalaram a sede do Governo provisório da sua República Federal³³.

Longe de atribuímos valores, como os expressos no trecho acima, podemos utilizar este mesmo trecho para evidenciar o clima de revanche que permeou a criação desta lei, bem como a necessidade dos republicanos de se reafirmar. Esta lei não se caracteriza por completo no processo de “desmonarquização”, mas sim na exaltação de símbolos republicanos na constituição de uma nova ordem, ordem essa que seria inaugurada no Estado pelo governo de Hercílio Luz, que se pretendia legítimo.

Contudo, o melhor exemplo do processo de “desmonarquização” ocorrido durante o governo de Hercílio Luz foi a reforma empreendida nas dependências do Palácio Sede do

29 SANTA CATARINA. Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894.

30 PEREIRA, Ibidem, p. 114.

31 PEREIRA, Idem.

32 PAULI, Ibidem, p. 205.

33 PEREIRA, Ibidem, p. 116.



Governo do Estado entre os anos de 1894 e 1898³⁴. Até então o Palácio do Governo, cujas plantas foram desenhadas pelo primeiro Governador da Ilha de Santa Catarina, o brigadeiro Silva Paes, e tendo início a obra em meados do século XVIII, ainda conservava a aparência simples de um casarão português, de linhas retas e duras³⁵.

Essa reforma, certamente inspirada no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, chamou a atenção da imprensa pelo seu alto custo e pelo momento inoportuno de sua realização:

Quando vimos os representantes do nosso Estado no Congresso federal, sob o falso pretexto de indenisarem os prejuízos causados pela revolta, lançarem o projeto de um empréstimo de dois mil contos, que já começaram a pesar sobre as finanças estaduais, sem produzirem o fruto almejado, julgamos que grande parte desse empréstimo seria para melhorar-se as condições higiênicas desta cidade, ou para falar linguagem mais verdadeira, para dotar a capital com condições higiênicas, que lhe faltam no todo. A saúde da população deve estar em primeiro lugar. Qual não foi, porém, o nosso espanto, quando vimos que em vez de se tratar da principal necessidade, o governo julgou imprescindível deitar por terra para reconstruir de novo o Palácio, residência oficial do Governador do Estado³⁶.

Reforma esta, dispendiosa e também radical, que contou com a contratação de uma equipe de construtores estrangeiros, bem como uma série de materiais importados, modificou por completo a aparência do Palácio³⁷. O historiador Hermetes Reis de Araújo atenta para o fato de a reforma estar alinhada com os ideais desta elite emergente.

A reforma que modificou completamente as feições do velho casarão colonial português, construído no século XVIII na praça central, representou um monumento ao culto das concepções estéticas, culturais e políticas professado pela nova elite que assumiu o comando do aparelho de Estado com a instauração da ordem republicana em Santa Catarina³⁸.

Dessa forma, se faz necessário analisar as novas feições que o Palácio assumiu após esta suntuosa reforma. Além de ter passado a ostentar uma série de estátuas com claras alusões à República em seu parapeito, no frontispício, local onde anos atrás figurava as do

34 A ideia de que a reforma realizada no Palácio sede do Governo estava inserida neste processo de “desmonarquização” foi primeiramente apresentada na XIII Semana Acadêmica de História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o título “A reforma do Palácio sede do Governo do Estado de Santa Catarina de 1894-1898: um campo de disputa da memória nacional”.

35 GOMES, *Ibidem*, p. 27-28 / SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina - século XVIII e XIX*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 189.

36 “A Capital”, *Jornal O Estado - Orgão Republicano Federalista*, capital, 28/0 4/1896, p. 1.

37 SOUZA, *Ibidem*, p 199-202.

38 ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 89.



Armas do Império do Brasil, as Armas da República foram fixadas. Além disso, a obra como um todo serviu para o propósito propagandístico de seus idealizadores, pois a grandiosidade assumida pelo Palácio, em contraste com suas formas anteriores e simples, localizado no seio da cidade, não haveria como passar despercebida aos olhos da população.

Afinal de contas, pode-se afirmar que este foi o principal objetivo da mais suntuosa obra do governo de Hercílio Luz, o de inculcar na população da capital catarinense a ideia de progresso e avanço que supostamente seriam inerentes do novo regime, em contraste com o anterior. Assim, pelo fato de as novas feições que o Palácio assumiu estarem repletas de carga ideológica e propagandística de cunho republicano, acreditamos que a sede do governo serviu como palco de uma disputa sobre a memória nacional e um passo definitivo no processo de “desmonarquização”.

Considerações finais

Ao longo deste texto foi destacado que a paisagem pública da capital catarinense sofreu mudanças significativas com o advento da República. Este processo que se arrastou por quase uma década contou com uma variedade de meios para ser posto em prática, envolvendo não apenas a renomeação simbólica de espaços públicos, mas também a utilização da arquitetura enquanto uma ferramenta de propagação ideológica a serviço do novo regime emergente.

Além disso, cabe ressaltar mais uma vez que este processo de “desmonarquização” não foi uma exclusividade catarinense. Contudo, nesta capital este processo assumiu feições *sui generis*, pois a volatilidade no que tange a mudança de lideranças republicanas em curtos espaços de tempo, associadas à emergência dos conflitos inerentes da Revolução Federalista e a necessidade de suprimi-lo, permitiu que este processo se alongasse por anos, permeando diferentes administrações.

Assim, de forma sucinta nos foi permitido observar através deste estudo, as estratégias elaboradas e postas em prática por grupos da elite política catarinense no final do século XIX. Estratégias cujo objetivo era o de atribuir respeitabilidade ao espaço político recentemente alçado, ao passo que lhe conferia, na mesma medida, legitimidade. Para tanto, esta elite que surgiu no cenário político republicano catarinense se utilizou do aparelho estatal de forma desmedida para a construção de uma imagem de República vinculada ao progresso, conforme relegava a Monarquia o atraso e o esquecimento.



Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário de Desterro 1893-1894*. Florianópolis. Editora da UFSC/Lunardelli, 1990.

GOMES, M. *Do palácio rosado ao palácio Cruz e Souza. (Quando, como, por que)*. IOESC. Florianópolis. 1979.

MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PEREIRA, Carlos da C. *A Revolução Federalista em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz, Governador Inconfundível*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1975.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina - século XVIII e XIX*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SANTA CATARINA. Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894.

STARLING, Heloísa Murgel e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Fontes

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a historia catharinense*. Florianópolis: Typ. A vapor da livraria moderna, 1912.

Jornal O Estado - Orgão Republicano Federalista, A Capital, 28 de abril de 1896.

Recebido em 26 de junho de 2017.

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2018.



“O engenho nunca parou”: permanências culturais nos engenhos de farinha – o exemplo do Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, da cidade de Garopaba

Karina de Amorim Vieira¹

Resumo: Este artigo abordará a continuidade da produção e da cultura, no Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, situado na cidade de Garopaba, através da produção familiar, utilizando como principal método, a história oral, sendo realizada uma entrevista. Essa discussão tem como principal finalidade, investigar o porquê que este engenho continua a funcionar há mais de 70 anos, tendo em vista, que existem vários fatores que podem impossibilitar esta produção. Este assunto é importante para a história, pois se trata da permanência de uma prática cultural, que se torna essencial na vida dessas pessoas.

Palavras-chave: Engenho de farinha; produção familiar; permanência cultural; entraves da produção.

Abstract: This article will address the continuity of production and of culture in the Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, located in the city of Garopaba, through family production, using as main method, the oral history, being carried out one interview. This discussion has as main purpose, to investigate the reason why this ingenuity continues to work for more than 70 years, considering that there are several factors that may make this production impossible. This subject is important for history, because it is the permanence of a cultural practice, which becomes essential in the life of these people.

Keywords: Flour Mills; Familiar production; Cultural permanence; Difficulties of production.

Introdução

Neste artigo a metodologia utilizada foi a história oral². Segundo Verena Alberti a “riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais.”³. Dessa forma, foi realizada uma entrevista, que inicialmente seria somente com o dono do Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, o senhor José Constâncio de Souza, de 89 anos, mas seu neto, Luiz Fernando de Souza, acabou participando da entrevista, mostrando interesse e esclarecendo pontos importantes para esse artigo. Desse modo, essa entrevista contou com a fala dos dois.

1 Graduanda do curso de licenciatura e bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Karina.grb@hotmail.com

2 A entrevista foi realizada com um gravador. Sua transcrição foi literal e a na citação no texto foram retirados os vícios de linguagem, como o “né” e palavras repetidas.

3 ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.) *Fontes Históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, pg. 166.



Este texto tem como problemática principal os motivos que fazem o engenho ‘continuar’ produzindo há mais de 70 anos, mesmo com barreiras, como o advento de novos trabalhos de forma assalariada e com carteira assinada, principalmente no verão, devido ao turismo: bem como as normas de funcionamento da ANVISA, a falta de apoio das autoridades e a exigência de um registro para poder colocar os produtos à venda nos mercados (o que geraria uma grande despesa, que muitos não conseguiram arcar). Ao longo deste artigo, a intenção é fazer com que fique claro estes motivos, que tem como base a transmissão dos saberes relacionados a essa prática às outras gerações.

Um breve histórico sobre a cidade de Garopaba

Garopaba é uma cidade litorânea, “banhada a leste pelo Oceano Atlântico, a oeste e norte fazendo limites com o Município de Paulo Lopes e ao sul com o de Imbituba”⁴. Sua população estimada é de 21.573 (IBGE, 2016) e sua área é de 115.405 Km² (IBGE, 2015).⁵ Segundo Guilardi, a cidade está a uma distância aproximada de Florianópolis, de cerca de 90 km e de Tubarão, cerca de 88 km⁶. Sua história remonta a chegada dos portugueses ao Brasil, “pois no ano de 1525 a ‘Baia de Garopaba’ serviu como abrigo à expedição naval da Cidade de Corunã, que a utilizou para fugir de um temporal”⁷.

Ali vivia os índios carijó, pertencente aos guarani, que segundo Besen era “descrito como homem simples e de caráter pacífico”⁸. Garopaba foi povoada pelos imigrantes açorianos que chegaram ao litoral de Santa Catarina em meados do século XVII, quando “iniciaram um lento, mas firme processo de expansão em várias direções, procurando ocupar as terras disponíveis”⁹. Desse modo, “o povoamento da região de Garopaba deu-se na

4 BESEN, José Artulino. *1830-1980 São Joaquim de Garopaba* (Recordações da Freguesia). Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1980, pg. 9.

5 *Cidades do IBGE*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420570>. Acesso em 30 de abril de 2017.

6 GUILARDI, Lívia. *Garopaba (SC): Economia colonial, complexo rural e acumulação flexível do capital*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, pg. 80.

7 *Cidade de Garopaba*. Disponível em: <http://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58388#.WQXnfPnyvcc>. Acesso em 30 de abril de 2017.

8 BESEN, 1980, pg. 10.

9 FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos açores ao Brasil Meridional: Uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental*. Florianópolis: Editora do autor, 1998, pg. 260.



segunda metade do século XVIII, com açorianos que haviam se fixado em Enseada de Brito”¹⁰.

A cidade tornou-se município, pela primeira vez, em 1890. Em 1923 tem-se uma lei, “onde o território do Município de Garopaba e o dos Distritos de Vila Nova e Mirim, do Município de Laguna, passam, com seus limites, a constituir um novo Município com a denominação de Imbituba”¹¹, sendo que em 1930, Garopaba passa a pertencer ao município de Palhoça. Em 1961, Garopaba tornou-se município mais uma vez, sendo instalado em 30 de dezembro. Suas atividades econômicas principais eram a agricultura e a pesca, mas, atualmente, a grande atividade está pautada no turismo de veraneio, o que traz algumas mudanças, como a especulação imobiliária, a grande oferta de trabalhos somente no verão e os novos valores e cultura dessa nova população.

Um breve histórico sobre a mandioca e sobre os engenhos em Santa Catarina

Comumente, os índios carijó são colocados como os primeiros a cultivar a mandioca, em Santa Catarina. Assim foram os indígenas “que guardaram os segredos do cultivo da mandioca que foram passados aos conquistadores logo que se estabeleceram na ilha junto aos índios”¹². Foram estes colonizadores, que construíram os engenhos, usando essas informações dadas pelos indígenas e adaptando seus conhecimentos a esta nova realidade.

Em relação à produção de farinha, é muito comum usar o termo engenho, por isso, se faz necessário uma explicação do que seria o engenho:

A Expressão “engenho”, em quase todo estado de Santa Catarina, é imediatamente associada à farinha de mandioca; ambos estão ligados à história e cultura local em Florianópolis e região, tanto quanto estes estão relacionados ao debate açorianista; este termo é uma remissão à chegada de imigrantes vindos dos Açores e ilhas vizinhas para o litoral do estado e em especial para Florianópolis e região¹³.

10 Ibidem, pg. 273.

11 Ibidem, pg. 132-133.

12 SERRAGLIO, João Paulo; FLORIANO, Cesar. Os engenhos do Sertão do Peri na Ilha de Santa Catarina. In: Seminário de Patrimônio Agroindustrial, n.2, 2010, São Carlos. Anais do 2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial, 2010, p. 6.

13 LEIROZA, Adriane Schroeder Lins. Os engenhos de farinha em Florianópolis: Apontamentos para uma história plural. In: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (Org.). *Farinheiras do Brasil: Tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca*. Matinhos: UFPR Litoral, 2015, pg. 41.

Com a chegada dos açorianos, em Santa Catarina, há uma mudança na forma de produção dos produtos derivados da mandioca, com tecnologias já conhecida na Europa, que faz com que essa produção mude de foco, da subsistência para a produção em larga escala. Segundo Serpa “a principal adaptação desenvolvida pelos açorianos em Santa Catarina foi a substituição da força motriz. Lá usava-se o vento, aqui a tração animal”¹⁴. A farinha de Santa Catarina “se distingue pela presença maior do polvilho, que a deixa mais macia”¹⁵, por isso recebe o nome de farinha polvilhada. Essa diferença na produção da farinha catarinense é resultado da “troca cultural entre índios e açorianos, sendo que os primeiros apresentaram a cultura da mandioca e os modos rústicos de elaborar a farinha, enquanto os segundos aperfeiçoaram a seleção de variedades, os maquinários e técnicas utilizadas”¹⁶.

Há diversos tipos de engenhos. Um dos mais recorrentes no estado de Santa Catarina é o engenho movido a boi, também chamada de engenho de cangalha, que é o mais tradicional, onde “estando o boi preso na almanjarra, girando em torno do mesmo, e inclusive do seador e do forneador (seva e forneação são operações que podem ser realizadas concomitantemente)”¹⁷. Outro tipo de engenho, também movido a boi, é o engenho de mastro. E por último tem os engenhos de caranguejo, chamarrita ou pouca pressa, que “são manuais e dispõem de duas ‘máquinas’ separadas, sendo uma a da sevadeira e a outra aciona o forno. Todos os dois são movidos pela força de um ou dois homens”¹⁸. Além dos engenhos de azenha, movidos a água, recorrentes em lugares de colonização italiana.

Os engenhos entram em decadência em meados do século XX, por diversos fatores, como “devido à industrialização do setor”¹⁹, onde passa-se a ter uma maior concorrência, e as empresas, como produziam muito, acabavam vendendo mais barato, desestimulando a produção artesanal. A partir desta industrialização, começou a se ter “as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que regulam os parâmetros sanitários dos estabelecimentos que fabricam farinha de mandioca”²⁰. Tais mudanças teriam um custo alto, onde muitos pequenos produtores não puderam arcar com estas despesas, como

14 SERPA, Ivan Carlos. Os engenhos de Limeira: História e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí - Mirim. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, pg. 40.

15 LEIROZA, 2015, pg. 51.

16 CASTELLANO, Flora de Oliveira. Território e desenvolvimento rural: O caso dos engenhos de farinha de mandioca do litoral centro-sul de Santa Catarina. 127 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, pg. 58.

17 FARIAS, 1998, pg. 329-330.

18 Ibidem, pg. 330

19 CASTELLANO, op. Cit, 2015, pg. 62.

20 Ibidem, pg.53

por exemplo, colocar azulejos brancos nas paredes, perdendo o caráter artesanal, e desse modo fazendo com que muitos desses engenhos fechassem.

Engenhos em Garopaba: Um estudo a respeito do Engenho de farinha e Alambique Vô Zeca

Como escrito anteriormente, a cidade de Garopaba é uma cidade essencialmente agrícola, mesmo com o turismo como principal atividade, muitas pessoas ainda vivem da agricultura, principalmente nos bairros longe do centro da cidade. Em relação aos engenhos de farinha, “atualmente poucos engenhos seguem ativos na região. Destes muitos concentram a sua escala de produção apenas para o consumo familiar, sendo poucos os engenhos tradicionais que produzem excedente para a comercialização”²¹.

Um destes engenhos que ainda produz, é o Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, situado no bairro Macacu, “a cerca de 10 quilômetros do centro de Garopaba”²². Ao chegar ao engenho para entrevistar o dono, José Constâncio de Souza, mais conhecido como Vô Zeca, de 89 anos, fui recebida pelo seu neto Luiz Fernando de Souza, de 20 anos, que também participou da mesma e também trabalha no engenho junto com seu pai Joaquim Pereira de Souza, que não pode estar presente nesse dia. São essas características, da presença do trabalho familiar que mostra que há uma prática “hereditária” presente na produção no engenho, percorrendo a extensão familiar.

Quando perguntado sobre sua profissão, José Constâncio de Souza, relatou em entrevista: “nasci na roça, meu pai também nasceu na roça [...], me criei junto fazendo farinha toda a vida, desde pequenininho [...] sempre plantando”²³, o que mostra uma atividade e prática econômico-cultural que transpassou as gerações e ainda continua, quando seus filhos e netos o ajudam nas tarefas, devido a sua idade avançada. Perguntei com que idade ele começou a trabalhar e ele respondeu que “com a idade de 14 anos eu já trabalhava, carregava mandioca nas costas e molhe de cana, trabalhava duro”²⁴, mostrando que a mão-de-obra familiar era

21 SCHIO, Caroline; PINHEIRO, Sérgio Leite Guimarães. Engenhos tradicionais de farinha de mandioca: Um Espaço para a Educação com abordagem Sistêmica, Aprendizagem Experiencial, Construção Interativa de Conhecimentos e Transformação Social. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, n.10, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Florianópolis: SBSP, 2014, pg. 1469.

22 CASTELLANO, 2015, pg. 97.

23 SOUZA, José Constâncio de & SOUZA, Luiz Fernando de, em entrevista cedida à Karina de Amorim Vieira. 13/05/2017. Macacu, Garopaba. Acervo da autora.

24 Idem.



algo necessário para a continuidade da produção, tendo em vista, que não tinham condições financeiras de pagar alguém para fazer estes serviços.

Outro entrave da continuidade da produção dos engenhos, é a dificuldade de manter a prática da agricultura, como a necessidade de registros para a venda nos mercados, pois segundo ele “foi aonde acabou a agricultura, porque o nosso terreno, a gente produzia muito, [...], então, se a gente não tiver nota pra colocar no mercado, aí bota fora, de que adianta uma pessoa colher as coisas pra botar fora”²⁵. Muitos dos engenhos não conseguiam esses registros, sendo que deveriam ter que alterar algumas coisas exigidas por órgãos como a ANVISA, que exigiam azulejos brancos nas paredes e que o chão não fosse de terra. Assim, os engenhos que acatam as normas e conseguem o registro perdem seu caráter tradicional e muitos deles fecham, por não ter condições financeiras de realizar todas as mudanças necessárias.

Sobre a história de fundação, José Constâncio de Souza falou “Meu pai, antes trabalhava com o sogro dele, [...], quando eles morreram, [...] a minha mãe herdou o engenho que era dele, [...], aí o engenho que era dele, foi colocado aqui”²⁶. Com o início da produção já é notável a marca de uma herança, passada de uma geração a outra e isso é visto hoje, no engenho, onde o neto se mostra interessado em assuntos relacionados ao mesmo e a produção de farinha. Quando perguntado sobre quando o engenho passou a pertencer a seus pais, o entrevistado respondeu que “o inventário foi dado em 1944, [...] acho que o inventário levou dois anos, foi em 1946, que o primeiro engenho de farinha foi colocado aqui”²⁷. Desse modo, existe há pelo menos 70 anos, sem parar a sua produção, e isto ficou expresso na fala dele, quando diz que o mesmo “nunca parou”²⁸.

O engenho herdado era um “engenho de cangalha, [...] simples, engenho tocado a boi”²⁹, que é característico do litoral catarinense colonizado por açorianos (que é o caso de Garopaba). Segundo ele os engenhos simples desapareceram “porque foi aparecendo outros engenhos, que era mais fácil de trabalhar”³⁰. O Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, que inicialmente, era de cangalha, hoje é elétrico, porque facilitava a produção e exigia menos a “energia” das pessoas. De acordo com José Constâncio de Souza “agora passou-se para

25 Idem.

26 Idem.

27 Idem.

28 Idem.

29 Idem.

30 Idem.

elétrico, então, tudo aquilo que era movimentado a braço da gente, [...] hoje ficou tudo mais fácil, porque é movimentado a energia, então, na maior parte do tempo, a gente só olha”³¹.

Em relação aos produtos fabricados no engenho de farinha e de açúcar e alambique da propriedade, José Constâncio de Souza contou que “é produzida a farinha, [...] o açúcar, a cachaça e o melado, [...] e tem o licor, mas o licor é produção [...] da mesma cachaça, porque é a fruta curtida”³². Além desses produtos, o entrevistado também aponta alguns produtos que podem ser produzidos, como “o polvilho que se a gente quiser fazer faz, pra vender, aí tem o polvilho e a tapioca, se a gente quiser fazer faz, tem grande procura”³³.

Quanto aos engenhos da comunidade, que pararam de produzir, o entrevistado dá uma resposta muito interessante: “Sabe o que é isso? É porque não são incentivados, não incentivam”³⁴. Essa resposta faz-nos ver que realmente falta um incentivo à produção, principalmente por parte das autoridades municipais. Ele aponta que houve uma tentativa de incentivo por parte da prefeitura municipal, com a criação de um engenho, que hoje é industrial e que produz para o grande mercado, fabricando a Farinha Garopaba, mas que não deu muito certo e ele conta como isso ocorreu.

Porque aquele engenho, ali, que a prefeitura fez era pro agricultor. O que é que deviam fazer? [...] continuar pra agricultura, todo mundo levava a mandioca pra lá, faziam farinha, aí tá certo, era da agricultura. Aí, o que é que fizeram? Teve uns quatro que correram lá e registraram o engenho no nome deles, então só eles é que tem o direito, mas mandioca eles não plantam, plantam muito pouco”³⁵.

Outro fator que faz os engenhos pararem de produzir, segundo ele, é o não interesse da família em continuar a produção. Sobre um engenho da comunidade que parou de funcionar nesse ano, ele falou que “os filhos não querem, os irmãos também não querem, não tem mais ninguém pra dar uma mão, pra ajudar, então desanima”³⁶. O início da fiscalização sobre a produção nos engenhos de farinha, bem como as normas da ANVISA contribuíram para a diminuição dos engenhos, e o neto de José Constâncio de Souza, Luiz Fernando de Souza, colocou pontos interessantes em relação a esta diminuição dos engenhos:

31 Idem.

32 Idem.

33 Idem.

34 Idem.

35 Idem.

36 Idem.

Diminuiu muito por causa dessa fiscalização, então, isso também justifica um pouco da saída, dessa que seria a segunda geração, que hoje toca os engenhos, do campo, porque não era mais fácil tu vender o teu produto, já tinha a entrada de produtos de fora, também, que já barateava muito, já não era mais competitivo, daí, a produção sempre foi muito cara, não tinha muita mão-de-obra, quando entra esse material de fora, baixa o preço, a gente não consegue mais competir e acaba desestimulando muito o agricultor³⁷.

Outro fator que se configura como barreira para a produção dos engenhos foi a industrialização do setor, e isso fica expresso na fala de José Constâncio de Souza, porque mesmo que os agricultores tivessem o alvará para colocar os produtos, como a farinha, nesse caso, no mercado “vou vender por um preço mínimo, porque, hoje as indústrias que produzem bastante vendem pela metade do preço, e eu aqui vendo a farinha a 5 reais o quilo, no mercado tem farinha de 3, a minha qualidade é boa, mas não presta porque não está no mercado”³⁸. Desse modo, para ele, tirar o alvará para poder vender nos mercados não é atraente, pois os preços dos produtos tendem a cair e a produção dele é cara.

Outra questão importante fator que contribui para ao fechamento de vários engenhos de Garopaba, foi oferta de empregos, principalmente no verão, devido ao turismo de massa. Essa questão é vista como um dos principais motivos responsáveis pela não continuidade da agricultura, quando José Constâncio de Souza falou que “daqui a 4, 5 anos, acaba de verdade, porque vai tudo pro emprego, eu falo porque os meus netos tão tudo no emprego”³⁹, também fala que “todo mundo é obrigada a trabalhar, porque se não trabalhar, não vive, o salário é pequeno”⁴⁰.

O entrevistado também colocou a necessidade de se chamar a atenção das pessoas para a cultura presente nos engenhos, e para ele, uma forma de se fazer isso seria a construção de “um engenho como era antigamente. Porque os novos ficam vendo, acham bonito e ainda chama muita atenção desses que trabalharam, eu sou um desses”⁴¹. Coloca os engenhos antigos, de cangalha, como uma maneira de diversão para aqueles que estavam trabalhando ali:

Era uma coisa boa, coisa divertida [...], botava o boi no engenho, no redote, sentava no banco do sevidor, uma hora, uma hora e meia. Eu sevava 10, 12

37 Idem.

38 Idem.

39 Idem.

40 Idem.

41 Idem.

balaios de mandioca, num instante que eu sevava, [...] o boi tocava, quanto mais o boi tocava, mais eu gostava⁴².

José Constâncio de Souza retratou a importância familiar para a continuidade da produção no engenho e no alambique: “a gente sem família não pode fazer nada, a família tem que ajudar, principalmente, na farinha. Farinha é uma coisa que envolve muita gente”⁴³. Com essa fala, é perceptível o papel da família como responsável pela continuidade da cultura e da produção nos engenhos. Quando perguntado sobre a ajuda dos filhos na produção ele respondeu que “O meu parceiro agora é o Biluca, que é o meu filho, [...] hoje está entregue a ele, [...], porque minha idade chegou”⁴⁴. Dessa maneira, vemos que a continuidade da produção, agora, dependerá das outras gerações da família, que demonstram grande interesse em manter essa cultura e herança da família.

O entrevistado reforça ainda, a importância de que os filhos não deixem o engenho fechar. Narrou que “o bom seria, se tivesse engenho, que nunca deixasse de cair, que tocasse, porque é uma história, [...], aqui no Macacu, tá quase [...] acabando a farinha”⁴⁵. O fato de muitos engenhos artesanais não produzirem mais, faz com que os engenhos que funcionam, venham a ter uma procura cada vez maior, pois, atualmente os produtos artesanais vêm ganhando destaque. Além disso, os produtos artesanais também são muitos procurados por turistas a procura da ‘cultura local’, o que faz com que essas ‘empresas familiares’ passem a ter uma procura, e conseqüentemente, uma venda, cada vez maior.

O Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca é um dos engenhos tradicionais ainda presentes na cidade de Garopaba, é bastante visitado por muitas pessoas que buscam a ‘cultura’ da região. Muitas pessoas vêm de outras cidades para comprar os produtos artesanais do engenho. José Constâncio de Souza fala que “um cara de Florianópolis levou 24 licores, [...], levou mais 5kg de farinha, e levou mais 2 litros de cachaça, [...]agora imagina, levou daqui lá pra Florianópolis”⁴⁶. Tornou-se muito importante na cidade já que é “o único [...] produtor de cachaça, aqui dentro de Garopaba, um dos três que produz melado e açúcar e um dos 30 que produz farinha”⁴⁷.

42 Idem.

43 Idem.

44 Idem.

45 Idem.

46 Idem.

47 Idem.

Conclusões

Em Garopaba, a produção artesanal dos engenhos de farinha ainda está viva mesmo com fatores que implicariam no desaparecimento deles, como as normas exigidas pela ANVISA, onde os engenhos, em grande maioria, nunca se adaptaram; a falta de mercado, pois, hoje, é necessário ter alvará para isso; a falta de incentivo da prefeitura e a grande oferta de trabalhos com menos desgaste físico, melhor remunerado e com mais garantias trabalhistas, que atraem mais o jovem do que o trabalho com a agricultura.

Mesmo com os fatores que impossibilitam a continuidade da produção, o Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca se mantém atuante por um grande fator: a importância e relevância cultural que o engenho e sua produção exercem na família, onde os saberes tradicionais são passados para as outras gerações, que hoje ajudam e são responsáveis pela continuidade da produção no engenho, evidenciando a ‘permanência’ das práticas culturais e costumes familiares.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.) *Fontes Históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202, Capítulo 5.

BESEN, José Artulino. *1830-1980 São Joaquim de Garopaba* (Recordações da Freguesia). Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1980.

CASTELLANO, Flora de Oliveira. *Território e desenvolvimento rural: O caso dos engenhos de farinha de mandioca do litoral centro-sul de Santa Catarina*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos açores ao Brasil Meridional: Uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental*. Florianópolis: Editora do autor, 1998.

GUILARDI, Lívia. Garopaba (SC): *Economia colonial, complexo rural e acumulação flexível do capital*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LEIROZA, Adriane Schroeder Lins. Os engenhos de farinha em Florianópolis: Apontamentos para uma história plural. In: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (Org.). *Farinheiras do Brasil: Tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca*. Matinhos: UFPR Litoral, 2015, pg. 37-57, Capítulo 2.



“O engenho nunca parou”: permanências culturais nos engenhos de farinha – o exemplo do Engenho de Farinha e Alambique Vô Zeca, da cidade de Garopaba - Karina de Amorim Vieira

NEUBERT, Enilto de Oliveira. Santa Catarina: O berço da industrialização da mandioca. In *Revista Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v.26, n.1, p. 14-16, março 2013.

PIERONI, Gabriella. *Engenhos da Cultura: Teias Agroecológicas*. Florianópolis: Ponto de Cultura Engenhos de Farinha/CEPAGRO, 2014.

SCHIO, Caroline; PINHEIRO, Sérgio Leite Guimarães. Engenhos tradicionais de farinha de mandioca: Um Espaço para a Educação com abordagem Sistêmica, Aprendizagem Experiencial, Construção Interativa de Conhecimentos e Transformação Social. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, n.10, 2014, Foz do Iguaçu. Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis: SBSP, 2014, p. 1468-1474.

SERPA, Ivan Carlos. *Os engenhos de Limeira: História e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí - Mirim*. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SERRAGLIO, João Paulo; FLORIANO, Cesar. Os engenhos do Sertão do Peri na Ilha de Santa Catarina. In *Seminário de Patrimônio Agroindustrial*, n.2, 2010, São Carlos. Anais do 2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial, 2010, p.1-13.

Referências Eletrônicas

Cidades do IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420570>
Acesso em 30 de abril de 2017.

Cidade de Garopaba. Disponível em: <http://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58388#.WQXnfPnyvcc>
Acesso em 30 de abril de 2017.

Fontes

SOUZA, José Constâncio de & SOUZA, Luiz Fernando de, em entrevista cedida à Karina de Amorim Vieira. 13/05/2017. Macacu, Garopaba. Acervo da autora.

Recebido em 29 de maio de 2017.

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2018.



**O “ditador desaparecido”: a morte de Josef Stalin nas páginas do jornal *A Notícia*
(Joinville, 1953)**

José Carlos Marujo¹

Resumo: A partir da análise das notícias veiculadas no jornal *A Notícia*, de Joinville, em março de 1953, o estudo buscou delinear os discursos presentes na reação da publicação sobre a morte do líder soviético Josef Stalin (1878-1953) e quais eram algumas das expectativas para o futuro da União Soviética expressas pelo editorial. Para entender a constituição desses discursos remeteu-se, entre outras variáveis, às diretrizes político-partidárias do jornal e ao fenômeno anticomunista.

Palavras-chave: Joinville (SC); Jornal *A Notícia*; Josef Stalin; anticomunismo.

Abstract: Through the analysis of news articles published on the newspaper *A Notícia*, from Joinville, during march of 1953, the research intended to outline the publication's discourses about the death of soviet leader Josef Stalin (1878-1953) and what were some of its expectations around the future of the Soviet Union following the event. To comprehend these discourses, the political and partisan guidelines of the newspaper were taken into consideration, as well as its anticommunism.

Keywords: Joinville (SC, Brazil); Newspaper *A Notícia*; Josef Stalin; anticommunism.

A morte de Josef Stalin, em 05 de março de 1953, foi um evento mundial. O ‘desaparecimento’ do ‘generalíssimo’ soviético em plena Guerra Fria revelou as mais diversas reações, medos e expectativas em relação às políticas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o impacto da morte do líder no país e fora dele. Essa dimensão do ocorrido expressou-se nas páginas do jornal *A Notícia*, de Joinville, e o presente estudo buscou reconstruir as narrativas do periódico e as perspectivas para o futuro da União Soviética que ele apresentou imediatamente após a morte de Stalin.

O jornal, enquanto fonte histórica, nos oferece abundantes e variadas informações. Tania Regina de Luca afirma que a utilização dos periódicos na produção historiográfica tem suas raízes nas discussões realizadas pela Escola de Annales a partir do final da década de 1920. Este movimento encabeçou uma renovação temática radical na historiografia e questionou, desde o início, a noção de ‘fontes’². No Brasil, no que diz respeito aos jornais e periódicos, a autora sustenta que os historiadores do país encaravam com desconfiança a utilização dessas mídias como base para a pesquisa. Ainda assim, eles começaram a ser

1 Acadêmico da Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Artigo redigido em 2017/1 para fins de avaliação da disciplina de História de Santa Catarina, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cristina Scheibe Wolff. Email jose.marujo@grad.ufsc.br

2 LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, p. 111-54, 2008, p. 113.



incorporados aos estudos a partir, principalmente, da década de 1960³. Para Luca, metodologicamente, “historicizar” o jornal requer atenção à sua materialidade, funções sociais e conteúdo, além de suas relações com o mercado, com a publicidade e com o público. Tais variáveis são relevantes na medida em que estão revestidas de intencionalidades⁴.

Assim, o *A Notícia* foi escolhido como ponto de partida para analisar novas dimensões da influência da URSS, de Stalin e do anticomunismo na imprensa e na sociedade brasileira. Editado há mais de noventa anos, o jornal se consolidou rapidamente como um dos jornais mais importantes da região norte catarinense e, portanto, era um relevante difusor de ideias e ideologias, como veremos adiante. As narrativas da morte de Stalin em suas páginas são reveladoras do contexto brasileiro de conflito com a ideologia comunista em sua expressão no estado de Santa Catarina, um campo que se demonstra pouco explorado. As páginas seguintes se dedicam a um panorama do governo e da morte do líder soviético, um histórico do *A Notícia* e de seu contexto específico e a busca de elementos discursivos que demonstrem um posicionamento político em relação ao evento por parte da redação do jornal.

O narrado

Stalin, nascido Josef Djughashvili em 1878, na Geórgia, começou sua militância em 1901 em Tiflis, capital do país, seguindo as diretrizes de Lênin divulgadas através do periódico *A Centelha*. Segundo José Paulo Netto, sua atuação se aproximava da clandestinidade, já que organizava as ações armadas – papel que desempenhou, também, na Revolução Russa de 1917. Dali em diante sua influência só cresceu: em 1922 se tornou secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e em 1941 primeiro-ministro da URSS. Foi um dos líderes que guiaram a vitoriosa luta contra a Alemanha nazista, o que elevou seu prestígio e o consagrou *generalíssimo*⁵.

É lembrado como o responsável pelo grande desenvolvimento econômico experimentado pela União Soviética entre as décadas de 1930 e 1940, o que contribuiu para o surgimento do chamado “culto à personalidade” de Stalin: um fascínio desmedido por ele, desenvolvido pela população soviética e pelos partidos comunistas ao redor do mundo⁶ – o que em muito aumentou o choque quando, no vigésimo congresso do PCUS em 1956, Nikita

3 LUCA, op.cit., p. 116-8.

4 Ibidem, p. 132, 138.

5 NETTO, José Paulo. O que é stalinismo. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-3.

6 Ibidem, p. 14.



Khrushchov publicizou os violentos expurgos realizados entre 1934 e 1939, quando boa parte da cúpula e dos quadros do Partido, milhares de membros do Exército Vermelho e inúmeros civis foram expulsos ou assassinados. Sob o lema de proteção da Revolução, o que Stalin pretendia – e conseguiu, em boa medida – era eliminar oposições ao seu governo. O caso mais recordado é do conhecido opositor Leon Trotsky (1879-1940), exilado e posteriormente executado.

Segundo Abraham Rothberg, quando morreu, Stalin “deixou a União Soviética num dilema moral e político [...], deixou a nação despreparada”⁷. Nesse sentido, seu ‘desaparecimento’ colocou em questão a sucessão de seus postos como secretário-geral e primeiro-ministro, além de causar um certo temor em relação ao futuro da URSS – dentro e fora dela. É nesse quadro que se insere este estudo. A seguir, nos ocuparemos de um panorama da história do jornal *A Notícia* para, em seguida, analisar algumas das notícias veiculadas pela publicação em março de 1953, mês da morte de Stalin e de maiores discussões quanto a repercussão do ocorrido.

Os narradores

O jornal *A Notícia* foi fundado em março de 1923, em Joinville, por Aurino Soares. Nas duas décadas seguintes ganhou espaço na comunidade local e, com sua publicação diária desde 1930, foi um empenhado difusor da ideologia nazista na imprensa da região durante a Segunda Guerra Mundial⁸. Contava, nesse período, com um número considerável de anunciantes: boa parte do tempo duas das quatro páginas eram dedicadas à anúncios e publicidade, o que atesta a popularidade do noticiário⁹. Em 1944, porém, sua publicação é interrompida com a morte de seu fundador. Apolinário Ternes nos oferece uma perspectiva interessante sobre a jornada da publicação: em 1983 publica *História do Jornal A Notícia*, livro editado na própria redação do jornal em razão do aniversário de sessenta anos do periódico. Em um texto que se pretende histórico, mas que não se priva de juízos de valor, positivos e negativos, Ternes assevera uma visão particular para a trajetória do *A Notícia*. Ele estabelece, também, uma divisão da história do jornal em fases: da fundação, em 1923, até a

⁷ ROTHBERG, Abraham. Os herdeiros de Stalin: a dissidência e o regime soviético (1953-1970). Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1972, p. 17-8.

⁸ BARCELLOS, Bruna Luíza; FERNANDES, Mário Luis. Jornal *A Notícia* e o discurso nazista em Santa Catarina. Cenários da Comunicação, v. 7, n. 2, p. 127-135, São Paulo, 2008, p. 128, 131-2.

⁹ TERNES, Apolinário. *A Notícia: jornalismo & história (1923-2003)*. Joinville: Letradágua/A Notícia, 2003, p. 53.



morte de Aurino Soares, em 1944; da reabertura, em 1946, até a transição da administração para uma sociedade anônima, em 1956; de 1956 até 1978, momento em que o jornal sofre uma retração; e de 1978 em diante, quando o jornal se moderniza, cresce e se estabelece¹⁰. Utilizaremos, aqui, essa divisão, com destaque para a segunda fase.

Segundo Ternes, após a morte de seu fundador, o jornal enfrentou um período de grande dificuldade: por 18 meses, enquanto os credores de Aurino Soares inventariavam o patrimônio do jornal e da gráfica onde era impresso, além das dívidas do falecido chefe, o *A Notícia* deixou de circular. Em maio de 1946, sob direção de Antônio Ramos Alvim e Pedro Torrens, antigos amigos de Soares, o jornal voltou às bancas¹¹. Fator determinante para tal foi o patrocínio financeiro de Aderbal Ramos da Silva, político de Florianópolis filiado ao Partido Social Democrático (PSD), cujo nome jamais apareceu em documentos oficiais – sua influência foi sentida, principalmente, através de Abelardo de Silva Gomes, seu ‘homem de confiança’. O ‘apoio’ de Ramos da Silva definiu com clareza a linha editorial dessa segunda fase do jornal, a publicação tinha, então, “fins puramente políticos”¹², a saber, o de eleger o psedista para o governo do Estado. De fato, em 1947, Ramos da Silva foi eleito governador com uma considerável vantagem sobre o adversário da União Democrática Nacional (UDN), Irineu Bornhausen.

Ternes atribui essa vitória, em boa parte, à influência do *A Notícia*; o entendimento dessa relação, no entanto, ainda precisa ser explorado mais cuidadosamente. Nas edições analisadas para a realização deste estudo, o número de anúncios era considerável. Como afirmado anteriormente, este pode ser um dos sinais que apontam para a importância do jornal no período. Não é possível afirmar, no entanto, se ele era prestigioso o suficiente para influenciar eleições estaduais. O fato é que na época a publicação, em formato de tabloide, era diária e tinha uma tiragem de cerca de três mil exemplares – número que subia para 3.800 aos domingos – e concorria com o udenista *Jornal de Joinville*. Fundado em 1919, este era o principal oponente político do *A Notícia* e, segundo Ternes, em determinados momentos “se manteve em pé de igualdade” quando se tratava de prestígio e popularidade¹³.

10 Essa temporização foi primeiro idealizada em: TERNES, Apolinário. *História do Jornal A Notícia*. Joinville: A Notícia, 1983. Nela, a terceira fase do jornal encerrava-se em 1980. Em 2003, no entanto, uma reedição do livro, publicada em comemoração ao aniversário de oitenta anos de fundação do jornal, atualizou a divisão para a forma aqui apresentada. Ver: TERNES, 2003.

11 TERNES, 1983, p. 91-3.

12 *Ibidem*, p. 94.

13 *Ibidem*, p. 98-9.

O jornal se tornou, inegavelmente, veículo político do PSD em oposição à UDN. Em editorial de 20 de outubro de 1956, quando a publicação passou oficialmente a uma nova administração, o então diretor Roberto Hélio Ramos Alvim escrevia:

Filiados ao Partido Social Democrático, com ele marchamos desde a primeira hora. Com ele e por ele tomamos parte ativa aliciadora e orientadora da opinião pública [...]. Em cada e em todas as edições de nosso jornal, nesses longos dez anos fez-se sentir, esteve presente, com toda a convicção, a orientação político-doutrinária do Partido Social Democrático¹⁴.

Nem sempre esse apoio foi tão evidente e, podemos supor, tal honestidade relacionou-se à eminente saída dos administradores psedistas da direção do jornal. Mesmo no curto período analisado para este trabalho, no entanto, a presença de notícias relacionadas ao partido e seus políticos é marcante. A crítica aos opositores udenistas perpassou por um ponto que nos interessa analiticamente: no artigo supracitado, eram acusados de coligação com os comunistas¹⁵. Esse argumento já vinha sendo utilizado pelo PSD desde 1945, quando, em ocasião da queda de Getúlio Vargas e subsequente campanha à presidência, alguns membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) associaram-se à UDN¹⁶. Aí está um dos primeiros sintomas do anticomunismo do jornal que afetou, em maior ou menor medida, sua cobertura em notícias relacionadas à União Soviética e a morte de Stalin.

Rodrigo Patto Sá Motta, em seu estudo referencial *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, aponta que o anticomunismo organizado e militante, que teve grande impacto no século XX, surgiu num panorama mundial de recusa da Revolução Russa e subsequente instauração da administração bolchevique. No Brasil, segundo o autor, a reação teria sido imediata, com setores da imprensa e das elites se manifestando contra o evento durante toda a década de 1920. Além disso, a consolidação do PCB, durante a década de 1930, e a Intentona Comunista de 1935, evento marcante para as classes políticas e econômicas dominantes do país, teriam cimentado o sentimento anticomunista em setores da sociedade¹⁷.

Para Motta, as principais vertentes do movimento no Brasil foram a católica, que tratava o comunismo como um inimigo da Igreja¹⁸, a nacionalista, que nessa forma específica era

14 ALVIM, Roberto Hélio Ramos. Despedida. *A Notícia*, Joinville, 01 mai. 1956, p. 1 *apud* TERNES, ibidem, p. 101.

15 Ibidem, p. 96.

16 BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950). *Varia Historia*, v. 30, n. 52, p. 51-66, Belo Horizonte, jan/abr 2014, p. 56.

17 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, f. XIX-XXI.

18 Ibidem, p. 18.



defensora “da ordem, da tradição, da integração e da centralização”, bandeiras inconciliáveis com os ideais da Revolução de 1917¹⁹, e o liberalismo, que acusava o comunismo de debelar a liberdade e violar o postulado quase sagrado da propriedade privada²⁰.

Estavam presentes, na segunda fase do *A Notícia*, discursos provenientes dos ideários católico e nacionalista, mas, considerando os fundamentos liberais do PSD e o destaque dado a facetas autoritárias do stalinismo, como veremos adiante, podemos supor que o jornal estava mais fortemente ligado à matriz liberal.

Alguns elementos que podemos destacar para corroborar tal afirmação estão presentes em editorial de 1º de maio de 1946, de reinauguração do jornal, em que Abelardo da Silva Gomes afirmava que a nova direção não pouparia “esforços no combate às idéias [sic] dissolventes e desnacionalizadores, venham de onde vierem, seja sob roupagem cintilante ou bandeiras coloridas, com braços para cima ou punhos cerrados”²¹. Aqui, há uma dupla crítica: primeiro ao comunismo, que, como mostra Rodrigo Motta, era encarado também a partir da perspectiva de “ameaça estrangeira”²² e, em seguida, ao nazismo (“braços para cima”), que, como já observado, foi parte do ideário do jornal e de seu fundador até 1944. A relação do jornal com a ideologia nazista e a influência disso nas narrativas da Segunda Guerra Mundial, onde a URSS e Stalin tiveram reconhecida participação, ainda constituem campos pouco estudados²³.

É significativa, no entanto, essa aparente negação do nazismo no momento que a cidade de Joinville vivia entre as décadas de 1940 e 1950. O município sentiu nesse período os efeitos da campanha de nacionalização empreendida pela ditadura Vargas. Como uma cidade formada, em boa parte, por descendentes de imigrantes alemães, esse período foi extremamente delicado. A proibição dos costumes e da língua alemã durante a campanha teve profundos efeitos na população local e a disputa se acirrou durante a Segunda Guerra Mundial. Essas marcas que têm sido destacadas na historiografia sobre o período, como no estudo de Janine Gomes da Silva, que mostra que no centenário da cidade, em 1951, houve uma recuperação do passado dos “pioneiros” alemães e uma valorização de seus ‘feitos’, mas que destacava a união com os ‘demais brasileiros’ definidora da formação da cidade e de seu

19 Ibidem, p. 29.

20 Ibidem, p. 37.

21 GOMES, Abelardo da Silva. Retorno. *A Notícia*, Joinville, 01 mai. 1956, p. 1 *apud* TERNES, op. cit., p. 93.

22 MOTTA, op. cit., p. 55.

23 Até onde foi possível averiguar, somente um trabalho foi realizado sobre a ligação do jornal com o ideário nazista: BARCELLOS; FERNANDES, 2008.

progresso econômico²⁴. O *A Notícia* esteve presente em tal campanha, declarando em 04 de março de 1951:

Ali, em seu pródigo e rico seio vive e trabalha os seus incansáveis habitantes, brasileiros dinâmicos de olhos azuis e cabelos louros e que de braços dados com seus irmãos de Tez Morena e olhos pretos, labutam pela felicidade de suas famílias e pela grandeza de sua pátria, legando aos seus pósteros a mais bela e sublime lição de trabalho e ardor progressista [...]²⁵.

Em 1946 Abelardo da Silva Gomes asseverou, ainda, o caráter "livre, cristão e farto" de um Brasil que não precisaria, portanto, "importar usos e costumes, bem como práticas políticas de outras procedências [...] não condizentes com nossas tendências democráticas"²⁶. Nas fontes pesquisadas, questões relacionadas à liberdade e à cristandade na União Soviética e países-satélite figuram com alguma frequência, inclusive em textos não relacionados à morte de Stalin. Um artigo intitulado "O cristianismo ainda um problema para o Kremlin", publicado em 13 de março de 1956, por exemplo, apontava o 'impasse' da "continuada influência do cristianismo na vida soviética"²⁷. Outro, ainda, denunciava: "Escolas sem Deus na zona russa da Alemanha"²⁸. A próxima sessão do texto é dedicada a análise dessas e de outras questões.

As narrativas

"Faleceu Josef Stalin" anunciava, em 6 de março de 1953, a capa do *A Notícia*. No artigo jornalístico que se segue, notícias vindas de Moscou, Washington D.C., Paris, Londres e Zurique, informando sobre os detalhes médicos, o "testamento político" deixado pelo líder soviético e um esboço da reação da comunidade judaica perante o evento. Na última página da edição, o texto continua, expondo a reação do presidente norte-americano à época, Dwight D. Eisenhower, e uma declaração do russo Alexander Kerensky, ex-primeiro-ministro do Governo Provisório de 1917, que diz não esperar modificações radicais na política soviética mas deseja que a morte de Stalin devolva, "afinal de contas", "a liberdade ao povo russo,

24 SILVA, Janine Gomes da. Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Tese (Doutorado em História Cultural), UFSC, 2004, p. 18.

25 O Centenário de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 04 mar. 1951, p. 3 *apud* Ibidem, p. 16.

26 GOMES *apud* TERNES, op. cit., p. 93.

27 O cristianismo ainda um problema para o Kremlin. *A Notícia*, Joinville, 13 mar. 1953, p. 3.

28 Escolas Sem Deus Na Zona Russa Da Alemanha. *A Notícia*, Joinville, 8 mar. 1953, p. 4.



primeira vítima da ditadura totalitária [sic] comunista". Na chamada da matéria, declarações dos dirigentes do Partido Comunista Russo lamentam "o desaparecimento de seu chefe supremo"²⁹. Junto do texto, uma foto oficial do líder.

Na segunda página de todas as edições desta fase do jornal se encontra o aviso de que "a direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos ou notas assinadas", mas, como vimos, o jornal *A Notícia*, de 1946 a 1956, tinha um cunho político-partidário bem definido e, portanto, não é inseguro supor que os textos assinados estivessem alinhados aos interesses dos editores. Nesse sentido, um artigo cunhado por Francisco Carlos Soderó, intitulado "Que acontecerá na União Soviética quando morrer Stalin?", publicado na edição supracitada em largo espaço, nos oferece uma perspectiva interessante.

Soderó opina, principalmente, sobre a sucessão de Stalin no cargo de primeiro-ministro. Cita, para tal, três nomes: Geórgiy Malenkov, "secretário particular de Stalin [...], que tem vistas a [ilegível] os papéis e documentos mandados pelo ditador de todas as coisas"; Lavrentiy Beria, "o temido chefe da polícia secreta [...]. A seu cargo e á [sic] sua disposição ficam os prisioneiros políticos [sic], inimigos do regime. E quem na patria de Trotsky, está hoje livre de uma acusação de tal tipo?"; e Vyacheslav Molotov, "homem de confiança do partido, isto é, de Stalin"³⁰.

Esses apontamentos trazem à tona diversas questões. Em primeiro lugar, o texto de Soderó é o único da edição de 06 de março a se referir a Stalin como "ditador". O termo se tornará recorrente nas edições seguintes, mas é marcante que um artigo assinado, pelo qual os diretores 'não se responsabilizavam', traga tal termo aliado a uma escrita muito mais crítica e dura ao governo stalinista do que o texto editorial, como mostra o destaque para a perseguição política de "inimigos do regime" e a equiparação do PCUS à figura de Stalin, elemento chave do já citado 'culto à personalidade' do líder. O artigo de Francisco Carlos Soderó, portanto, trouxe consigo elementos que permeariam, dali em diante, a cobertura da morte de Stalin e como ela se referia a ele – ditador, generalíssimo – e à União Soviética – ditadura que perseguia opositores e limitava as liberdades individuais. Além disso, marcou o início da especulação sobre o futuro do país, primeiro acerca do sucessor de Stalin, depois das políticas que este assumiria; as principais expectativas que figuram nas páginas do jornal são o medo de outra guerra mundial e a possibilidade de um desmanche da URSS sem seu líder.

29 Faleceu Josef Stalin. *A Notícia*, Joinville, 06 mar. 1953, p. 1, 8.

30 SODERO, Francisco Carlos. Que acontecerá na União Soviética quando morrer Stalin?. *A Notícia*, Joinville, 06 mar. 1953, p. 8.



Cabe ressaltar que não pretende-se, aqui, negar ou justificar as ações do governo de Stalin. Busca-se, sim, encontrar as críticas – ou até mesmo defesas – feitas ao líder soviético, como elas são feitas, seu conteúdo e qual a cultura política que as origina³¹. Tal exercício precisa ser aprimorado, mesmo para o curto período aqui analisado, de forma que se possa retroceder temporalmente e delinear essa narrativa ao longo da existência do jornal. Por hora, no entanto, nos limitamos a uma análise mais atenciosa das primeiras fontes disponíveis e a apontar os passos que podem ser tomados em trabalhos posteriores.

Resta narrar...

A continuidade da pesquisa poderá voltar um olhar mais atento, por exemplo, para o espaço dado para opiniões sobre a morte de Stalin, como na edição de 07 de março, em artigo intitulado "Agita o mundo a morte de Stalin", em que as impressões de diplomatas, políticos e clérigos são reproduzidas; a maioria fala da capacidade de liderança de Stalin, contraposta à sua brutalidade³². Junto disso, o estudo das expectativas em relação ao futuro da URSS pode, também, ser levado além do exposto até então. As imagens utilizadas pela publicação também merecem atenção, como a que acompanha o último artigo citado, que traz Malenkov, apontado como sucessor de Stalin, "o ditador desaparecido". Outras dimensões de estudo podem incluir a recepção dessas notícias pelo público da região – aqui, a principal dificuldade seria a localização das fontes – e uma análise comparativa entre o *A Notícia* e outros jornais locais.

Além disso, outros fatores que devem ser averiguados dizem respeito às questões políticas da União Soviética destacadas pelo jornal, como a Guerra da Coreia, acerca da qual Stalin participava dos debates e negociações, e os embates na Cortina de Ferro, como um bombardeio a aviões ocidentais em 16 de março de 1953, que é visto como uma mensagem clara de que a URSS continua na ofensiva contra o ocidente. Por fim, existem as questões políticas nacionais que podem ter influenciado, em alguma medida, o discurso do jornal, como o decreto número 32.285, de fevereiro de 1953, que regulamentou o câmbio oficial e instituiu o câmbio livre, em meio a negociações e aproximações com os Estados Unidos.

31 A categoria “cultura política” é utilizada, aqui, para definir “um conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro” (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. São Paulo: Zahar, 2014, p. 12).

32 *Agita o mundo a morte de Stalin*. *A Notícia*, Joinville, 07 mar. 1953, p. 1, 8.



Fica evidente, portanto, que esta análise não pode terminar neste texto. As questões discursivas pedem atenção redobrada e o *A Notícia*, em sua configuração político-partidária, oferece inúmeras possibilidades de pesquisa e extenso corpo de fontes. Sua cobertura da morte de Stalin, permeada por críticas à União Soviética, estava assentada no discurso fundador da segunda fase do jornal (1946-1956), que se propôs como defensora da democracia nacional e militante contra influências internacionais perniciosas, entre as quais, certamente, figurava o 'comunismo' soviético e seu 'generalíssimo'. Nesse sentido, bebeu da fonte do anticomunismo liberal brasileiro, com algumas influências cristãs e nacionalistas, e se empenhou em denunciar o caráter ditatorial do regime soviético e de seu líder.

Referências

A NOTÍCIA. Joinville: 5 mar. 1953 - 13 mar. 1953. Disponível em: Biblioteca Pública de Santa Catarina, Florianópolis.

BARCELLOS, Bruna Luíza; FERNANDES, Mário Luis. Jornal *A Notícia* e o discurso nazista em Santa Catarina. *Cenários da Comunicação*, v. 7, n. 2, p. 127-135, São Paulo, 2008.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950). *Varia Historia*, v. 30, n. 52, p. 51-66, Belo Horizonte, jan/abr 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-54, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. *As universidades e o regime militar*: Cultura política brasileira e modernização autoritária. São Paulo: Zahar, 2014

NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROTHBERG, Abraham. *Os herdeiros de Stalin*: a dissidência e o regime soviético (1953-1970). Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1972.

SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização*: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Tese (Doutorado em História Cultural), UFSC, 2004.

TERNES, Apolinário. *História do Jornal A Notícia*. Joinville: A Notícia, 1983.

_____. *A Notícia*: jornalismo & história (1923-2003). Joinville: Letradágua/A Notícia, 2003.



O “ditador desaparecido”: a morte de Josef Stalin nas páginas do jornal *A Notícia* (Joinville, 1953) - José Carlos Marujo

Recebido em 28 de maio de 2017.

Aceito para publicação em 29 de janeiro de 2018.



A Revolução chegou aqui? As notícias de jornais em Florianópolis sobre o estabelecimento da República Popular da China em 1949

André Valente Maia¹

Resumo: A proposta deste trabalho é investigar as notícias em jornais de Florianópolis durante as primeiras semanas de outubro de 1949 sobre a tomada do poder pelos comunistas chineses, em 01 de outubro de 1949, e a constituição da República Popular da China. A análise parte da divulgação dessas informações, buscando elencar um contexto mais amplo, no qual procuro demonstrar o interesse da notícia na formação de opinião sobre o assunto. Nesse sentido, cabe um olhar atento ao interesse da mídia, o que era destacado e o que era silenciado num momento em que o movimento anticomunista ganhava destaque na luta ideológica da Guerra Fria.

Palavras-chaves: Santa Catarina; Revolução Chinesa; Anticomunismo.

Abstract: The purpose of this paper is to investigate news in newspapers at Florianópolis during the first weeks of October 1949 about the Chinese Communists taking power on October 1, 1949, and the constitution of the People's Republic of China. The analysis starts from the dissemination of this information, seeking to provide a broader context, in which I try to demonstrate the interest of the news in the formation of opinion on the subject. In this sense, it is necessary to take a close look at the interest of the media, which was highlighted and what was silenced at a time when the anti-communist movement gained prominence in the ideological struggle of the Cold War.

Keywords: Santa Catarina; Chinese Revolution; Anti-communism.

A primeira metade do século XX foi um período de grande turbulência para o mundo com diferentes escalas de intensidade em cada país. A proposta deste trabalho é analisar um desses momentos, o ápice da Revolução Chinesa, com a vitória dos comunistas e a instituição da República Popular da China em 1949 e como esse evento foi reverberado através de dois jornais de Florianópolis. O estímulo para a realização deste artigo relaciona-se com o interesse pela História da China, aprendizado que vem sendo construído ao longo de pesquisas realizadas sobre o processo de modernização e abertura chinesa ao Ocidente. A análise proposta parte da utilização do jornal como fonte histórica e a metodologia sugerida por diversos autores, entre eles Lapuente, Zanelatto e Luca. Em seguida, busco discutir as publicações dos jornais *O Estado* e *A Gazeta* relacionando o fato noticiado com a bibliografia específica.

A utilização dos jornais como fonte histórica é relativamente recente por parte dos historiadores brasileiros. Apesar da historiografia francesa, com as gerações dos *Annales*, ter operado uma “revolução documental”, proporcionando novas definições de fonte histórica

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: andrevmaia@gmail.com



durante a primeira metade do século XX, será apenas no final deste século que os historiadores brasileiros passaram a tratar o jornal, com mais atenção. É com o fortalecimento da História Cultural e com a terceira geração dos *Annales*, que a historiografia brasileira altera sua relação com o jornal como documento-fonte².

O jornal, como fonte, exige um contraponto com outras fontes, pois podemos percebê-lo “em dois tempos: um objetivo, que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo, que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas que é possível identificar à luz do contexto histórico”³. É necessário um olhar atento na construção do fato jornalístico, já que nessa produção existem elementos objetivos e subjetivos de quem o produz, além dos interesses do próprio jornal⁴. Dessa forma, o jornal não pode ser entendido como neutro, devido o estabelecimento de relações com sujeitos, instituições e ideologias, demonstrando através de suas publicações, um conjunto de interesses⁵.

Neste trabalho, procuro demonstrar como a imprensa em Santa Catarina, através do jornal *O Estado e A Gazeta*, noticiaram a constituição da República Popular da China pelos comunistas, em 01 de outubro de 1949, buscando contrapor a notícia publicada nestes jornais com a historiografia sobre o evento. Tal análise possibilitará apreender os elementos presentes na sociedade catarinense, ou então aquilo que os detentores dos poderes, tanto estatal quanto da mídia, procuravam influenciar na divulgação das notícias. Neste caso cabe destacar a interligação entre o poder político e a mídia, visto que o jornal *O Estado* era propriedade da família de Aderbal Ramos da Silva, eleito governador de Santa Catarina em 1947 e que em 1949 estava licenciado do cargo para tratamento médico⁶.

O jornal *O Estado* foi fundado em 1915 e teve sua última edição em 2008⁷, foram mais de 90 anos de circulação por quase todos os municípios de Santa Catarina constituindo-se como um dos principais jornais do estado. Durante esse período, modificou-se, contando com diferentes proprietários e diversificada linha editorial, e em 1946 passa a ser controlado

2 LAPUENTE, Rafael Saraiva. O Jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10. Porto Alegre, 2015, p. 03.

3 SOSA, Derocina Alves Campos. A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, p. 11-12.

4 LAPUENTE, Rafael. *Op. Cit.*, p. 06.

5 ZANELATTO, João Henrique; SANTOS, Rafael Medeiros dos. Imprensa e política: O fascismo italiano nos jornais de Florianópolis na década de 1930. In: Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, 16. Chapecó, 2016, p. 02.

6 RENGEL, Simone Aparecida. Discurso católico e a campanha anticomunista no Diário da Tarde e O Estado na curta legalidade do PCB (1945-1947). Revista Tempos Acadêmicos, Criciúma, v. 1, n. 1. 2003. p. 02.

7 SILVA, Cristiani Bereta da; GOUVÊA, Vanessa Moraes de. Movimentos sociais rurais e redemocratização do Brasil: interpretações possíveis a partir do jornal O Estado (1980-1990). História Actual Online, Norteamérica, Cádiz, n. 31. 2013, p. 109.

pelo político catarinense Aderbal Ramos da Silva, vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD)⁸, tornando-se mais uma ferramenta de apoio para a disputa partidária no estado.

Quanto *A Gazeta*, jornal de propriedade do jornalista Jairo Callado e fundado em 1934, era um dos principais jornais da capital catarinense. Em seu início apresentava na capa a inscrição "Sem quaisquer ligação política", deixando de existir no período analisado. Este fato comprova a importância do jornal nas disputas políticas da cidade e do estado⁹.

Em 01 de outubro de 1949, em Pequim, tomada pelas forças comunistas desde janeiro do mesmo ano, de um palanque colocado em cima do Portão da Paz Celestial, Mao Zedong anunciou formalmente a fundação da República Popular da China¹⁰. No mesmo dia, o jornal *A Gazeta* publicava na primeira página, em meio a diversas outras notícias a luta na China.

A luta na China.

HONG KONG, 29 (R.) - Informou-se que as forças nacionais chinesas estão lutando contra poderosas forças comunistas em marcha num ponto distante 200 quilômetros ao norte de Cantão. Anunciou-se, também, que o governo está concentrando suas forças em Amoy para travar a última batalha pela posse dessa importante cidade situada na Ilha de Haymun, em frente a costa sudeste da China¹¹.

Enquanto isso, na edição nº 10.590 do domingo 02 de outubro de 1949 do jornal *O Estado*, apresentava na primeira página a seguinte notícia:

Os nacionalistas chineses derrotados na ONU.

LAKE SUCCESS, 1º (V.A.) – A China Nacionalista sofreu uma derrota, quando o Comitê Político rejeitou o seu pedido de um pronto debate sobre a acusação, feita à União Soviética, de auxílio aos comunistas chineses.

O embaixador americano Phillip C. Jessup, apoiou o pedido da China, mas as cinquenta e nove nações do Comitê Político decidiram transferir o debate da matéria até ultimar a apreciação de três problemas importantíssimos - o das colônias italianas, o da Palestina e o do "Pacto de paz", proposto pela União Soviética.

O delegado chinês, T. F. Tsiang, pediu formalmente, que a sua denúncia fosse colocada na agenda logo após a questão das colônias italianas. Foi

8 FERRONATTO, Adriana. O ESTADO 100 anos. Notícias do Dia, Florianópolis, 13 mai. 2015. Caderno especial, p. 9.

9 DALCASTAGNE, Marcos. Crimes contra a economia popular durante a segunda guerra mundial em Santa Catarina (1942-1945). 2016. 315 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2016. p. 44.

10 SPENCE, JONATHAN D. Em busca da China moderna: quatro séculos de história. Tradução Tomás Rosa Bueno e Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 487.

11 Optou-se por manter a grafia original durante a transcrição da notícia. *A Gazeta*. 01 de outubro de 1949, n. 3541, ano XVI. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.



contudo derrotado por vinte e um contra vinte. O Comité Político votou mais tarde por 41 a 3, a inclusão do caso chinês, apenas, após os debates sobre o "pacto de paz" da Rússia.

Após o resultado da votação o sr. Tsiang declarou aos jornalistas: "Estou grandemente desapontado. A decisão do Comité Político significa que o assunto não será apreciado nas próximas semanas"¹².

O primeiro questionamento sobre esta notícia é pensarmos: qual é a sua fonte? Quem a produziu? Qual foi o seu interesse? Assim como aponta Tânia Regina de Luca:

Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo¹³.

Neste caso podemos pensar no que diz Antoine Prost sobre os jornais:

interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem¹⁴.

Inicialmente podemos perceber que a notícia parte dos Estados Unidos e Hong Kong e não da China, além de não evidenciar o ocorrido no dia 01 de outubro: a fundação da República Popular da China. Aqui temos um silenciamento por parte de ambos os jornais e a publicação da notícia demonstra um destaque para as ações do partido autodenominado nacionalista que neste momento já estava instalado na ilha de Taiwan, denominada a partir desse momento como República da China em oposição à declaração dos comunistas e que contava com o reconhecimento oficial por parte dos Estados Unidos e também da ONU. Evidencia-se também o apoio do embaixador dos Estados Unidos à reivindicação do delegado chinês diante da ONU.

Cabe destacar que ao final da Segunda Guerra Mundial havia na China aproximadamente 1,25 milhão de soldados japoneses, que estavam presentes no território chinês desde 1937 devido à invasão destes à China. Dentro deste complexo jogo de disputas,

12 Optou-se por manter a grafia original durante a transcrição da notícia. O Estado. 02 de outubro de 1949, n. 10590, ano XXXVII. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

13 LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 116.

14 PROST Apud LUCA. Op. Cit, p. 114.

que envolve diretamente forças comunistas e do Kuomintang¹⁵, temos ainda a presença dos Estados Unidos e da União Soviética. O Kuomintang tinha o apoio dos Estados Unidos e por vezes da União Soviética enquanto que as forças comunistas contavam apenas com o auxílio soviético. Porém a reclamação apontada pelo delegado chinês refere-se especificamente a permissão que tropas da União Soviética deram aos comunistas para se apoderarem de enormes estoques de armas e munições dos japoneses diante de sua rendição¹⁶.

Na terça-feira, contudo, 04 de outubro de 1949, na edição nº 10.591, também na primeira página do jornal *O Estado* temos a notícia da proclamação da República Popular da China:

Instalada a República Popular na China.

SHANGAI, 30 (O. E.) - Em gigantesca manifestação realizada em Pequim, capital da China comunista foi proclamada oficialmente a República Popular da China, anunciando-se ao mesmo tempo o estabelecimento do governo central popular com Chou En-lai como primeiro ministro¹⁷.

E no dia seguinte, 05 de outubro de 1949, o jornal *A Gazeta* publicou:

Hasteada a Bandeira Vermelha.

PEQUIM, 4 (R.) - Mais de 200.000 mil pessoas se reuniram diante do antigo Palácio Imperial, em Pequim, para ouvir a proclamação. Uma verdadeira tempestade de aplausos varreu a imensa praça, quando Mao Tse Tung apareceu no balcão do palácio. Imediatamente após a leitura da proclamação, foi hasteada a nova bandeira - vermelha com cinco estrelas amarelas - e executada a "Marcha dos voluntários", o novo hino da China¹⁸.

Ao contrário da notícia publicada anteriormente por ambos os jornais, estas foram enviadas de Shangai e Pequim, ou seja, da China. Destacamos a ausência do nome de Mao Zedong em *O Estado*, o qual refere-se a Pequim como a capital da "China comunista" indicando para o fato de que existia uma outra capital, não comunista, que seria a República da China, com sede em Taiwan. Enquanto isso, *A Gazeta* faz o caminho inverso, optando por apresentar Mao Zedong sem explicitar o termo comunista ou comunismo.

Por fim, em 09 de outubro de 1949, em uma página interna do jornal *O Estado*, foi divulgada a última matéria do periódico sobre o assunto para o período pesquisado. A notícia

15 Também chamados de nacionalistas. Prefiro a utilização do termo Kuomintang para evitar uma interpretação equivocada, uma vez que o confronto possa suscitar uma compreensão dualista, ou seja que os comunistas não seriam nacionalistas.

16 SPENCE, Op. Cit, p. 463.

17 *O Estado*, 04 de outubro de 1949, n. 10591, ano XXXVII. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

18 *A Gazeta*, 05 de outubro de 1949, n. 3.547, ano XVI. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.



em si já anuncia o fim das informações oriundas da China devido a expulsão de jornalistas ocidentais.

Inimigo da imprensa ocidental o novo govêrno chinês.

Nova York, 8 (O. E.) - O novo governo comunista chinês parece ter determinado a interrupção de todos os serviços noticiosos e jornalísticos das potencias ocidentais que tentavam transmitir notícias dos seus territorios¹⁹.

No jornal *A Gazeta* a publicação de notícias prosseguiu relatando mais informações sobre a disputa entre as forças do kuomintang e dos comunistas. Na edição de 13 de outubro de 1949, o destaque em sua primeira página evidencia o clamor do líder do kuomintang por auxílio na tentativa de reestabelecer o seu poder em toda a China.

Já começou a terceira guerra mundial.

HONG KONG, 12 (R.) - "Já começou a terceira guerra mundial, o militarismo comunista não poderá ser dominado se as nações democráticas não intervierem" declarou o marechal Chiang Kai Shek em mensagem dirigida à nação chinesa por motivo do 38º aniversário da República Chinesa.

LAKE SUCCESS, 12 (R.) - Fontes locais chinesas declararam hoje que, a partir de 15 de outubro, o govêrno nacionalista, estará funcionando em Chungking, em vez de Cantão. O premier interino e as outras altas autoridades deverão estar em Chungking a 20 de outubro²⁰.

Diante das notícias levantadas e a forma em que elas foram elaboradas, diversos elementos podem contribuir para uma problematização a cerca das motivações, e inferir que parte da sociedade catarinense não estava deslocada do contexto nacional e também das doutrinas propostas pelo mundo ocidental.

O primeiro elemento a ser pensado é a disputa ideológica, vivenciada neste momento, com o comunismo. Rodrigo Patto Sá Motta afirma que durante o período entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se mais que um espectro, conforme afirmado por Karl Marx para o século XIX, foi durante o século XX que se tornou mais evidente²¹. Em Santa Catarina o comunismo também conquistou adeptos. O trabalho de Simone Aparecida Rengel²²

19 O Estado. 09 de outubro de 1949. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

20 A Gazeta, 13 de outubro de 1949, n. 3.554, ano XVI. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

21 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "Perigo Vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 20.

22 RENGEL, Simone Aparecida. Discurso católico e a campanha anticomunista no Diário da Tarde e O Estado na curta legalidade do PCB (1945-1947). Revista Tempos Acadêmicos, Criciúma, v. 1, n. 1. 2003.



demonstra a campanha comunista na imprensa catarinense no período de 1945 a 1947. Já o sentimento anticomunista, presente na mídia no momento da divulgação das notícias sobre a fundação da República Popular da China, passava por uma de suas fases mais agudas, entre os anos de 1946 e 1950, principalmente por tratar-se do início formal da Guerra Fria²³.

É preciso elencar outro elemento que se fazia presente nesse contexto, não de forma isolada, mas inserido no contexto mais amplo e que ajuda a compreender o sentimento anticomunista existente na sociedade e na mídia. Marcos Alexandre de M. S. Arraes afirma,

Se antes e mesmo durante o conflito mundial o germanismo era a ameaça à hegemonia política e cultural estadunidense no continente americano, no pós-guerra isso ficará a cargo do bloco soviético e a possível expansão do comunismo pelos países do chamado *Terceiro Mundo*, sendo então os novos inimigos a se combater²⁴.

O Brasil, como um país da América Latina, estava inserido no raio de ação da Política da Boa Vizinhança, proposta pelos Estados Unidos. A iniciativa buscava efetivar o americanismo²⁵ através da mídia impressa, radiodifusão, cinema, políticas de suporte educacional, econômico e assistencialista.²⁶ Dessa forma, define um oposto a ser combatido - o comunismo. E o Brasil esteve entre os importadores desse discurso, como bem pontuou Marcos Alexandre Arraes²⁷.

Em artigo, Carla Candida Rizzotto aponta a constituição histórica da mídia no Brasil, e a responsabilidade desta como a grande responsável pela reorganização do poder simbólico²⁸. O controle do jornal *O Estado* por indivíduos ligados à política estadual e nacional no período, torna evidente a pretensão em ser um guia no processo de reorganização dos valores e das ideologias, principalmente na luta contra o comunismo no momento em que o jornal era uma das principais fontes propagadora de notícias. Porém é necessário lembrar que não podemos "tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de

23 MOTTA, Op. Cit, p. 22.

24 ARRAES, Marcos Alexandre de M. S. Discurso e imagens do americanismo no pós-guerra. In: Encontro Internacional da ANPHLAC, 9. Goiânia, 2010, p. 03.

25 Para ARRAES, americanismo é assumido enquanto uma "ideologia programática" em que estão presentes diversos elementos discursivos, tais como o ideal de democracia, o progresso e a tradição, o trabalho, a liberdade. Ibid., p. 02.

26 Ibid., p. 02.

27 ARRAES, Marcos Alexandre de M. S. O olhar do outro: visualidade americanista e alteridade no Brasil entre 1945-1960. In: Simpósio Nacional de História Cultural Escrita da História: Ver - Sentir - Narrar, 6. Teresina, 2012, p. 04.

28 RIZZOTTO, Carla Candida. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. In: Revista de Estudos da Comunicação, Curitiba, v. 13, n. 31. 2012, p. 112.



ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos"²⁹. Podemos pensar numa relação complexa entre todos os interesses envolvidos na produção jornalística assim como na composição e relação da empresa.

A divulgação de notícias sobre a fundação da República Popular da China em jornais de Santa Catarina demonstra um certo interesse pelos acontecimentos no mundo oriental, mas também um certo grau de intencionalidade na seleção e na forma como foi transmitida para o seu público leitor. Ao pensar em qual seria o interesse da sociedade catarinense pela revolução chinesa, é difícil precisar no escopo deste trabalho, porém nos ajuda a refletir o papel desempenhado pela imprensa diante do "perigo vermelho", conforme demonstra Rodrigo Patto Sá Motta.

Implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens³⁰.

Nesse sentido a volta para a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947 ajuda a compreender os elementos utilizados na luta anticomunista. Era necessário definir o inimigo e torná-lo real, principalmente a ameaça deste para o modelo capitalista aqui vigente. Era preciso legitimar ideias e ações demonstrando a força do comunismo, mesmo que em um local distante.

Assim, nos dias 20 e 26 de outubro de 1949 o jornal *A Gazeta* publica mais duas notícias acerca do avanço e vitória dos comunistas em diversas regiões da China, tomando pouco a pouco o completo controle do país.

Vitorias dos comunistas chineses.

HONG KONG, 19 (R.) - Uma força regular comunista chinesa ocupou hoje os últimos portos remanescentes em mãos dos nacionalistas. Estes portos são Amoy, importante ilha-cidade e antigo porto de tratado, e Swatow, na província de Kwantung³¹.

Vitorias comunistas.

HONG KONG, 25 (R.) - Os jornais desta cidade noticiaram que as tropas

29 LUCA, op. cit, p. 116.

30 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "indústria do anticomunismo. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 9, n. 15. 2001. p. 72.

31 *A Gazeta*, 20 de outubro de 1949, n. 3.560, ano XVI. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.



comunistas chegaram a onze quilômetros ao norte de Kweilin, importante centro das defesas do sul da China, situado a quatrocentos quilômetros a nordeste de Cantão e quartel-general de duzentos mil soldados nacionalistas, comandados pelo general Pai Chung-Hsi.

Despachos recebidos dessa frente indicam que o general Pai-Chung-Hsi já transferiu a sede do seu comando para Yungning (antes Nanning), povoação localizada a 175 quilômetros da fronteira com a Indo-China³².

Indo em outra direção, cabe destacar a importância da revolução chinesa como uma demonstração do poder do campesinato no seu desenvolvimento. Esse fato desperta para o que podemos chamar de um sentimento de classe da direção do jornal, ligado as oligarquias que mantinham o controle político do estado e o passado próximo de Santa Catarina com a experiência da Guerra do Contestado, duas décadas antes. Dessa forma, divulgar a constituição da República Popular da China com o protagonismo importante do campesinato, juntamente com outros grupos, sob a liderança das forças comunistas teria como possibilidade dar voz a grupos que historicamente tentou-se silenciar e impor a ordem vigente, determinada pelas oligarquias tanto a nível local como estadual.

A publicação das notícias sobre a fundação da República Popular da China nos jornais analisados, durante o mês de outubro de 1949, constitui-se em um processo em que o silenciamento proporciona uma maior reflexão acerca da notícia do que a informação expressa. Assim o jornal, como um veículo da imprensa pode

ser entendido como linguagem e prática constitutiva do social, que com sua própria historicidade e peculiaridades próprias, modelam as formas de pensar e agir, definem papéis sociais, generalizam posições e interpretações que pretendem ser compartilhadas e universais, além de delimitar espaços, demarcar temas e mobilizar opiniões³³.

A atuação política no estado neste período contou com o uso do jornal como uma ferramenta no palco das disputas. Importante observar as palavras de Werneck Sodré sobre a imprensa, a qual se compatibiliza com o regime, com as classes e com as forças políticas dominantes³⁴.

Para além da informação, as notícias publicadas no período de análise, objetivavam demonstrar a concretude das forças comunistas dando um sentido real ao "perigo vermelho".

32 A Gazeta, 26 de outubro de 1949, n. 3.564, ano XVI. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

33 LEITE, Carlos Henrique Ferreira; NETO, José Miguel Arias. O uso dos jornais para o conhecimento histórico: teoria e metodologia. In: Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO, 2. Ponta Grossa, 2015, p. 06

34 SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.



Da mesma forma, legitimava toda a ação empreendida no combate ao comunismo através da exploração do medo, implantado na sociedade, e a real possibilidade dos comunistas baterem a sua porta.

Referências

ARRAES, Marcos Alexandre de M. S. Discurso e imagens do americanismo no pós-guerra. In: *Encontro Internacional da ANPHLAC*, 9. Goiânia, 2010.

ARRAES, Marcos Alexandre de M. S. O olhar do outro: visualidade americanista e alteridade no Brasil entre 1945-1960. In: *Simpósio Nacional de História Cultural Escrita da História: Ver - Sentir - Narrar*, 6. Teresina, 2012.

DALCASTAGNE, Marcos. *Crimes contra a economia popular durante a segunda guerra mundial em Santa Catarina (1942-1945)*. 2016. 315 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.

FERRONATTO, Adriana. O ESTADO 100 anos. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 13 mai. 2015. Caderno especial.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O Jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: *Encontro Nacional de História da Mídia*, 10. Porto Alegre, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira; NETO, José Miguel Arias. O uso dos jornais para o conhecimento histórico: teoria e metodologia. In: *Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO*, 2. Ponta Grossa, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "indústria do anticomunismo". *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 9, n. 15. 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

RENGEL, Simone Aparecida. Discurso católico e a campanha anticomunista no Diário da Tarde e O Estado na curta legalidade do PCB (1945-1947). *Revista Tempos Acadêmicos*, Criciúma, v. 1, n. 1. 2003.

RIZZOTTO, Carla Candida. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. In: *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v. 13, n. 31. 2012. p. 112.

SILVA, Cristiani Bereta da; GOUVÊA, Vanessa Moraes de. Movimentos sociais rurais e redemocratização do Brasil: interpretações possíveis a partir do jornal O Estado (1980-1990). *História Actual Online*, Norteamérica, Cádiz, n. 31. 2013.



SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SODRÉ, Nelson Weneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPENCE, JONATHAN D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. Tradução Tomás Rosa Bueno e Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

ZANELATTO, João Henrique; SANTOS, Rafael Medeiros dos. Imprensa e política: O fascismo italiano nos jornais de Florianópolis na década de 1930. In: *Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*, 16. Chapecó, 2016.

Fontes

Jornal A Gazeta, Florianópolis, outubro/1949 – Acervo da Biblioteca Estadual de Santa Catarina.

Jornal O Estado, Florianópolis, outubro/1949 – Acervo da Biblioteca Estadual de Santa Catarina.

Recebido em 27 de maio de 2017.

Aceito para publicação em 05 de fevereiro de 2018.



Confrontos Periódicos: Os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro durante o Governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884)

Guilherme Da Conceição De Lima¹

Resumo: O presente artigo abordará o contexto da sociedade de Desterro (SC) em meio às disputas políticas entre o partido Liberal e o Conservador, durante o governo do presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa Júnior, no período de 29 de agosto de 1883 até 9 de setembro de 1884, através da imprensa. Objetiva-se perceber as particularidades do confronto político-ideológico de Liberais Versus Conservadores na capital da Província através das publicações feitas pelos jornais O Conservador, Correio da Tarde, A Lanterna, Regeneração, Jornal do Commercio e O Despertador, todos da cidade de Desterro (SC).

Palavras-chave: Imprensa; Liberais; Conservadores; Desterro; Política.

Abstract: This article will deal with the context of the Desterro (SC) society amid political disputes between the Liberal party and the Conservative during the government of the province's president, Francisco Luís da Gama Rosa Júnior, during the period of August 29, 1883 until September 9, 1884, through the press. The objective of this article is to understand the particularities of the political-ideological confrontation of Liberals Versus Conservatives in the capital of the Province through the publications made by the newspapers O Conservador, Correio da Tarde, A Lanterna, Regeneração, Jornal do Commercio e O Despertador, all of the city of Desterro (SC).

Keywords: Press; Liberals; Conservatives; Desterro; Politics.

1. O ambiente político no final do segundo Império e a imprensa

A temática imprensa durante o período monárquico brasileiro é um campo atualmente muito explorado pela Historiografia brasileira. Através dela podem-se observar as inúmeras facetas da sociedade durante o Império. Metodologicamente, nos oferecem um vasto campo de análise ao buscarmos algumas possibilidades e pontos de vista dentro da conjuntura política do Império brasileiro. O caso dos periódicos catarinenses não foge a esta regra, pois neles percebemos direta ou indiretamente o espectro do pensamento coletivo e individual daqueles que residiam no território da Província de Santa Catarina. Neste ponto, na observação das publicações dos jornais da capital da província, Desterro, poderá servir como anteparo para um aprofundamento acerca da utilização de periódicos e jornais a fim de compreender as minúcias conjecturais da época, contribuindo com novas ferramentas epistemológicas a historiografia catarinense que aborda o período.

Os últimos anos do governo imperial brasileiro (1870-1889) foram marcados por

¹ Guilherme da Conceição de Lima é graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: guilherme.2lima@gmail.com



intensas e ferrenhas disputas políticas, envolvendo os mais variados espectros ideológicos existentes na época. Já estava claro que, a partir das diversas leis que iam paulatinamente fragilizando o sistema escravista brasileiro, uma mudança na configuração da estrutura política. O fortalecimento do pensamento republicano, bem como a iminente abolição da escravatura, além do surgimento, durante a segunda metade do século XIX, de novas teorias políticas, sociais, econômicas e científicas surgidas na Europa, como o positivismo e sua crença inabalável no progresso, comunismo reivindicando igualdade social e das relações de trabalho, darwinismo (científico e social) pregando a evolução humana através da biologia, traziam para dentro da configuração sociopolítica imperial, novos componentes e pensamentos divergentes entre si. Nesta conjuntura, os dois partidos hegemônicos durante o segundo Império, o Partido Conservador e o Partido Liberal, pertencentes a campos antagônicos em seus cernes ideológicos, abrem novos pontos de fricção e escaramuças entre si. O modelo político imperial brasileiro facilitava e induzia confrontos eminentes entre Conservadores e Liberais no âmbito político. Adotando algo similar a uma monarquia constitucional, amparado no bipartidarismo, era campo propício para assentar as diferenciações e disputas entre os dois partidos².

Como frisado por Ferraz (2012), estabelece-se as ideias que vieram a caracterizar os dois partidos e seus projetos políticos. O Partido Conservador englobava, em sua composição, os burocratas e grandes latifundiários ligados ao setor agroexportador, oriundos da tradicional política colonial portuguesa, além de grandes comerciantes que se preocupavam com as instabilidades políticas, receosos do perturbado período das revoltas regenciais das décadas de 1830 e 1840. Já o partido Liberal era gerido, sobretudo, pelo programa ditado por profissionais liberais e donos de terra que tinham sua produção voltada para o mercado interno brasileiro. O segundo reinado, então, foi marcado por uma cisão quanto aos pontos de vista incongruentes entre estes projetos de nação, como no caso de reformas socioeconômicas nacionais³.

Os Conservadores preconizavam uma centralização do poder nas mãos do Imperador de forma a manter o modelo escravocrata, através do endurecimento da ordem pública, reafirmando os ditames aos quais foram assentados o Estado Imperial brasileiro, baseado no

² Monarquia constitucional é um sistema político que reconhece um monarca eleito ou hereditário como chefe do Estado, entretanto, o soberano na monarquia constitucional não tem poder absoluto. Seu poder é controlado pelo parlamento (poder Legislativo) e limitado pela Constituição, que estabelece os direitos e deveres do rei ou rainha.

³FERRAZ, 2012, p. 36.



latifúndio e no trabalho escravo. Se opondo ao proposto pelos rivais, os Liberais estabeleciam em seu programa o pensamento de respeito ao foro privado, calcados no liberalismo individual e econômico sendo contra o centralismo excessivo nas mãos da monarquia, defendendo uma descentralização político-administrativa na configuração estatal brasileira. Esta relação de oposição entre Conservadores e Liberais se pautou também na questão sobre o Poder moderador do Imperador. Os Liberais defendiam a redução e influência do poder moderador frente aos assuntos políticos, enquanto os Conservadores preconizavam seu fortalecimento institucional. Outro importante fator a se considerar era o enorme abismo da estratificação da sociedade brasileira no segundo império. A base social era danosamente excludente, inibindo a maior parte da população da participação política, de concepções referentes à liberdade do indivíduo e de seus direitos civis e sociais. Um traço marcante desta sociedade é o fato dela ter sido alicerçada na escravidão e num modelo de padrões sociais enraizadas numa estrutura patriarcal, relegando a população, em geral, de baixa escolarização, ao acesso aos bens mais básicos de subsistência⁴.

A política conservadora, de acordo com a historiografia conhecida pelos trabalhos de José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos, predominou durante boa parte do Segundo Reinado, sendo a solução encontrada pela elite política, mantendo e defendendo os interesses socioeconômicos dos grandes latifundiários, preocupados com a questão da agro exportação e seu desenvolvimento, mas não excluindo deste processo o pensamento liberal, apesar de que o modelo socioeconômico adotado pelo estado nacional do Império brasileiro fosse incongruente com a visão liberal em vários pontos, já que estamos falando de uma organização de sociedade brasileira embasada na escravidão, no patronato e numa controversa versão do modelo de representação política⁵. Este sistema começa a ser questionado já no final da década de 1860, paralelamente ao fim da guerra do Paraguai, quando os Liberais começam a ter maior espaço e proeminência na conjuntura política nacional, devido às demandas, tanto internas quanto externas, de mudanças sociais, pela abolição da escravatura e do crescimento do movimento republicano⁶.

Todo este Cenário verificado durante os últimos anos do império será ressaltado e refletido diretamente nas páginas dos jornais e publicações da imprensa neste período. Esta era o meio de comunicação no qual as opiniões e os pontos de vista da classe hegemônica

4 RINALDI, 2013.

5 LOBO e PEREIRA, 2014.

6 RINALDI, 2013



brasileira, sobretudo os grandes comerciantes e latifundiários donos de escravo, se utilizava para expor seus pensamentos, realizações, e principalmente, para criticar os adversários, das mais variadas formas de acusações levianas através de textos rebuscados e formalistas, com toques de ironia e indiretas enfáticas, chegando a ter publicações de viés extremamente grosseiro, pois essas discussões e “alfinetadas”, pela via dos jornais, acabavam sendo atribuídas a pseudônimos, deixando o autor da matéria no anonimato.

Os consumidores mais contumazes que acabavam se envolvendo nos embates políticos dos periódicos eram compostos por um grupo restrito, visto que a maior parte da população era analfabeta e também não tinha direito e participação pelo voto durante o Segundo Império. No entanto, isto não significava que até mesmo os excluídos do sistema eleitoral não acabassem se inteirando do que se passava nas esferas de poder através dos jornais. Havia leitura em voz alta de algumas publicações em locais de grande movimentação, como os mercados públicos e os cais dos portos. Outro ponto a ressaltar nesta questão é a introdução das figuras imagéticas das tirinhas e charges que, utilizando-se de uma linguagem visual, conseguiam passar ao público uma ideia crítica, sem precisar fazê-la através de uma escrita formal na norma culta. A imprensa se tornou ilustrada, através da litografia, utilizando-a para registrar o ambiente político, social e os costumes da época⁷. Nesta perspectiva, como apontado por Lobo e Pereira:

Observa-se que, se a imprensa detinha estatuto de destaque no pensamento constitucional e, na prática, era dos únicos meios de controle efetivo do governo no Brasil imperial, o fato de ser espaço de socialização, ocupação e ascensão política, sobretudo ante a carência de oportunidades fora do funcionalismo público, fazia dela instituto ainda mais peculiar. Afinal, a pressão e a concorrência exercidas por bacharéis e autodidatas no espaço público conduziam ao sobre Investimento da opinião, pulverizando-a em diversos periódicos, multiplicando as perspectivas e oposições, expondo assuntos em seus variados prismas, a depender de filiação política e postura individual. A articulação de fatores jurídicos, políticos, institucionais e sociais tornava mais complexo o papel da imprensa na esfera da política constitucional, tornando-a não apenas mecanismo de equilíbrio e limitação do poder; também meio de distinção sociopolítica, o que a reforçava como dispositivo institucional, sobretudo quando se tem em vista a salutar disputa partidária mantida durante o Segundo Reinado, evitando a unanimidade pela alternância entre conservadores e liberais, possibilitando discussão pública e críticas à ocasião, ainda que exercidas no lugar contingente da oposição (2014, pg. 187-188)⁸.

7 TELLES, 2010.

8 LOBO, J. L.; PEREIRA, L. F. L.. A imprensa do segundo reinado no processo político-constitucional: força moral e opinião pública / The second reign press in the constitutional process: moral strength and public opinion. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 59, p. 179-206, 2014. p 187-188.



Foi neste contexto que, em 1883, Francisco Luiz Da Gama Rosa Júnior foi nomeado para o cargo de Presidente da Província de Santa Catarina. Esta diferença e oposição entre o campo Liberal e o campo Conservador também teve espaço regionalmente, já que Gama Rosa pertencia à ala Liberal. Estas concepções influenciavam os diversos âmbitos da sociedade catarinense, ao perceber as publicações dos periódicos da Imprensa da capital da Província, Desterro. O confronto entre Liberal *Versus* Conservadores acabou sendo, dentro do contexto da cidade de Desterro, o embate entre a concepção de um mundo moderno e receptivo ao novo, contra uma visão de mundo estagnada, protetora de certa tradição e arraigada no pensamento de preservar os ditos bons costumes. Será através da análise dos jornais da época em que teremos a visão de como toda essa disputa e as visões de sociedade estavam presentes no debate político catarinense, especificamente na capital da província⁹.

2. A cidade de Desterro e o governo de Gama Rosa na imprensa

Desterro passava por importantes transformações urbanas, econômicas, sociais, políticas e culturais no início da década de 1880. Com o declínio da produção de farinha de mandioca, Desterro passou a depender mais ainda das atividades mercantis e comerciais para se manter economicamente, e, assim, a classe dos comerciantes obteve uma maior preponderância na esfera econômica da capital catarinense. A cidade atravessou uma crescente urbanização acarretada pelas construções de residências pertencentes aos principais comerciantes na região onde se localizava o mercado público da cidade, próxima à região portuária. Com isso, houve uma notória alteração nos modos dos habitantes da região, que incorporaram ainda mais valores e condutas de um viés urbano. Estas mudanças influenciaram diretamente no poder público, pois este passou a ser não apenas encarregado de assuntos administrativos da província, mas também um regulador da rotina de organização social e espacial de Desterro. A mesma região onde os grandes comerciantes desterrenses moravam, se localizava também o palácio do governo provincial e a assembleia, na região central da cidade. Esta configuração possibilitou uma intensificação das relações de mercado dentro do espectro social, calcado pelo ideal de vida burguês e individual, paralelamente ao poder público estabelecido na administração do governo e todo seu aparato burocrático. Assim, para denotar e fixar este modelo comportamental de visão de mundo burguesa e

⁹ARAÚJO, 1989.



cosmopolita, os jornais tiveram o papel de agente propagador e influente, de modo a afirmar socialmente esta crescente influência dos comerciantes nos ditames do cotidiano de Desterro¹⁰. Este desenrolar e evolução dos aspectos sociais e políticos em Florianópolis foi bem delineado nos estudos de Joana Maria Pedro¹¹ em seu livro “*Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de desterro no século XIX*”, onde a mesma traça um panorama do desenvolvimento da imprensa em Florianópolis em meio aos acontecimentos deste período, sejam estes regionais ou nacionais, e como estes influíam nos discursos adotados pelos jornais a época.

Concomitantemente a estas transformações socioespaciais, Francisco Luís da Gama Rosa Júnior tomou posse como presidente da província de Santa Catarina em 29 de agosto de 1883, considerando que neste período os Liberais estavam em pleno auge de suas forças na província catarinense. Os Liberais obtiveram a maioria no Gabinete do império a partir de 1878, e em Santa Catarina, a maioria na Assembleia Legislativa da província é alcançada em 1880. Em 1883, O então Presidente do Gabinete Ministerial, Lafaiete Rodrigues Pereira, que tinha voltado ao partido Liberal (num movimento político contraditório, já que tinha assinado o manifesto republicano em 1870), indicou Francisco Luís da Gama Rosa Júnior para presidir a província catarinense em 1883. A transformação do cenário político catarinense foi concomitante com o surgimento do grupo artístico *Ideia Nova*¹². Durante o seu governo, os discursos, opiniões, visões, jeitos e maneiras de fazer política eram amplamente debatidos na Imprensa da capital catarinense. A cidade passava por uma efervescência intelectual encabeçada pelo grupo *Ideia Nova*, que constantemente publicava textos, poemas e colunas na imprensa. O próprio Gama Rosa acabou participando do grupo, elaborando textos de sua autoria em nome da *Ideia Nova*. O movimento intelectual acabou se valendo do ambiente político de disputa e crise que o próprio império brasileiro passava no momento, tendo reflexos diretos na conjuntura da sociedade desterreense¹³.

Com o crescimento dos órgãos de imprensa, surgem jornais editados fora das

10 ARAUJO, 1989.

11 PEDRO, J. M. *Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de desterro no século XIX*. Florianópolis: editora da UFSC, 1995.

12 Grupo *Ideia nova* foi um movimento literário surgido no início da década de 1880 e que começou a ganhar visibilidade na imprensa de Nossa Senhora de Desterro uma nova leva de escritores. Moços, quase todos nascidos na primeira metade da conturbada década de 1860, fizeram parte dessa geração Cruz e Sousa, Virgílio Várzea, Carlos de Faria, Araújo Figueiredo, Santos Lostada, entre outros. Como elementos de identificação, além da amizade, juventude e desejo de projeção social através da literatura, esses rapazes compartilhavam certos valores estéticos e ideais políticos. Eram abolicionistas, alguns simpatizantes da causa republicana e, a partir de certo momento, inflamadamente anti-Românticos. (SOUZA, pg. 172, 2014).

13 PAULI, 1973.



tipografias dos Partidos Conservador e Liberal¹⁴. Entretanto isto não significa dizer que o partido Conservador não possuísse presença dentro do cenário político catarinense. Muito pelo contrário, o partido conservador fazia ferrenha oposição ao Governo de Gama Rosa, com forte representação na imprensa, tendo Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, o Visconde Taunay, sua mais proeminente figura e ator político do partido na Província. Mesmo com as outras opções de periódicos e jornais, estes não superavam em número e circulação dos jornais que representavam as duas forças políticas antagônicas do segundo Império brasileiro. Da ala liberal, o jornal mais representativo na ilha de Santa Catarina era o *Regeneração*, que se auto intitulava como órgão democrático, além deste, podemos citar os periódicos independentes que possuíam uma visão pró-liberal, mas que eram mais voltados para publicações artísticas e literárias, como o *COLLEGIAL: Organ litterario* e *A LANTERNA: Jornal da mocidade estudiosa*. Por parte dos conservadores, a linha de frente na imprensa era *O Conservador*, órgão oficial do partido, *O Despertador*, e o *Correio Da Tarde*, de propriedade de uma associação. Havia ainda o *Jornal do Commercio*, pertencente a José da Silva Cascaes, que se intitulava como “imparcial”. A imprensa identificada com as ideias liberais tinha um viés de apoio às medidas e atos perpetrados pela Presidente da Província Gama Rosa, além de elogios as qualidades intelectuais do mesmo, como no Jornal *A Regeneração*, no qual eloquentes lisonjas são feitas à sua figura, como por seu colega do grupo *Ideia Nova*, Manoel Dos Santos Lostada¹⁵, e tantas outras como podemos ver já no início de sua administração, publicada na Secção Geral do *Regeneração* em 30 de agosto de 1883:

Hontem pela 1 hora da tarde pouco mais ou menos prestou juramento perante a câmara municipal e tomou posse da administração da província o exm. Sr. Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa. Ilustração reconhecida, inteligência cultivada, conhecendo a província que lhe coube em sorte administrar, é de esperar que o S. Ex. faça uma brilhante administração do progresso deste bello torrão chatarinense. Organ da imprensa democrática complimentamos cheios de satisfação a S. Ex. o Sr. Dr. Francisco Luiz da

14 SOUZA, 2014.

15 "Por acto de hontem foi nomeado official de gabinete do presidente da provincia o sr. Virgilio dos Reis Varzea. Felicitamos o nosso joven e taletonso comprovinciano pela distincção com que honrou o ilustrado administrador, a cuja confiança se impoz por suas belas qualidades e elevada intelligencia. O exm. sr. dr. Gama Rosa praticou um acto que revela o puro espirito de justiça que preside sempre suas deliberações. S. ex. Deu o pimeiro passo para a boa collocação de um moço que, por seu talento horna a pronvincia de Santa Catharina". MANOEL DOS SANTOS LOSTADA, 18 de Dezembro de 1883, p 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709603&pasta=ano%20188&pesq=Gama%20Rosa> acesso em 10 de Maio de 2017.

Gama Rosa¹⁶.

Se os elogios eram advindos da ala liberal da imprensa, o mesmo não se podia dizer dos jornais que representavam o pensamento do partido Conservador. Pode-se notar isto na coluna escrita no *Correio da Tarde* acerca da conduta pública do Presidente Gama Rosa, bem como de suas relações pessoais e indicações para cargos públicos da Província¹⁷, como aqui relatado no dia 12 de fevereiro de 1884 neste mesmo periódico, em que criticam a intenção de nomear para Promotor publico para a comarca de São José o poeta Virgílio Várzea:

Consta-nos. mas não acreditamos, que o nosso mui digno presidente, o exm. SR'. dr. Ga ma Rosa, vai nomear para o cargo de promotor publico da comarca de S. José o seu official de gabinete, o poeta-Varzea. Para tal acreditar seria preciso julgar que s. ex. zombava da opinião publica, no que ha veria grave offensa a seu tão distincto character. Sabe já s. ex. que aquelle menino, objecto predilecto de suas sympathias, ainda attingio á idade que a lei marca para qualquer poder exercer cargos publicos; -tern apenas 19 annos -ainda que inculque no sapei' avançada idade. Portanto não o nomearia para um emprego que exige, na pessoa que o execer, condições, que lhe faltam ainda¹⁸.

Este aspecto do embate político entre forças opostas em território catarinense, se, por um lado, demonstrava um salutar ambiente democrático de uma clara liberdade de imprensa que ocorria dentro das discussões referentes aos ditames do governo provincial, por outro, demonstrava claramente as dificuldades em que o governo de Gama Rosa tinha para angariar apoio e conseguir ter estabilidade para que todas as atribuições de seu cargo executivo fossem

16 Jornal *A Regeneração, Orgam Democrático*, 30 de agosto de 1883, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&PagFis=4449&Pesq=Gama%20Rosa> acesso em 10 de maio de 2017.

17 “Parece incrível que o sr. Gama-Rosa com soberano desprezo da lei que propositalmente ultraja, apresente-se sempre nos-actos officiaes, theatros e passeios acompanhado do promotor publico da cidade de S. José, quando este funcionario, em virtude do artigo 85 do regulamento da reforma judiciaria, é obrigado a residir na séde da comarca. E assim deveria sêr, porquanto, quem não trepidou em nomear um moço inexperiente, sem a minima habilitação, hospede inteiramente na sciencia do direito, para o difficil e espinhoso cargo de promotor de uma das comarcas mais importantes d'esta província, não carece de coragem para completar o escandalo, conservando este mesmo moço, n'esta capital, corno sou commensal. como é publico e notorio !. ..Ha dias já o sr. Gama-Rosa nomeou outro creançola para promotor publico da comarca de Itajahy. Este então nem pôde comprehender o cargo para o qual foi nomeado!E assim vai s.ex. distribuindo desastradamente os importantes cargos de órgãos da justiça publica pelos seus jovens companheiros de brincos infantis, em palacio.” Jornal *CORREIO DA TARDE*, 18 de Junho de 1884, p.2. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/correiodatarde%20desterro/1884/COR1884138.pdf> acesso em 10 de Maio de 2017

18 Jornal *CORREIO DA TARDE*, 12 de fevereiro de 1884, p.3. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/correiodatarde%20desterro/1884/COR1884035.pdf> acesso em 10 de Maio de 2017



vistas e cumpridas de modo satisfatório aos olhos do governo Central do Império, bem como das forças políticas regionais em Santa Catarina. As nomeações de Gama Rosa para cargos políticos e de confiança, bem como a atuação dos designados para estas funções, além de suas realizações frente à administração da Província, eram corriqueiramente questionadas e criticadas pela ala conservadora da imprensa.

Durante o governo de Gama Rosa também estava sendo construída a estrada de Ferro Dom Pedro I, importante obra visando integrar a região Sul do país com o restante do Império, sendo inaugurada em 1 de setembro de 1884. Transtornos referentes à obra de construção da ferrovia são ressaltados no relatório de província¹⁹, de 5 de Fevereiro de 1884, denotando a necessidade que a obra teria. Interesses econômicos, como as obras da ferrovia e sua importância para o desenvolvimento da região, além dos acontecimentos políticos na capital do império, como a Crise de dissolução do Gabinete de Lafayette em 6 de junho 1884(que chegou a motivar uma carta de demissão de Gama Rosa do governo da Província, pedido este negado pelo Primeiro Ministro Manuel Pinto de Sousa Dantas), deixam claro como era conturbada e complexa a configuração política da província catarinense²⁰.

A estabilidade governamental da gestão do presidente da Província Gama Rosa era extremamente fragilizada. Suas ações eram contestadas através da imprensa quase como um desafio de seus detratores a seus atos, sendo a oposição dos conservadores ao seu governo persecutória e incansável até o fim de seu mandato, em 9 de Agosto de 1884. O que se percebe, então, é uma evolução e desenvolvimento de escaramuças políticas evidenciadas à medida que a esfera pública burguesa começa a se eclipsar, através da imprensa em que os discursos presentes nela estavam afinados com determinado interesse político partidário. Como veículo de comunicação, os jornais foram instrumento para que as elites locais de Desterro explicitassem seus projetos e ideais políticos.

3. Conclusão

Foi pela imprensa que muitos dos debates e visões de mundo e sociedade ficavam explícitos. Mesmo sendo a leitura de jornais e periódicos restrita a uma pequena parte da população que era alfabetizada, este veículo de comunicação tinha forte influência e interferia

19 Relatório da Província de Santa Catharina em 29 de Agosto de 1883. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u939/> acesso em 10 de Maio de 2017.

20 FERRAZ, 2012.



na opinião pública acerca da política no Segundo Império. Era por meio desta que os grupos políticos ligados ao Partido Liberal e Conservador exerciam pressão e disputavam pela retórica, o poder e controle do estado imperial.

Com este panorama, alguns apontamentos presentes na obra de Joana Maria Pedro²¹, servem como indicadores explicativos para as disputas entre Liberais *Versus* Conservadores na imprensa. A evolução econômica da cidade, baseada nas atividades mercantis e comerciais ligadas à região portuária da capital, possibilitou o nascimento de uma esfera pública burguesa bem como de um público leitor ligado ao desenvolvimento urbano e comercial. A imprensa em Desterro agia como uma espécie de agência de interesse público, porém, por estar atrelada ao poder público, agia como ferramenta da política partidária, sendo estimulada pela mesma. Os periódicos recebiam para divulgar as atividades do governo, tornando-se uma espécie de “Diário Oficial”, fazendo com que esta renda fosse à garantia de sua sobrevivência. Estes tendiam a ser, neste período, uma espécie de relações públicas do governo, publicando e informando atos, ofícios e ordenações realizadas pelo estado provincial. Esta atrelação dos periódicos ao funcionalismo público e ao poder, obviamente fazia a imprensa estar totalmente decorada com o verniz e os tons do debate que acontecia dentro da política catarinense. O surgimento e a veiculação dos jornais e publicações com algum dos partidos deixavam estes submetidos às diretrizes da política partidária.

Pouco espaço havia para uma imparcialidade, pois os interesses privados estavam diretamente ligados a funções que a maioria da elite da cidade de Desterro almejava alcançar dentro do governo, como foi demonstrado nas críticas das nomeações de cargos feito por Gama Rosa. Os Jornais, por já terem escolhido um lado, não tinham a intenção de atingir um público amplo e diversificado (que já era bem diminuto devido à baixa escolaridade da população), mas sim, serem interlocutores do partido com seus membros²².

Visto toda esta conjuntura que estruturou a Imprensa catarinense durante o Período de Gama Rosa, como Presidente da Província de Santa Catarina, é perceptível a força dos meios de comunicação. Eles passam não somente a ser uma ferramenta para veicular informação, mas age como instrumento de persuasão a fim de convencer o receptor do comunicado e a ideia transmitida na publicação. Estes jornais reproduziam a época um ideário de sociedade burguesa, urbana e masculina, ressaltando uma visão de mundo supostamente moderna e

21 PEDRO, J. M. Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de desterro no século XIX. Florianópolis: editora da UFSC, 1995.

22PEDRO, 1995.



civilizada. Enquanto órgão privilegiado da esfera pública, em seu embate com o poder público, os jornais de Desterro participaram da divulgação de uma utopia, que no cotidiano de sua existência, negavam²³. Ao nos debruçarmos na análise deste embate político pelas páginas amareladas da mídia de Desterro, somos confrontados pelas contradições de forças hegemônicas sociais, de uma modernização reacionária, amparada num estranho liberalismo brasileiro, pautado e limitado por costumes de uma sociedade conservadora e tradicional.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis De. *A invenção do litoral: reformas e reajustamentos sociais em Florianópolis na primeira república*; 1989; Dissertação (Mestrado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CALLADO JUNIOR, M.. *Imprensa catarinense: resumo histórico (1831-1969)*. In: EL-KHATIB, F. (Org.). *História de Santa Catarina*. Vol. 3. Curitiba: Grafipar, 1970.

CARVALHO, J. M. 2003. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHRISTOFOLETTI, R. *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: UFSC, 2005.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado - Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 - 1889)*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo

LAGE, N. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 37).

LOBO, J. L.; PEREIRA, L. F. L.. A imprensa do segundo reinado no processo político-constitucional: força moral e opinião pública / the second reign press in the constitutional process: moral strength and public opinion. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v. 59, p. 179-206, 2014.

MADRUGA, Suzane Gonçalves Cardoso. *Língua Nacional em Desterro - Província de Santa Catarina (1870-1889): contribuições para a história da educação em discursos jornalísticos*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências Humanas e da Educação.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. *Desterro no século XIX: Urbanização e Arquitetura*. Florianópolis: UFSC, 1992. Monografia (Graduação em História) – Universidade federal de Santa Catarina, 1992.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²³PEDRO, 1995, p 80.



PAULI, Evaldo. *Cruz e Sousa: poeta e pensador*. São Paulo: Editora do Escritor, 1973.

PEDRO, J. M. *Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de desterro no século XIX*. Florianópolis: editora da UFSC, 1995.

PEREIRA, M. *Imprensa & poder – A comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1987.

RINALDI, A. L.. O Segundo Reinado: a construção da ordem política. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 12, p. 15-23, 2013.

SILVEIRA, Adélia dos Santos. *Catálogo analítico descritivo dos jornais do Desterro. 1850-1894*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

SOUZA, L. A.. *Um mundo em agonia: a Geração de 1870 em Desterro*. *História e Cultura*, v. 3, p. 172-188, 2014.

TELLES, Ângela Maria C. M.. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. 1. Ed. Brasília: fundação Alexandre de Gusmão, 2010. V. 1. 316p.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (RIO DE JANEIRO, RJ). Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em 10 de maio de 2017.

O DESPERTADOR – Edições de 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709581&pasta=ano%20188&pesq> Acesso em 10 de maio de 2017.

JORNAL DO COMERCIO – Desterro. Edições de 29 de Agosto de 1883 a 9 de setembro de 1884. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/cidades/desterro.html> Acesso em 10 de maio de 2017.

CONSERVADOR: Órgão do Partido – Desterro 1884/1885 – Coleção digitalizada pela Biblioteca Nacional. Edições de 9 de agosto de 1883 a 9 de setembro de 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=767069> Acesso em 10 de maio de 2017.

CORREIO DA TARDE: Propriedade de uma Associação - Desterro - Rolo 12 1884 edições de 01 de Janeiro de 1884 a 9 de setembro de 1884. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/cidades/desterro.html> Acesso em 10 de maio de 2017.



A LANTERNA: Jornal da mocidade estudioso - Desterro - BPSC: Papel Div. VIII 1884: n.02: 23 mar. - n.05: 13 abr. - n.07: 27 abr. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/cidades/desterro.html> Acesso em 10 de maio de 2017.

A REGENERAÇÃO: Jornal da Província de Santa Catharina (SC)- Edições de 9 de agosto de 1883 a 9 de Setembro de 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&PagFis=4797&Pesq=Gama%20Rosa> Acesso em 10 de maio de 2017.

Relatório da Província de Santa Catharina em 29 de agosto de 1883: Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u939/> Acesso em 10 de maio de 2017.

Recebido em 30 de maio de 2017.

Aceito para publicação em 05 de fevereiro de 2018.



Na Comissão e para a Comissão: a participação de três mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright

Thais Machado¹

tatah_machadoo@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os depoimentos de três mulheres catarinenses - Derlei Catarina De Luca, Marlene de Souza Soccas e Marize Lippel- para a Comissão Estadual da Verdade, realizados no dia 5 de setembro de 2013, na sessão destinada às mulheres e, através deles, analisar as relações de gênero que permearam suas atuações políticas e prisões. Para isso, além desses depoimentos, utilizo como fontes uma entrevista que realizei com Marize Lippel em fevereiro de 2017, além de e-mails trocados com Derlei Catarina De Luca e Marlene Soccas.
Palavras-chave: Comissão Estadual da Verdade; Catarinenses; Mulheres; Ditadura brasileira.

Abstract: The objective of this article is to analyze the testimonies of three women from Catarina - Derlei Catarina De Luca, Marlene de Souza Soccas and Marize Lippel - for the State Commission of Truth, held on September 5, 2013, in the session for women and, through analyze the gender relations that permeated their political activities and prisons. For this, in addition to these testimonies, I use as sources an interview I made with Marize Lippel in February 2017, in addition to emails exchanged with Derlei Catarina De Luca and Marlene Soccas.

Keywords: State Truth Commission; Catarinenses; Women; Brazilian Dictatorship.

Durante um longo período de vinte e um anos, 1964 a 1985, o Brasil viveu sobre um regime ditatorial civil-militar, regime este que violou todos os tipos de direitos civis, e além disso torturou, assassinou e desapareceu com corpos de militantes e de pessoas que se opunham à ele. Por conta disso, desde antes do final do regime diversas pessoas, entre elas a catarinense Derlei Catarina De Luca, já pediam pelo esclarecimento dos crimes cometidos por esse regime. Em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos exige que o Brasil crie uma Comissão da Verdade para investigar as denúncias relacionadas ao regime ditatorial. As comissões nacionais já haviam acontecido em alguns países da América Latina, como Argentina e Chile.

No Brasil, ela se deu em nível nacional com sua instalação em maio de 2012. Como o território brasileiro é extenso, as comissões aconteceram também em níveis estaduais e é por isso que no dia 3 de março de 2013, o jornal online *Notícias do Dia* trouxe a novidade: “Santa

¹ Graduada em História na Universidade Federal de Santa Catarina.



Catarina terá Comissão Estadual da Verdade”². O governador do estado, Raimundo Colombo, assinou no dia 1 de março, o decreto Nº 1.415 que criava a Comissão Estadual. A Comissão teve cinco membros escolhidos através de sua “reconhecida conduta ética”, e teria como objetivo auxiliar a Comissão Nacional, no prazo de dois anos, com possibilidade de prorrogação para igual período.

A instalação da Comissão Estadual aconteceu no dia 03 de junho de 2013 e a Comissão levou o nome de Paulo Stuart Wright³, deputado catarinense cassado, assassinado durante o regime ditatorial e que até hoje tem seus restos mortais desaparecidos. Um mês após a criação da Comissão, como ainda não haviam sido nomeados os membros, o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça⁴ sugeriu que a composição fosse escolhida através de membros do Tribunal de Justiça, da Procuradoria de Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Assembleia Legislativa e da sociedade civil⁵. Como o governo aceitou a proposta, as instituições enviaram os nomes indicados que foram os seguintes: Anselmo da Silva Livramento Machado, advogado, representante indicado da OAB; Derlei Catarina de Luca, ex-presa política, representante da sociedade civil; Naldi Otávio Teixeira, procurador do estado de Santa Catarina e Rosângela de Souza, ex-presa política⁶.

A partir da organização, através de grupos, foram montadas as datas de depoimentos; sendo assim, a 11ª Reunião Ampliada que contava com os Depoimentos de Mulheres

2 SANTA Catarina terá comissão Estadual da Verdade. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 03 mar. 2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade>>. Acesso em 05 abr. 2017.

3 Foi eleito em 1962 deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP). Ligado a movimentos populares e operários, Paulo defendeu esses interesses enquanto esteve na Assembleia. Seus discursos no plenário incomodavam até mesmo a membros da mesa. Começava a pressão por sua renúncia. Os suplentes reagiam: “Ele tem idéias comunistas.” Era final de 1963 e Paulo elaborava um projeto para organizar cooperativas de pescadores no Estado. Com o golpe, Paulo teve seu mandato cassado. Acuado, perseguido, ele deixou o País. Seguiu para Cuba, via México. Voltou ao Brasil um ano depois e começou a militar nos movimentos revolucionários. Ingressou na Ação Popular (AL), onde atuou por oito anos na clandestinidade.

Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/os-lutadores-de-sc/paulo-stuart-wright/>> Acesso em 17 jan. 2018.

4 O Coletivo Memória, Verdade e Justiça foi criado em 1979 após a Lei da Anistia em Santa Catarina e tinha como objetivo encontrar e esclarecer as dúvidas em relação à presas e presos desaparecidos no estado, a busca pela construção da Memória, da Verdade e da Justiça acontece até os dias atuais e o Coletivo se reúne hoje nas dependências da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/inicio-da-luta-por-memoria-verdade-justica-em-santa-catarina/>>. Acesso em 30 out. 2017.

5 COLETIVO Catarinense Memória, Verdade e Justiça. Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/relato-a-busca-da-verdade-por-derlei-catarina-de-luca-membro-da-comissao-estadual-da-verdade-sc-e-militante-do-coletivo-catarinense-memoria-verdade-justica/>>. Acesso em 05 abr. 2017.

6 Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/relato-a-busca-da-verdade-por-derlei-catarina-de-luca-membro-da-comissao-estadual-da-verdade-sc-e-militante-do-coletivo-catarinense-memoria-verdade-justica/>>. Acesso em 30 out. 2017.



Catarinense que foram presas e torturadas ou violadas nos seus direitos humanos, aconteceu no dia 5 de setembro de 2013, às 14 horas, no auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Desta forma, buscava-se, nos depoimentos para a Comissão, divulgar as violências de gênero perpetradas pelo Estado. Ainda que muitas mulheres que participaram da Comissão Estadual já participassem antes do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, outras foram encontradas através da lista que vinha sendo preenchida desde 1979 e por conta dos laços que esse período traz.

Na lista oficial da Comissão Estadual da Verdade, foram levantados um total de trinta nomes de mulheres que sofreram graves violações durante o regime ditatorial, desses nomes sete mulheres deram seus depoimentos na sessão do dia 7 de setembro de 2013 que teve a duração de aproximadamente seis horas. Dos sete depoimentos, escolhi para analisar neste trabalho os depoimentos de três dessas mulheres e pesquisar mais sobre suas vidas na militância política, são elas: Derlei Catarina De Luca, Marlene de Souza Soccas e Marize Lippel. Nesse sentido, o objetivo central deste artigo, que é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso em História⁷, é analisar os depoimentos dessas três mulheres para a Comissão, assim como as violências de gênero presentes em suas prisões e/ou torturas.

Importante ressaltar que as três foram presas em diferentes períodos, Derlei e Marlene foram presas nos conhecidos “anos de chumbo”, momento que ocorreu entre os anos 1968 e 1974, com a instituição do Ato Institucional nº 5⁸; enquanto que Marize foi presa em um momento conhecido como reabertura política, após a instituição da Lei da Anistia (agosto de 1979). Dessa forma, busquei analisar ainda as diferenças da prisão de um momento para o outro.

Se há uma lista com trinta mulheres, me pergunto porque apenas sete, muito menos da metade, se dispôs a falar? Descubro que algumas já haviam falecido, devido ao tempo que a Comissão demorou para ser criada, e é possível que ninguém nunca as tenha escutado. Outras talvez não se manifestaram para relatar sobre este momento de sua vida por motivos pessoais e

7 O objetivo do meu trabalho de conclusão de curso foi analisar de que forma as mulheres catarinenses participaram da Comissão Estadual da Verdade. Vide: MACHADO, Thais. *Dos porões da ditadura para a sociedade: mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

8 O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Informações disponíveis em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 30 out. 2017.

particulares, algumas não foram encontradas, e outras estão morando em diferentes estados, conforme relatou-me Derlei Catarina de Luca em mensagem por e-mail⁹.

O silêncio permeou durante muito tempo a vida de muitas militantes, era proibido falar, corria-se o risco da vergonha, o risco de perder empregos e sua vida profissional, como foi o caso de muitas¹⁰. Entretanto, muitas mulheres foram motivadas pelo mesmo motivo a procurar a Comissão e dar seu depoimento, para romper com o silêncio, para construir uma nova história e assim uma nova memória.

As Comissões da Verdade tiveram como objetivo mostrar uma outra ‘verdade’, colocando em discussão o que durante muitos anos na história do Brasil foi contado como ‘verdade’ em documentos oficiais, documentos estes em sua maior parte produzidos por homens, trazendo suas visões sobre mulheres e nesse caso, sobre as mulheres militantes. Como salienta Silvia Salvatici¹¹, de que forma ouviremos as vozes das mulheres? O que a Comissão da Verdade fez durante seu funcionamento foi exatamente ouvir as vozes, tanto das mulheres como dos grupos¹² que foram invisibilizados, pela história dita oficial, e se isolaram em seus silêncios.

Por conta disto, a história oral e os depoimentos para a Comissão compõem este campo histórico, juntamente com os documentos oficiais, mas não sendo considerados menos importantes ou inferiores a estes. Diferentemente do que se acreditou durante certo tempo, a história oral não serve para preencher lacunas, mas, ao contrário, para contar a história da mesma forma que os documentos, sendo as fontes orais tão ou mais complexas quanto as fontes documentais escritas. De acordo com Joana Pedro:

A história oral, para o bem e para o mal, traz a memória em clima de tensão. O ambiente, a relação com a pessoa que entrevista, o momento da narração, tudo isso interfere no que é dito¹³.

Ao lidarmos com as histórias narradas e expostas lidamos com a ‘identidade’ que foi construída por cada entrevistada até o momento de seu depoimento e que faz com que se

9 DE LUCA, Derlei Catarina. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 27 abr. 2017.

10 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos, 1996, p. 15.

11 SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005, p. 30.

12 Entre os grupos ouvidos pela Comissão em suas sessões de depoimentos estão: pessoas presas na Operação Barriga Verde, advogados perseguidos, estudantes e operários.

13 PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. (no prelo)



integrem a um grupo, o grupo de militantes, assim como com a subjetividade, que é entendida por Portelli como o fim do próprio discurso. Segundo ele, “excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados”¹⁴.

Durante muito tempo a subjetividade era algo criticado no campo historiográfico, visto até mesmo como um problema que deveria ser superado através da comprovação da verdade através do documento. A partir dos anos 1980, com o início dos estudos da história “vista de baixo, a subjetividade, do contrário, passou a ser vista para algumas autoras e autores, como um “sinal de força, um indício vital para a modificação histórica”¹⁵.

Por todos esses motivos lidar com história oral não é uma tarefa fácil, embora seja de uma importância sem tamanho quando lidamos com história do tempo presente e talvez até uma das ferramentas mais importantes para historiadoras deste período histórico. Analisar o depoimento de Derlei Catarina De Luca, Marize Lippel e de Marlene de Souza Soccas, todas catarinenses, assim como as suas trajetórias de vidas, traz um sentimento de responsabilidade, para que junto delas uma nova história seja construída e conhecida, principalmente em Santa Catarina, estado que, além de ter apoiado a ditadura de forma geral, fez silêncio durante muitos anos para as atrocidades cometidas por esse momento da história do país.

Pensando no conceito de gênero para analisar os depoimentos dessas três catarinenses me atendo à Joan Scott quando esta diferencia sexo de gênero, segundo ela:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder¹⁶.

Dessa forma, analisar os depoimentos através da categoria de gênero está em observar as relações de poder envolvidas nesse sentido.

14 PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996. pp.59-72, p. 60.

15 SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005, p. 33.

16 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990. p. 14.



“Então foi muito dolorido, muito dolorido”¹⁷ - Derlei Catarina De Luca

Derlei Catarina De Luca, nasceu em Içara, Santa Catarina. Desde o primeiro dia do golpe já se colocou em oposição ao regime que estava sendo imposto, era estudante de pedagogia na UFSC, participava ativamente do movimento estudantil e integrava o grupo Ação Popular (AP)¹⁸. Por ter uma ativa atuação contra o regime ditatorial imposto, Derlei foi presa três vezes, na primeira delas com um grande grupo de catarinenses no Congresso de Ibiúna, em São Paulo, realizado no dia 12 de outubro de 1968, pela União Nacional de Estudantes, que na época estava na ilegalidade. Segundo ela:

[...] foi a maior prisão coletiva de que se tem notícia no Brasil. Mais de 700 jovens universitários foram detidos. A região de Ibiúna foi cercada durante três dias e, cedinho, soldados armados invadiram o local onde nos encontrávamos. Implantaram um clima de terror com tiros, rajadas de metralhadoras, empurrões, ameaças e gritos¹⁹.

Nesse dia, Derlei, assim como outras quinze estudantes, voltou para Florianópolis presa, no carro do general Vieira da Rosa. Em dezembro de 1968, ao ser decretado o Ato Institucional N. 5, a Ação Popular já tinha um destino para Derlei Catarina De Luca: a clandestinidade até mesmo para garantir sua sobrevivência, uma vez que Derlei já estava muito visada por órgãos de repressão. No dia 24 de dezembro de 1968, véspera de natal, ela partiu de Florianópolis para

17 DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015, p. 4.

18 Ação Popular (AP): A criação da organização em meados de 1962, coroou a evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica já vinham vivendo há algum tempo. Mas foi somente em 1965 que a AP buscou definições políticas mais consistentes, culminando numa resolução que apontava claramente a utilização do pensamento marxista como método de análise e, em seguida, da luta armada como caminho necessário para a revolução. Entre 1966 e 1967, lideranças maoístas conquistaram a hegemonia na organização e introduziram mudanças bruscas, causando afastamentos, especialmente dos militantes cristãos. Em 1968, a AP se aliou ao PCdoB e passou a defender o mesmo caminho estratégico do “cerco das cidades pelo campo”. Em 1972, um debate sobre a incorporação da organização ao partido provocou mais uma cisão em que a maioria dos quadros ingressou no PCdoB. Os que permaneceram na AP passaram à formação de uma aliança com a Polop e o MR-8, constituindo uma Tendência Proletária, que, no entanto, se romperia algum tempo depois. Entre 1983 e 1974, a AP foi duramente atingida pela ação do DOI-Codi, que aprisionaram e executaram, sob torturas, importantes dirigentes como Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE. In: MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 182.

19 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p. 32.



Curitiba, para lá viver em um aparelho com outra militante, usando um novo nome ²⁰, Deise Campos²¹.

A Ação Popular tinha como método integrar as militantes mulheres em trabalhos em fábricas, enquanto que os militantes homens iam trabalhar nos campos, como “prática revolucionária da Organização”²², por conta disto, Derlei se integrou em uma fábrica têxtil no centro de Curitiba, onde ficou até maio do ano de 1969.

Foi enviada para viver em São Paulo, em maio de 1969, para fazer parte do trabalho interno da Organização, ou seja, trabalhar como secretária da AP. Não poucas vezes as mulheres militantes atuaram na parte do “trabalho interno” das organizações, ficando responsável por funções de secretaria, cuidando de papéis ou servindo cafezinhos nas reuniões de dirigentes, geralmente masculinos²³.

Em São Paulo, Derlei ainda não havia mudado seu nome e nem entrado para a clandestinidade, somente em novembro de 1969, é que foi decidido que deveria entrar na clandestinidade novamente, por conta das prisões e dos processos que ocorriam em seu nome. Entretanto, a decisão não foi concretizada, pois no mesmo mês Derlei foi sequestrada:

[...] dia 23/11/69, na Rua Vergueiro, SP, foi alguns dias depois da morte do Marighela, embora nosso grupo não tivesse nada a ver com o Marighela. Eu fui presa pela Operação Bandeirante, [OBAN] à noite, era um domingo, e me confundiram com uma pessoa chamada Maria Aparecida Costa, eu estava com os meus documentos verdadeiros, Derlei Catarina De Luca, conversando com José Carlos Zanete, num bar, na Rua Vergueiro, tomando guaraná, ele estava me pedindo em namoro. Acabei presa, confundida com a Maria Aparecida Costa, em nenhum momento perguntaram o meu nome²⁴.

20 A clandestinidade foi, muitas vezes, um recurso utilizado para as atividades consideradas ilegais. O crime organizado, as atividades fora da lei foram desenvolvidos, em geral, na clandestinidade. Também são chamadas de clandestinas as pessoas que migram de forma ilegal para outros países. A atividade política tem gerado, também, formas de atuação clandestina. Desde o século XIX, sempre que ideias e atividades políticas foram tomadas como fora da lei, fossem elas de esquerda ou de direita, surgiram organizações clandestinas cujas existências envolveram muitas pessoas, que precisaram assumir outras identidades, visando fugir à repressão. Em vários momentos - e o período da ditadura militar no Brasil foi um deles -, partidos colocados na ilegalidade mantiveram suas atividades na clandestinidade. CF. PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. (no prelo)

21 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p. 37.

22 PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. (no prelo)

23 TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.p. 285.

24 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 3.



Por mais que Derlei estivesse “sendo pedida” em namoro quando foi sequestrada, as relações afetivas não eram permitidas dentro das organizações, já que nada deveria separar a militante da revolução. A AP não deveria ter casais, mas militantes, e é por isso que “[...] o amor à AP devia estar acima dos interesses pessoais”²⁵, as questões sentimentais deveriam ser superadas pelo compromisso maior: a revolução. “Amor separado com lágrimas por uma exigência do partido o compromisso MAIOR”²⁶, neste poema escrito por Derlei quando foi separada do namorado, fica claro o que deveria ser maior na vida de uma militante: a organização. É importante ressaltar isso, pois todas as vezes que Derlei fala de seu sequestro, ela relaciona o pedido de namoro ao mesmo, ou seja, como ressalta Jelín ao falar sobre a lembrança íntima, Derlei não reduz sua experiência apenas ao fato do sequestro, mas, do contrário, reconta e revive os sentimentos íntimos e tudo o que permeou os momentos do sequestro²⁷.

As torturas contra Derlei tiveram início desde que foi posta no carro para ser levada até a Operação Bandeirantes, chegando na lá, as torturas se intensificaram; “[...] conheci todo tipo de tortura que eles faziam: pau de arara, choque elétrico, cadeira do dragão, palmatória, telefone”²⁸. Embora Derlei diga em seu depoimento que tenha sido ‘presa’, naquele momento ela foi sequestrada, já que só foi fichada no DOPS aproximadamente noventa dias mais tarde:

[...] a “Operação Bandeirante” me transfere para o DOPS no dia 06/01/1970. Fui transferida para DOPS na companhia do Dr. Américo Lourenço Macedo Lacombe, que era Juiz Federal (sempre tem um juiz do lado). [...] O DOPS pede a prisão preventiva, encaminha para o juiz, porque até então ninguém era identificado, eu não tinha identificação. Se eu morresse a minha prisão não constava. A minha prisão passa a constar a partir do dia 06/01/1970, quando eles pegam as impressões digitais²⁹.

As pessoas não eram fichadas quando chegavam na Operação Bandeirante, por este motivo o Brasil tinha, no final do relatório da Comissão Nacional da Verdade,

25 SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 396.

26 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p.41.

27 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002, p. 108

28 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 2.

29 Ibidem, p. 3.

aproximadamente 210³⁰ pessoas desaparecidas. Como lembra Derlei, quem não foi fichado não consta, e isso se tornou uma arma a mais do regime imposto; sem corpos e sem registros, não haveria provas. Como foi presa por ser confundida com Maria Aparecida da Costa, assim que chegou no Departamento de Ordem de Política e Social (DOPS) não foi mais interrogada e nem torturada; quando o DOPS pediu a prisão preventiva de Derlei, o juiz negou, pois, segundo ela, não havia elementos para a instauração do inquérito, “[...] mas eles não podiam me soltar porque eu era a prova de que eles torturavam”³¹.

Em seu depoimento, Derlei não deixou de ressaltar que passou por todas as torturas e permaneceu quieta como uma “laranja sem suco”³². Ela não foi a única pessoa que trouxe isso em seus depoimentos para a Comissão, parece que é preciso reafirmar a si mesma que foi importante para outras pessoas ter passado por todo o sofrimento e ter permanecido quieta, não ter prejudicado mais ninguém, não ter à sua frente uma companheira sendo torturada também. Além disso, as pessoas que delatavam eram más vistas pelas outras pessoas da organização e reafirmar isso em depoimentos é demonstrar sua lealdade e resistência perante os torturadores.

Em seu depoimento à CEV Derlei, foi perguntada sobre as relações de gênero presentes nas torturas pelas quais passou, se havia alguma diferença entre torturas infringidas a mulheres e a homens. Conforme ela:

[...] eles terem me torturado mais ou menos porque era mulher ou porque era homem, eu acho que eles torturavam todo mundo igual. Recebi choque, recebi choque na vagina, recebi choque no seio, mas não era por perversão sexual que eles faziam, eu acho, porque na época nem na situação, a gente podia detectar alguma coisa³³.

Em setembro de 2015, ao ser perguntada sobre a mesma coisa em uma entrevista que concedeu para mim e minha colega Danielle Dornelles, para a escrita do artigo *Máculas: As marcas da tortura na vida de quatro catarinenses*, publicado na Revista Santa Catarina em História, Derlei diz que:

Não, não existia. E na época ninguém usava esses termos de gênero, ninguém nem pensava nisso, todo mundo apanhava igual, a diferença que eu acho é que

30 Informações disponíveis em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante-a>>. Acesso em 02 maio 2017.

31 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p.3.

32 Ibidem, p. 4.

33 Ibidem, p. 5.



mulher menstrua, né? Mulher menstrua e tu já pode menstruar só com o susto, né? Ela sente o próprio fedor, né? Mulher fica grávida, mulher que tem bebê, sai leite do seio, então a Rose, Rose Nogueira, ela tinha um bebezinho de três meses e na cadeia o leite corria e os caras riam porque a pessoa nua né? Então você imagina a mulher nua, menstruada, na frente de um monte de homem, eles ficam rindo, debochando, né?³⁴.

Ou seja, embora Derlei diga que não percebeu diferenças durante as torturas entre homens e mulheres, enquanto diz que “apanhava todo mundo igual”, em sua entrevista ressaltou as especificidades biológicas do corpo feminino, como os choques nos seios e na vagina, a tortura psicológica devido à menstruação e o aleitamento. Quando mulheres são humilhadas por esses motivos, ‘próprios’ ao funcionamento do corpo feminino, existiu/existe sim uma violência específica às mulheres. Além do mais, uma mulher na década de 1960, ficar completamente nua em meio a uma grande quantidade de homens estranhos, que estão rindo de partes específicas do seu corpo, era/é uma humilhação.

“Em cada depoimento revivemos tudo o que passamos”³⁵ - Marlene de Souza Soccas

Marlene de Souza Soccas nasceu em Laguna, Santa Catarina. Não tinha contato algum com grupos de esquerda até conhecer Paulo Stuart Wright, no final do ano de 1962³⁶. Entretanto, desde criança já se sentia “tocada pelas desigualdades que havia na sociedade”³⁷. Antes de viajar para São Paulo, para fazer uma especialização profissional na área de odontologia, conheceu Paulo Stuart Wright e através dele conheceu e estudou Marx, Mao Tse Tung, entre outros autores que regeram a bibliografia e a teoria da Ação Popular, organização a qual, assim como Derlei Catarina De Luca, Paulo Stuart Wright pertencia.

Em São Paulo, Marlene conheceu de forma mais profunda a AP e articulou-se com outras companheiras e companheiros que já faziam parte desta, mas nunca chegou a entrar de fato, na organização. Marlene foi sequestrada e levada para a OBAN (Operação Bandeirantes) no dia 10 de maio de 1970, estava na Avenida São João, em São Paulo, onde encontraria um

34 DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015, p. 7.

35 SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017. <por e-mail>

36 Marlene não lembra com exatidão o ano que conheceu Paulo, segundo ela, pode ter sido final de 1962 ou início de 1963, a única certeza que tem é que o conheceu antes do golpe.

37 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 1.



companheiro, entretanto outro companheiro que havia sido preso relatou que haveria um encontro:

[...] tortura é uma arma realmente muito eficiente e rápida pra se conseguir as informações, e é por isso que muita gente morre porque eles vem com muita violência pra cima da gente, e eu fui entregue por esse companheiro que depois ele confessou: Marlene eu não resisti, porque, como eu, estava tentando resistir³⁸.

Assim como seu companheiro, Marlene também foi muito torturada:

[...] fui levada pra sala de tortura, e começa as torturas pela famosas palmatórias [...] dava a mão, a outra, aí eles se preocupavam de não quebrar nenhum dedo. Então quando eu dava a minha mão assim, eles diziam estica que é pra não quebrar, passa no cabelo que pra não fazer não sei o que, e eu ia passando.... A palmatória é assim, ela estoura os vasos [...] vai rebentando arteríolas, pequenas veias que a gente tem embaixo da pele, há uma hemorragia, parecia que a gente ficava com luvas roxas até aqui³⁹.

Além desta prática da palmatória Marlene passou por outras práticas comuns na tortura durante esse período, como a cadeira do dragão, o pau de arara e os eletrochoques. Segundo Marlene, é importante relatar que a primeira coisa que os torturadores faziam “era tirar toda roupa para nos quebrar a moral, para baixar, para deixar a gente confuso, desnortado, envergonhado”⁴⁰, ou seja, através deste depoimento é possível observar o quanto que despir alguém, principalmente uma mulher, já desestrutura, uma vez que socialmente a nudez pública, principalmente a feminina é uma forma de desvio de conduta e vergonha.

O objetivo da tortura era fazer com que a pessoa torturada falasse tudo o que sabia e o que os torturadores queriam ouvir, por conta disso estes não poupavam violência. Ao ser sequestrada Marlene estava com um bilhete dentro da bolsa que confirmava um encontro com um companheiro, chamado Marcos Arruda, depois de ser tão torturada a ponto de quase não mais aguentar, Marlene leva os torturadores ao encontro com seu companheiro. No caminho para o encontro pensou em diversas formas de suicidar-se:

Eu comecei a me sentir indigna de lutar, de participar da luta pelo povo brasileiro, contra a ditadura e pelo socialismo por uma revolução socialista. Eu comecei a me sentir incapaz, eu não posso mais, também não podia mais me encontrar com o Paulo. Como é que uma mulher covarde como que tinha

38 Ibidem, p. 3.

39 Idem.

40 Ibidem, p. 4.

sido tão frágil e não tinha sabido morrer até aquele momento, como é que eu poderia continuar na luta, eu me sentia incapaz. Então esse era o sentimento⁴¹.

Através deste trecho, fica visível que, além de toda a tortura física e psicológica praticada pelos torturadores, ela mesma se torturou, chegou até mesmo a denominar esse momento como “a pior tortura que dura até hoje”. São sentimentos de culpa e incapacidade que ela carrega consigo durante todos esses anos que se passaram. Sobre relações de gênero e tortura, Marlene traz o seguinte:

Eu fui presa menstruada. Pensei que tal fato poderia amenizar minha barra. Quando os informei da minha condição, eles exigiram que eu mostrasse meu absorvente manchado de sangue, e tive que levantar a saia, descer a calcinha e mostrar o absorvente. Mas, as torturas começaram e continuaram do mesmo jeito, sem nenhuma consideração por eu ser mulher⁴².

Menstruar é uma especificidade do corpo feminino, sendo assim, quando exigiram que ela mostrasse seu absorvente, já o fizeram na intenção de, além de que ela comprovasse, se sentisse humilhada e seu corpo fosse motivo de escárnio.

Marlene foi presa e transferida para o Presídio Tiradentes; no presídio começou a escrever cartas para denunciar as torturas que sofreu enquanto esteve na OBAN, para que ficasse registrado em algum lugar, já que, durante os julgamentos do Tribunal Militar, como não havia testemunhas, muita coisa poderia ter passado sem ser registrada.

Em todos os seus depoimentos Marlene falou muito em Paulo Stuart Wright, sendo que em muitos momentos ele se torna o protagonista de sua fala, que é graças a Paulo que ela adquiriu uma certa consciência política, já que, segundo ela, antes desse encontro, ela era apenas insatisfeita com as desigualdades sociais, sem nunca ter percebido o lado histórico e político nisso. Em seu depoimento para a Comissão Estadual⁴³, em específico, Marlene não poupou palavras todas as vezes em que falou no nome de Paulo (repetido 39 vezes). Se, de acordo com Portelli “a subjetividade é a maior riqueza da fonte oral”⁴⁴, o que se pode concluir com o depoimento de Marlene é que seu período de militância é totalmente ligado e até mesmo (con)fundido com a sua vivência com Paulo Stuart Wright. Até o momento de encerramento

41 Ibidem, p. 5.

42 SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017.

43 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013, 15 pgs. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

44 PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996.



deste trabalho não consegui ter certeza do tipo de relacionamento que Marlene teve com Paulo, entretanto, não ficam dúvidas quanto à sua grande admiração por ele, inclusive sua autobiografia leva o nome “Meu querido Paulo”⁴⁵.

Segundo Elizabeth Jelín⁴⁶ homens e mulheres têm habilidades diferentes no que condiz à memória: enquanto os homens tendem a ser mais sintéticos em suas narrativas, as mulheres tendem a expressar mais sentimentos, fazem mais referências ao íntimo e às relações pessoais, já que, segundo ela, “o tempo subjetivo das mulheres está ligado aos feitos reprodutivos e aos vínculos afetivos”. Enquanto que nos depoimentos de homens para comissão pouco ou nada se fala sobre os relacionamentos com outras pessoas, a não ser em um fato marcante, no depoimento de Derlei e Marlene fica visível essa “memória afetiva”.

“Isso faz com que as pessoas se unam, se juntem”⁴⁷ - Marize Lippel

Marize Lippel nasceu em Blumenau, Santa Catarina. A história de Marize difere um pouco das de Derlei e de Marlene, já que viveu em um momento político diferente das duas anteriores; ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina para cursar Farmácia e Bioquímica, no ano de 1976, ou seja, nesse período o AI-5 já havia sido revogado e o país vivia em um momento que Ana Maria Colling⁴⁸ chama de reabertura política. Ao entrar na universidade, Marize também adentrou no movimento estudantil, foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, presidente do diretório acadêmico bio-médico e começou a militar no Partido Comunista Brasileiro, o conhecido Partidão, que durante todo o período do regime permaneceu ilegal.

Marize foi presa no ano de 1979, mais especificamente por conta do episódio, que ficou conhecido como Novembrada⁴⁹, que inicialmente foi um ato pensado pelo movimento estudantil, mas que rapidamente a população aderiu. Segundo ela “[...] no primeiro momento

45 SOCCAS, Marlene de Souza. *Meu querido Paulo*. Criciúma: Editora do Autor, 2014.

46 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002, p. 108.

47 LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017, p. 3.

48 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos, 1996, p.23.

49 No dia 30 de novembro de 1979 João Figueiredo, ditador da época, decide fazer uma visita à Capital de Santa Catarina, para inaugurar uma placa, doada pelo mesmo, que homenageava Floriano Peixoto e para anunciar uma possível base energética de carvão, a SIDERSUL. O país estava em crise e o governador de Santa Catarina na época, Jorge Bornhausen não poupou gastos para a grande recepção, estudantes e população uniram-se em um ato contra João Figueiredo e os gastos de sua visita, que toma uma proporção maior que o esperado. Ao homenagear o tirano Floriano Peixoto, Bornhausen fazia também uma exaltação ao regime militar, o nome de Floriano pesa até hoje na história da capital do estado – Florianópolis. Essa manifestação ficou conhecida posteriormente como Novembrada, por ter acontecido no mês de novembro., Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995, p. 15

que as pessoas começaram a buscar os panfletos na nossa mão, eles tinham adesão tão voluntária que eles mesmos pegavam os panfletos e começavam a distribuir”⁵⁰.

Estudantes que participaram do ato foram orientados por advogados para que voltassem às casas de seus pais, já que corriam o risco de prisão; embora o momento político (pós-Lei da Anistia) não fosse propício à prisão, as organizações do movimento estudantil, juntamente com advogados, chegaram à conclusão que deveriam ir para casa de seus pais para se, caso fossem presos, tivessem testemunhas.

Então, em 02/12/79 eu fui presa [enquadrada na Lei de Segurança Nacional] em casa, eram 5h e poucos da manhã quando chegaram na minha casa duas ou três agentes da policial federal, com mandato de prisão pra mim, para que o meu pai assinasse porque na época eu tinha 19 anos. Pra mim ainda é muito difícil, foi um momento muito complicado, até porque a minha mãe tava presente, e o meu pai já tinha sido preso uma vez, então eu sabia exatamente o que era a ocorrência, o que iria ocorrer⁵¹.

Marize recebeu um mandato de prisão e foi encaminhada, em um Fusca, para a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal da Capital. Como em Florianópolis ainda não existiam celas femininas na polícia federal, Marize e outras companheiras foram encaminhadas para o hospital da polícia militar, onde ficaram presas durante quinze dias, sendo que desses quinze, oito ficaram incomunicáveis, inclusive sem contato com advogados.

Embora as torturas físicas não tenham acontecido, durante o tempo que esteve presa, as torturas psicológicas contra Marize não foram poupadas, principalmente pelo fato de o pai ter sido preso e muito torturado fisicamente no ano de 1935, um outro momento em que comunistas foram perseguidos em todo o país. Durante o tempo em que ela ficou detida, esperava e acreditava que as torturas ainda poderiam acontecer, mesmo com a Lei da Anistia já em vigor.

Após saírem da prisão, o governador da época Jorge Konder Bornhausen proibiu expressamente que o grupo, que foi preso por participar do episódio conhecido como Novembrada, fosse admitido em empregos pelo executivo estatal. Estes tiveram até mesmo dificuldades em conseguir empregos nas áreas privadas⁵².

50 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marize Lippel. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 2.

51 Ibidem, p. 3.

52 Ibidem, p. 6.

Em 25 de março de 1980, Marize foi intimada a comparecer na auditoria da 5ª região militar, em Curitiba, para depor no inquérito; ela e algumas companheiras que participaram do ato foram absolvidas no julgamento. Até mesmo por correrem o risco de perderem seus empregos e carreiras, é que Marize ficou, durante muitos anos, vivendo com esse episódio de sua vida em silêncio. Por conta disso, para ela a Comissão Estadual teve uma grande importância, já que foi durante os depoimentos que muitas pessoas exteriorizaram pela primeira vez tudo o que guardaram desde o momento de suas prisões⁵³.

Mesmo que estivessem presas no hospital da polícia militar, ficaram em quartos vigiados o tempo inteiro e só saíam para dar depoimentos, em carros separados para que não houvesse qualquer tipo de comunicação. A porta do quarto estava sempre aberta, assim como a porta onde era o banheiro, e eram vigiadas por homens armados o tempo inteiro, ou seja, mesmo nos momentos mais íntimos, como utilizar o banheiro, eram vigiadas por homens. Segundo Marize os companheiros homens que foram presos junto com ela foram “mais bem tratados”⁵⁴; como ficaram presos na penitenciária, podiam receber visitas e todos os “lados bons” que isto incluía, como receber alimentos diversificados. Além disso, “eles saíam a noite para pescar junto com os carcereiros [...] os carcereiros botavam eles nos carros deles e levavam eles pra ir pescar”. Considerando conforme Joan Scott o gênero enquanto “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e [...] um primeiro modo de dar significado as relações de poder”⁵⁵, ao pensarmos nas relações de gênero que permeiam essas regalias, podemos observar uma certa cumplicidade masculina, já que com certeza se os guardas saíssem com as mulheres que estavam presas dentro de seus carros no meio da noite, não seria com o objetivo de pescar.

Considerações finais

Segundo Elizabeth Jelín⁵⁶ todo o processo de dar voz as pessoas silenciadas faz parte da transformação do sentido do passado. Desta forma, as falas das pessoas que deram seus depoimentos para a Comissão, deveriam provocar alguma mudança social, sendo esta até

53 Ibidem, p. 1.

54 LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017, p. 9-10.

55 SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990, p. 14.

56 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002, p. 112.



mesmo um objetivo da Comissão. Dessa forma, termino esse trabalho com o seguinte questionamento, a Comissão, tanto em âmbito nacional como estadual, conseguiu cumprir seu objetivo inicial? De que forma as pessoas estão utilizando, se é que estão utilizando, toda a riqueza de material que foi produzido pelas Comissões, já que esse é um período que ainda carece e muito de bibliografia?

A Comissão Estadual da Verdade doou toda a documentação levantada durante seu tempo de funcionamento para a Hemeroteca da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde deverá ser digitalizada. O trabalho da Comissão não se deu por encerrado, as mulheres do *Coletivo Memória, Verdade e Justiça* continuam fazendo trabalhos para encontrar desaparecidos políticos e para mudarem os nomes de ruas e lugares que levam nomes de torturadores e ditadores.

Derlei, Marize e Marlene continuam participando ativamente em movimentos sociais e em movimentos pró-direitos humanos e através do *Coletivo Memória, Verdade e Justiça* fazem palestras e dão apoio a movimentos, como as ocupações escolares que ocorreram no país em 2016. Além disso pessoas do país inteiro entram em contato com elas para encontrar familiares desaparecidos na época da ditadura ou para saberem suas próprias histórias, como é o caso de pessoas que foram adotadas durante os anos do regime ditatorial.

Fontes

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”*. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”*. Depoimento de Marize Lippel. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”*. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

DE LUCA, Derlei Catarina. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 27 abr. 2017.

DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015.

LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017.



POVO na Praça XV pede as Diretas. *O Estado*. Florianópolis, 31/03/1984.

SANTA Catarina terá Comissão Estadual da Verdade. *Notícias do dia*. Florianópolis, 03 mar. 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017.

Referências

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos, 1996.

CUYA, Esteban. *Las Comisiones de la Verdad en América Latina*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html>>. Acesso em 20 fev. 2017.

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002.

MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017 (no prelo).

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996. pp.59-72.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.



WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

Recebido em 19 de julho de 2017.

Aceito para publicação em 19 de fevereiro de 2018.



DOCUMENTOS

Entrevista transcrita de Henrique Wolland, o Alemãozinho do Contestado

Transcrição Rafael José Nogueira¹

1. Quem foi Alemãozinho?

Pouco se sabe, e ainda com imprecisão, sobre a vida de Henrique Wolland, o chamado “Alemãozinho do Contestado”. O que se conhece é que ele nasceu por volta de 1894 e morreu no ano de 1917. Ainda jovem, foi assassinado a golpes de facão e alvejado por arma de fogo, ficando seu corpo desfigurado. Os poucos dados existentes sobre Alemãozinho advêm dos seus depoimentos enquanto esteve preso na cidade de Rio Negro, entre 1915 e 1916, pouco antes do seu assassinato no Paraná. Aliás, o crime a qual estava respondendo foi um dos temas da entrevista que ele concedeu ao jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, em 1915.

Além de revelar sua idade, declarou ser de origem alemã, vindo da cidade de Westphalen-Alemanha. Sobre sua família, declarou que o pai, também alemão, chamava-se Francisco Wolland. No entanto, em seu atestado de óbito, consta que o pai era brasileiro, contradizendo suas afirmações quando interrogado, uma vez em 1915 e outra em 1916. Outra informação a respeito de seu pai, a partir de uma notícia vinculada no jornal *O Município de Joinville*, em 1919, é a de que ele era lavrador. Sobre a sua mãe a única fonte disponível é o seu atestado de óbito, afirmando que ela era alemã. Por duas oportunidades Alemãozinho disse que vivia como fotógrafo e morador da colônia de Hansa, atual Corupá, Santa Catarina. Há dúvidas se teve filhos ou mesmo e se ele se casou, tão pouco se sabe se teve irmãos. Pesquisas futuras poderão esclarecer as imprecisões da vida de Alemãozinho.

Na entrevista abaixo, realizada em maio de 1915, o personagem Alemãozinho versa sobre sua entrada na Guerra do Contestado (1912-1916). Em um primeiro momento ao lado dos caboclos e, depois, se entregando as forças federais comandadas por Setembrino de Carvalho², ajudando, inclusive, com informações importantes sobre os caboclos. Nessa entrevista ele aproveita o ensejo para apresentar sua versão sobre o assassinato cometido em agosto de 1914, contra José Paulo Schmidt³, em Rio Negro. No momento da entrevista Alemãozinho já se

1 Possui graduação em História pela Univille. Email rjnrafa@hotmail.com

2 Setembrino de Carvalho foi um militar do Exército brasileiro atuando em várias campanhas, entre elas a Campanha do Contestado. Em setembro de 1914, assume o comando de operação militares no conflito. Setembrino ficou de 12 de setembro de 1915 a 9 de março de 1915 como comandante do 11^a RM em Curitiba. Logo depois foi nomeado como comandante da 2^a Circunscrição Militar, em abril de 1915, para pacificar os estados do Paraná e Santa Catarina. Permaneceu até dezembro de 1915 quando os caboclos foram completamente derrotados.

3 Em alguns registros aparece também como José Paulo Schmidt. Teria sido lavrador e militante da causa dos fanáticos.



encontrava preso preventivamente e esperava o seu primeiro julgamento que aconteceria pouco depois, no dia 15 de junho, e do qual seria absolvido (SOUZA, 2016).

Alemãozinho não teve tempo de comemorar o seu alvará de soltura, já que a promotoria recorreu da decisão do júri e embargou o alvará. Desta forma ele esperou até março de 1916, quando foi novamente a julgamento⁴ e, pela segunda vez, absolvido e desta vez sendo solto em definitivo. Contudo, Alemãozinho faleceu alguns meses depois, em janeiro de 1917 (SOUZA, 2016).

Ao final da entrevista o repórter do jornal *O Imparcial* faz algumas perguntas mais específicas sobre o conflito do Contestado. Apesar de Alemãozinho ser lacônico em algumas respostas, ele discorre sobre alguns líderes importantes como Adeodato Ramos e Aleixo Gonçalves do lado caboclo, e, do lado estatal, o Capitão Potyguara e o General Setembrino de Carvalho, mostrando um pouco da dinâmica em relação a estratégia de ambos os lados. Por fim, explana sua visão sobre a questão de limites, focando a sua avaliação na situação dos caboclos.

2. Entrevista

A entrevista encontra-se na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e foi transcrita *in verbis*. Foi necessária a ajuda de Joaquim Ferreira do Amaral⁵ para conseguir a entrevista com Alemãozinho, uma vez que o mesmo aguardava seu julgamento em prisão preventiva. Alemãozinho foi trazido da prisão para a casa do chefe do destacamento policial, para a realização da entrevista. A edição do jornal *O Imparcial* com a publicação tem na página da entrevista a data de 24 de maio de 1915, e no restante das páginas a data 31 de maio de 1915, podendo significar um erro de impressão ou mesmo engano nas datas. De qualquer modo a

4 Quem quiser saber mais sobre o julgamento de Henrique Wolland, consulte o trabalho do historiador Cássio Alexandre de Souza intitulado: Resquícios do Conflito do Contestado (1912-1916): O Julgamento de Henrique Wolland, o Alemãozinho. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) - UFPR, v. 2, p. 55-78, 2016.

5 Joaquim Ferreira Do Amaral e Silva nasceu em 1875, na cidade da Lapa no Paraná. Filho de família tradicional, teve como pai o Coronel Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva e mãe Júlia Moreira do Amaral. Na Escola Politécnica de São Paulo graduou-se como Engenheiro Geógrafo no ano de 1899. Nesse mesmo ano casou e foi morar em Rio Negro. Trabalhou na cidade como Comissário de Terras, até 1919. Joaquim Ferreira do Amaral foi um político atuante como descreve Djalma Forjaz em seu livro Centenário da Colonização Alemã em Rio Negro e Mafra, chegando ao cargo de prefeito: “Em 1905, foi suplente do Juiz Federal e Camarista no quadriênio de 1904 a 1908, ocupando também a Presidência da Câmara. Representou Rio Negro no Congresso do Estado no biênio de 1906 a 1908. Em 1912 foi eleito novamente camarista, tendo substituído o Prefeito local. Foi Vice-Presidente do Estado no quadriênio de 1916 a 1920, tendo sido Prefeito do Rio Negro, neste mesmo quadriênio e administrado o município com desvelado zelo e dedicação. (FORJAZ, 1929, P. 131)”. Com o movimento de 1930, que alçou Getúlio Vargas a presidência no Brasil, Joaquim acabou retornando ao cargo de prefeito ficando de 6 de outubro de 1930 a 5 de dezembro de 1935.

entrevista foi realizada semanas antes do primeiro julgamento de Alemãozinho. Usei o itálico em suas falas ao longo da transcrição.

A Agitação no Contestado

“Alemãozinho”, um dos chefes dos bandoleiros, em Rio Negro, é entrevistado pelo “O Imparcial”.

As suas revelações interessantíssimas

Henrique Volland, muito louro, de olhinhos muito azuis, redondos e espertos, rosto também redondo e corado, completamente imberbe, estatura abaixo da média, aparentando 20 anos de idade, vem falar-nos.

É o Alemãozinho, um dos chefes bandoleiros dos fanáticos e terror que foi das populações de Papanduva, Lucena, Canoinhas e Rio Negro, na agitação da vasta região do Contestado entre Paraná e Santa Catarina.

Devemos a sua presença a bondade do dr. Joaquim Ferreira do Amaral, com quem, nos entendíamos, em Rio Negro.

Trouxeram-nos da cadeia a casa do comandante do destacamento, onde aguardamo-lo.

Diante de nós lhe dizerem quem éramos, esboçou um sorriso, exclamado: “Oh! se soubesse, teria feito outra *toilette*...”

Respondemos-lhe que como estava, roupa de brim, camisa sem colarinho, lenço de seda vermelho ao pescoço, calçado de meias de algodão e chinelos, se mostrava bastante decente.

E imediatamente, pedimos-lhe contasse-nos a sua aventura entre os bandidos que infestam aquelas terras.

É simples, começou: “*Conheço como a palma de minha mão, toda gente em S. Bento, Colônia Vieira, Caçador, Taquarussu, Porto União, Curitibanos, S. Francisco, Lages, Canoinhas e aqui, lugares que vivi, tendo os meus pais em Santa Catarina, fui trabalhando ora como caixeiro, ora como construtor de casas, afinal de medidor de terras. Sou por isso, muito conhecido*”

Alemãozinho tem a pronuncia extravagante, falando, um pouco, igual aos caboclos: veio, ao invés de velho; via, invés de olha; animá, ao invés de animal; sordado, ao invés de solado. Etc.; e o estrada, o virgem, o monarquia, ao invés de a estrada, a virgem, a monarquia... Não obstante a péssima pronuncia, é tagarela como uma criança, dando-nos uma esquisita impressão de puerícia em toda a conversa.

Continuou, pois, na sua meia língua, com abundância de detalhes inúteis, a sua história:



“Abandonando o emprego de caixeiro, arranjei uma pequena máquina fotográfica e com ela andava aqui e ali, de colônia em colônia, de estrada em estrada, indo às cidades tirando retratos. Um [dia]⁶ assim, encontrei-me com o meu [Ilegível]⁷ Julio Culcheski, polaco, padeiro em Papanduva, que me convidou para ir a sua casa assistir a um casamento. Fui e levei a máquina fotográfica, afim de tentar ganhar algum dinheiro, fotografando o pessoal. Julio ai, mostrando-me na parede um retrato que dizia ser do monge José Maria que matou, com sua gente, o coronel João Gualberto, no Irani, levou-me a um canto e me propôs a tiragem da reprodução de dúzias do tal retrato para vendermos; pois afirmava, toda a caboclada compraria, sendo o trabalho um negócio muito lucrativo para nós ambos. Aceitei a proposta; tomei o retrato do monge e vim a Rio Negro, hospedando-me no Hotel Gegegenbauer e ai efetuei a obra fazendo quatro dúzias em cartão imperial, dos grandes, e mais cento e setenta em cartões postais. Prontos, voltei a vende-los, primeiro na colônia Lucena, depois na Moema, onde ficaram com duas dúzias dos retratos do monge. Segui á Papanduva entregando uma dúzia ao referido Julio Culcheski e lá permanecendo dois dias. Durante estes dois dias em Papanduva, aconselharam-me ir á Campina Vieira e a Salgueiro, além de Canoinhas cinco léguas, zona em que viveu o monge José Maria, tendo lá muitos adeptos. Sabendo que tal região se mantinha completamente infestada de fanáticos que deram de praticar horríveis barbaridades como prender e matar, á fome, queimar vivo, cortar aos pedacinhos as vítimas que lhes caíam nas mãos, isto depois de baterem as forças do general Mesquita em Taquarasu, tomando-lhes grande quantidade de armas e munições, não aceitei logo os conselhos. Instado, porém com repetidas promessas de vender bem os retratos, nada me podendo acontecer, refleti sobre as vantagens do negócio e cautelosamente meti-me na empresa. Na região perigosa, dirigi-me á venda (pequena casa comercial) de Firmino dos Santos, homem morigerado, meu antigo conhecido, com quem tive hospedagem. Na manhã seguinte, confiei a Firmino dos Santos o plano de vender os retratos aos fanáticos. Firmino, acolhendo-o com alegria, protestou, quanto á denominação de fanáticos, porquanto não eram, e sim monarquistas, e haviam de ter o imperador que viria protegido pelo rei da Alemanha. Procurei convencer a Firmino que aquilo era impossível, impossível e absurdo. E acabamos a conversa, para não discutir. Momentos, após, apareceu-lhe Otto Egas, que me pôs ao corrente da agitação e da vida dos fanáticos, mostrando as inconveniências de se lidar com eles que eram muito ignorantes e desconfiados, não valendo a pena propor-lhes a compra dos retratos. Então, já

6 Nota do autor: está um pouco ilegível e um pouco apagado, deduzo “dia.”

7 Nota do autor: Está muito apagado e não tem como especular qual seria a palavra.



resolvia a voltar para Papanduva, quando no instante aparece Firmino com uma fita larga, branca, ao chapéu, trazendo outra nas mãos, acompanhado de quatro homens, todos com a mesma fita no chapéu. Aproximando-se, Firmino entregou-me a fita e apresentou-me os homens armados, dizendo: este é dos nossos.

A situação era dos diabos! Exclama Allemãozinho e prossegue na narrativa: “Fiquei com aqueles homens que não me largavam um minuto, o dia inteiro, mostrei-lhes os retratos do monge que viram com curiosidade e desconfiança.

Á noite passaram ao meu lado, palestrando pouco e não pregando os olhos para dormir. Ao amanhecer levantaram-se e fizeram-se levantar. Ao sairmos fora, ai estavam mais doze homens com a tal fita no chapéu e armados de winchester. Estes conduziram-me ao acampamento de Ribeirão Raso, cujo chefe era Joaquim Gonçalves, sobrinho de Aleixo. O acampamento tinha cerca de cento e tantos homens, muitas mulheres, velhos, moças e crianças, caboclada que foi arrebanhada com tudo que possuía, gado, mantimento, galinhas, roupas, e trazida para ali, a viver quase ao relento, uma vida de porcos. Além dos homens, algumas mulheres também sabiam manejar a espingarda e a faca, todos preocupadíssimo com o monge José Maria, com a virgem Maria Rosa e com a monarquia. Á tarde houve uma espécie de reza que terminou por vivas aos santos e ao imperador que teria de vir logo que matassem os soldados de Corte.

Á noitinha, Joaquim Gonçalves mandou-me com doze homens fazer guarda ao caminho que dava para o acampamento. Fiz guarda durante quarenta e oito horas. Ao voltar, indaguei por que não iam ao encontro dos soldados? Responderam-me que não era preciso, que os soldados iriam até lá e então se tornava muito fácil bate-los. Parece-me que a pergunta produziu suspeita, porque, horas passadas, fui transferido para o acampamento geral, que obedecia ao acampamento de Elias Moraes. No acampamento geral residia a virgem Maria Rosa, a santa que tudo sabia porque lhe inspirava o monge José Maria, que depois de morto, só aparecia á Maria Rosa. Esta era uma menina de dez anos, que não sabia ler nem escrever, mas possuía uma vivacidade extraordinária. Pálida, raquitica, olhos pequenos e pardos, cabelo castanho, dizia; com a maior convicção, representação, representar a vontade do monge que só a ela, e mais ninguém, comunicava os seus desejos. Na realidade, acrescentava Alemãozinho, a menina Maria Rosa, que chamavam a virgem era uma embusteira, industriada por Elias Moraes caboclo muito sabido. No acampamento geral foram distribuídos todos os retratos do monge dos quais eu era o possuidor. Poucos dias depois fui escalado para, com um piquete de vinte e cinco homens, percorrer os caminhos de Campinas Vieira e Queimados. Recebi a ordem com grande prazer; pois, afinal, arranjaria um jeito de me safar do meio

daquela gente. Batendo as estradas encontrei-me com o carroceiro Pepe, de Papanduva, meu velho conhecido. A este inteirei do meu intuito de fugir dos fanáticos e procurar as autoridades, ás quais poderia servir de vaqueano. Pepe censurou-me, dando-me a notícia de que havia ordem terminante de me matarem; que eu não facilitasse; que seria morto logo que entrasse em Papanduva; que lá todo mundo me julgava criminoso, autor de muitas mortes, e bandido terrível. Ouvi a Pepe, um tanto suprendido, e fazendo-lhe saber que essas notícias eram invenções de pessoas que andavam a morrer de medo, pedi-lhe para ser portados dum bilhete meu ao comandante do destacamento em Papanduva; nesse bilhete eu solicitei garantias de vida e licença para me entender com o delegado, acrescentando que iria completamente desarmado, podendo ser revistado. Pepe foi. Seria uma hora da tarde. Não voltou até á noite. Não voltou mais. Aos meus homens, para não desconfiarem, expliquei que estava tramando meio de tomar Papanduva aos soldados da polícia. Pepe, não tendo voltado, regresssei ao acampamento, onde permaneci até ser chamado por Maria Rosa, qe me nomeou chefe dum acampamento, que com o pessoal de Joaquim Gonçalves, eu devia armar em Serra Nogueira, preparando-me para, com outros chefes atacar Papanduva, Canoinhas e Rio Negro. Joaquim Gonçalves não concordou em ceder-me o seu pessoal e foi entender-se com Maria Rosa. Fiquei, por isso, apenas com trinta homens, na Serra Nogueira, enquanto Tavares, Ignacio Vieira e Marcello Alves faziam acampamento em Campina Vieira. Feito este grande acampamento, recebia ordem para sair de Serra Nogueira e ir a Campina Vieira incorporar-me aos referidos chefes. Obedeci. De Campina Vieira fui mandado a, com minha gente e Ignacio Vieira também com o seu pessoal, tomar e ocupar Papanduva. Nas proximidades de Papanduva, enviei um proprio avisar á população que ia entrar na localidade com os meus quinhentos homens. A este aviso, as forças lá estacionadas fugiram.

Em verdade, confessa o Alemãozinho, “Nós éramos duzentos; mas, para evitar combate e derramamento de sangue, fiz um aviso mentiroso que surtiu bom resultado. De Papanduva marchei com vinte homens sobre a Lucena. Em caminho encontrei Tavares, que cercava a propriedade do velho Furtado, a quem desejava prender. Tavares é inimigo pessoal de Furtado e pretendia exercer alguma vingança. Furtado havia fugido e deixado a família em casa. Quando cheguei, Tavares estava intimando, sob pena de morte de todas as pessoas da família e incêndio da casa, a lhe denunciar o esconderijo do velho. Intervim, garantido a Tavares que Furtado estava oculto em Rio Negro e que não seria possível a família dar-lhe informações certas. Tavares desistiu da perseguição e viemos, ele e eu, á Lucena, onde não encontramos nenhum soldado. Tavares não quis ficar e retirou-se logo, horas depois, com a sua gente. Sós com os meus homens, sabendo Aleixo acampado em Arroio Fundo com trezentos



combatentes, lembrei-me aplicar o mesmo processo de mentira com que afugentei as forças do governo em Papanduva, para obriga-lo a afastar-se. Deste modo, escrevi a Aleixo, dizendo-lhe que em Lucena existiam mil e quinhentos soldados e que eu ia deixar Papanduva, retirando-me, devendo ele se acautelar, e se pudesse, retirar quantos antes. De fato, deixando alguns homens na localidade, sai de Papanduva e seguia a Rio Negro. Chegando nesta cidade, fiz o comandante do destacamento da polícia saber que eu desejava me entregar e pedia garantias de vida; Feito isso fiquei esperando a resposta lá no alto, fora da população. Soube mais tarde que a minha presença alarmou aos habitantes da cidade, havendo muitas famílias fugido às pressas para Curitiba. O comandante da policia não me respondeu coisa alguma. Diante do seu silêncio deixei os meus homens, que eram cinco, e, sozinho, vim para entrar na cidade e falar com as autoridades. Na ponte, porém, dois populares avisaram-me de que seria recebido a bala e a aconselharam-me a voltar. Pensei um pouco e tornei o passo atrás. Á noite conversava em casa dum amigo, quando escuto ruído fora. Vou verificar e encontro Paulo Schmidt, um carroceiro dado á embriaguez, aqui de Rio Negro, acompanhado de um grupo de homens. Ao defrontarmo-mos, Paulo Schmidt dispara o seu revolver contra mim, uma vez errando o alvo. Defendendo-me, fiz a mesma coisa, tomando-o morto, com um tiro do meu revólver. Os companheiros de Paulo fugiram espavoridos. Em seguida retornei a Papanduva, a Lucena e a Campina Vieira, onde passei dois meses, findos os quais, lendo uma proclamação do general Setembrino, prometendo garantias de vida a todos que depuzessem as armas e se entregassem, fui a Canoinhas, depus as armas e me entreguei ao coronel Onofre.

Em poder deste militar, auxiliei na organização do mapa dos redutos e consegui que depuzessem as armas e se entregassem, cerca de oitocentos homens. Levaram-me, após, á presença do general Setembrino, a quem narrei ter matado um homem em Rio Negro. O general Setembrino perdoou-me do crime, que disse ser militar, e, por consequência, estar na sua alçada o perdão, dando-me ainda duzentos mil réis em dinheiro, para as minhas despesas, porque eu lhe confessei a minha absoluta falta de recursos. Já conhecido e amigo das forças do Exército, fiquei com elas. Um dia fui convidado pelo tenente Fabricio, do 56º [Batalhão] de caçadores, para servir de vaqueano até a Serra Nogueira. Fui. De lá parti sozinho para Canoinhas para tomar o trem e vir a Rio Negro, certo como estava de minha segurança e ainda garantido por um salvo-conduto que me deu o general Setembrino. Em caminho fui alvejado pela gente de José Ruivo, um vaqueano que é meio chefe político em a zona. Os tiros não acertaram e o pessoal fugiu da emboscada em que estava. De Canoinhas embarquei para o Rio Negro, que é aqui, onde, na estação, me prenderam e me conduziram á cadeira em que me acho encarregado”



- Agora, dissemos-lhe, que já nos historiaste os teus episódios, vais responder-nos algumas perguntas.

- *Pois não, satisfaz-nos o “Allemãozinho”.*

- Qual o chefe de maior prestígio entre os fanáticos?

- *É o Joaquim Deodato, fazendeiro, instruído, que operou na passagem do Caçador, derrotando a coluna do coronel Estillac, da primeira avançada; traçou o plano de retirada do reduto Santa Maria, tomado pelo capitão Potyguara, depois de um resistência vantajosa.*

- Mas já não estavas preso ao sobreviverm estes acontecimentos?

- *Estava, porém, sei como se passaram.*

- Joaquim Deodato estará vivo ou morto?

- *Não sei.*

Por que foi vantajosa a resistência do reduto Santa Maria?

- *Porque o Joaquim Deodato, quando as forças se aproximaram, incendiou as casas, tirou a sua gente e, contornando o terreno, atacou os soldados, que ficaram entre as labaredas do fogo perfeitamente visíveis, a descoberto, e as balas dos fanáticos que tendo se retirado do reduto, foram, por trás, do escuro do mato, dizima-los.*

- Então o capitão Potyguara....

- *É o mais valente de todos os comandantes. As forças permaneceram sempre estacionadas em Canoinhas e Porto da União, sem agir, parecendo receiosas, longo tempo. Chegando o capitão Potyguara, tudo mudou. Todos os dias ele, á frente de uma pequena coluna, foi lutando, na ofensiva, contra os fanáticos, batendo-se aqui, batendo-se ali, como quem alarga um círculo, até que os seus colegas começaram a batalhar, a entrar francamente em fogo. Depois deste penoso trabalho do capitão Potyguara as colunas dos coronéis Onofre e Julio César iniciaram-se na peleja positiva, sendo a confiada ao capitão Potyguara e ao coronel Lage, da polícia do Paraná, mais audaciosas e deste temida. A do coronel Julio César a bem dizer, não combateu, confiando sempre na coragem e na astúcia dos vaqueanos. A ele, contudo, deve-se o trabalho da rendição de dois ou três redutos, sem que houvesse peleja séria. A única vez que entrou em linha de combate; que entraria em linha de combate foi quando ia agir combinada com a de Potyguara e Lage contra o reduto de Santa Maria. Para isso a coluna partiu com dois dias de dianteira sobre a outra. Mas o coronel Julio César, ao se aproximar, no seu último dia de marcha, tomando informações com a mulher de um tal Schmidt, farmacêutico, desviou-se do rumo e deixou que a outra coluna avançasse e combatesse primeiro sozinha.*

- E o general Setembrino?



- *Ele é muito previdente; as forças andaram tão bem vestidas e alimentadas que até os soldados tomavam chá, leite condensado, bolacha e biscoitos, á noite; usando palitos depois das fartas, quase opiparas refeições do dia.*

- E nos combates?

- *Isso, não: ele nunca saiu de Porto União; nunca foi a qualquer ponto onde se tivesse dado ou se estivesse preparando um combate.*

- E a causa dessa agitação, qual é?

- *É a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.*

- Só? E qual dos dois tem razão?

- *Não sei. Acho que só. O caboclo, que tem os seus pagos por ai, quer saber a que autoridade deve prestar obediência e quem lhe dá leis; vem um e diz que é o Paraná; vem outro e diz que é Santa Catarina; e ele vai se atrapalhando e se irritando, uma vez sem poder prestar atenção a dois governos a um tempo; outra, não podendo se recorrer a nenhum governo, porque tanto um como outro não o acolhe, não o protege.*

Dai, a habilidade do Tavares em desenvolver a propaganda monarquica prometendo um imperador amigo da Alemanha, no que se mostra mais hábil ainda, porquanto a grande parte dessa gente descende de alemães e polacos, e, quando não é de sangue germânico, está presa á gaveta de comerciantes alemães de Joinville, S. Bento e São Francisco, cidades catarinenses, inteiramente germanizada. E o Tavares tem bons auxiliares nesse trabalho levantando facilmente muitos homens em armas.

- E o Aleixo?

- *Esse fala em milagres: recorda a santidade do monge José Maria, que se sacrificou pela prosperidade e bem estar da caboclada e concita a vingança. Aleixo é também curandeiro, o que lhe faculta certo prestígio pessoal entre o povo do sertão.*

- E os outros?

- *Cada um apresenta-se com o seu pretexto para iludir aos simples habitantes destas regiões, que á falta de polícia, se foram consistindo em velha-couto de aventureiros e criminosos vindos dos Estados vizinhos, principalmente Paraná e Santa Catarina.*

- Para onde foram o Tavares e o Aleixo?

- *Não sei. Escaparam á ação do Exército. Andam por ai...*

Aqui, fechamos a entrevista com o curioso personagem da revolução no Contestado, registrando, exclusivamente, as suas palavras, sem uma frase de comentário.



Induziram-nos a esta viagem a Rio Negro as festas que em Curitiba se realizaram a chegada do general Setembrino, homenagem – segundo as epígrafes berrantes das folhas curitibanas – homenagem ao heroico pacificador do Contestado.

Pisando o solo daquela cidade que Santa Catarina quer partir pelo meio, dando uma parte ao Paraná, a primeira notícia que tivemos, de pessoas fidedignas vindas da zona adiante, afirmava que os fanáticos impediam a ida de Canoinhas a Serra dos Vieiras.

Ouvindo-a, ficamos a pensar nos paradoxos da existência moderna em que as decepções consagram celebridades e, vagamente, passou-nos pela imaginação a figura marcial e hilariante de Dom Quixote de la Mancha....

Referências

FORJAZ, Djalma. Centenário da Colonização Alemã em Rio Negro e Mafra (1829-1929). São Paulo: Empreza Editora Olivero, 1929.

SOUZA, Cassio. Alexandre. Resquícios do Conflito do Contestado (1912-1916): O Julgamento de Henrique Wolland, o Alemãozinho. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) – UFPR, v. 2, p. 55-78, 2016.

Fontes

O IMPARCIAL - Diário Ilustrado do Rio de Janeiro. A Agitação no Contestado “Alemãozinho”, um dos chefes dos bandoleiros, em Rio Negro, é entrevistado pelo “O Imparcial”: As suas revelações interessantíssimas. Rio de Janeiro. Data: 24 ou 31 de Maio de 1915. Ano: IV. Número: 880. Página 4. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_01&PagFis=10850&Pesq=Henrique%20Volland. Acesso em: 11 jan. 2018.

Recebido em 12 de janeiro de 2018.

Aceito para publicação em 05 de fevereiro de 2018.



IN MEMORIAM

Derlei Catarina de Luca: “Poderia ter uma vida simples, como professora, mas não era esse o meu destino...”Samira Peruchi Moretto¹

Quando oficialmente me convidaram para escrever sobre a professora Derlei Catarina de Luca, eu ainda estava muito abalada com a notícia de seu falecimento, mas sem titubear, aceitei o convite de prontidão. Assim que comecei a cunhar o presente relato, me questionei se teria capacidade de transpor em palavras a magnitude dessa mulher, que militou bravamente durante o período da ditadura civil-militar, que incessantemente buscou justiça após a redemocratização, em suma, ofereceu a sua vida a uma causa. Desta forma, o presente texto se limita a um simples relato de uma ex-aluna, que seguiu sua carreira acadêmica influenciada pela aquela professora do terceiro ano do Ensino Médio, que relatava a história de forma apaixonada e instigante.

Estudei durante toda a minha formação escolar num colégio católico em Criciúma, sul do estado de Santa Catarina. A escola apresentava normas rígidas e por mim, naquele período, nada era passível a questionamentos ou transgressão. Assim foi grande parte da minha formação, vivia numa caixinha, onde muito era imposto e quase nada questionado. Quando estava entrando no Ensino Médio, já tinha em mente o que eu gostaria de exercer enquanto profissão, queria lecionar, ser professora. Eu estava em dúvida apenas em qual seria a área que eu deveria seguir: História ou Biologia. Gostava muito de Biologia, tinha interesse por questões relacionadas à genética humana, que noticiava novas descobertas no final do século XX. Porém eu tinha receio quanto a estudar as ciências biológicas, por ter grande aversão ao Reino Vegetal, achava enfadonho. Bom, relato essa particularidade por um fator bastante curioso e talvez até irônico, escolhi estudar História, Derlei não me deixou dúvidas. Todavia, não consegui fugir do Reino Vegetal, me embrenhei por ele, não apenas em figura de linguagem, pois escolhi estudar História Ambiental e dediquei grande parte dos meus estudos à pesquisa sobre as relações dos seres humanos com as florestas do Sul do Brasil. Talvez até mesmo essa minha escolha tenha ligação com os ensinamentos de Derlei, que nos mostrou durante as nossas aulas, que até mesmo a degradação do Rio Criciúma fazia parte da História do nosso município.

1 Doutora em História. Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFSF – Campus Chapecó. Diretora da ANPUH – Seção Santa Catarina (2016 a 2018). E-mail: samira.moretto@uffs.edu.br



Gostaria de deixar registrado o nosso primeiro dia de aula de História no terceiro ano, por conta de uma particularidade. Noticiaram aos alunos sobre uma nova professora, nos apresentada previamente como uma excelente profissional, que havia sofrido “tortura durante o período do regime militar”. Até hoje me questiono se essa curta e contundente apresentação era para nos despertar curiosidade ou era algo que realmente estava intrínseco quando vinha à tona o nome da professora Derlei?

Eu havia tido outras professoras de história no Ensino Fundamental e Médio, das quais não posso levantar queixas, mas também não posso deixar de dar os méritos à Derlei, que foi além do livro didático e nos mostrou que havia muito mais que considerávamos História. Ela fazia conexões com o nosso cotidiano e trazia explicações que pareciam tão óbvias, mas que eu nunca havia notado antes de suas interpelações. Foi ela que me apresentou a história local, e apontou como era importante entender a formação da sociedade para entender a história. Foi durante as suas aulas que soube o que era uma fonte histórica. Derlei, de forma simples e didática nos mostrou a importância dos jornais para entendermos as mentalidades e os anseios de uma sociedade, num determinado período. Ela nos relatou como as entrevistas eram capazes de apresentar minúcias do cotidiano ou transpor informações não registradas anteriormente em outros documentos. Nos cativou e exerceu seu papel de forma sublime.

Mesmo quando estava em sala de aula como “uma simples professora”, Derlei se destacava e assumia a postura de professora educadora. Mostrando que a simplicidade desta profissão se ofusca quando o professor a exerce com louvor, assim era feito por Derlei. No decorrer da minha formação, cada vez mais fui valorizando os ensinamentos dela e suas aulas de História. Vislumbrei nela, o perfil de uma professora comprometida, que estimulava a crítica e acreditava que o aluno é agente ativo e capaz. Essa postura de professora, que lamentavelmente é atualmente combatida por movimentos ilegítimos, que pretendem manter as caixinhas fechadas, desestimulando, repreendendo os professores e retirando a liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional.

Mesmo antes da professora Derlei publicar a obra *No corpo e na alma*², descrita por ela como uma catarse, tive a oportunidade de ouvir muitos de seus relatos. Eram envolventes suas aulas, especialmente, quando retratava o século XX e o período republicano no Brasil. Eu buscava no final da classe, já nos corredores, saber um pouco mais de sua luta e atuação no período da ditadura civil-militar. Uma certa vez, ela contou sobre sua estadia no Chile e o exílio em Cuba. Como ela precisou se desprender de estigmas e preconceitos, para viver em meio a

2 DE LUCA, Derlei. *No Corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.



uma sociedade tão distinta. Na minha ingenuidade pueril, mesmo sabendo da sua militância, ela se destacava por ser uma excelente professora, e era este fato que a fazia tão especial.

Os anos passaram, terminei minha graduação, o mestrado e doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2014, estava trabalhando como professora substituída no Departamento de História, na mesma instituição e era secretária da Associação Nacional de História (ANPUH) - Seção SC. Organizamos o XV Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, por conta da data e escolhemos como título e tema do evento: “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Buscamos reunir pesquisadores, estudantes e interessados, para discutir diferentes perspectivas e enfoques, passados cinquenta anos da instalação do regime militar no Brasil.

Quando ainda estávamos nos preparativos, levantando os possíveis nomes de convidados para comporem as mesas redondas, vários de nós lembramos da professora Derlei. Ela aceitou nosso convite e fez parte de uma mesa: *Comissão da Verdade e outros processos de memória*, que aconteceu no dia 14 de agosto de 2014. Havíamos trocado alguns e-mails previamente, mas no dia, fiz questão de recebê-la e rememorar-la quem eu era. Foi para mim um grande acalento diante do momento da notícia de sua morte, saber que eu tive a oportunidade de dizer a ela o quanto sua motivação foi determinante para minha escolha profissional e que ela era, sem dúvida, uma referência para minha vida. No nosso último encontro, pude dizer também que tinha muito orgulho de ter sido sua aluna. Naquele dia posamos para um retrato, que guardo com apreço, ganhei um forte abraço e uma carinhosa dedicatória na contracapa do livro de sua autoria.

Fruto daquele evento e da mesa redonda, foi publicado um texto na *Fronteiras: Revista Catarinense de História*³, relatando os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina. A comissão, criada por decreto governamental em março de 2013, tem como objetivo de efetivar o direito à memória, se propõe a examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política, ocorridas entre 1946 e 1988. O texto escrito por Derlei, intitulado *A Busca da Verdade*, historiciza os trabalhos da Comissão, aponta alguns dos resultados, publiciza nomes de pessoas que estiveram sob a mira do aparato repressivo, informa as formas de resistências; elenca assassinatos, torturas. O relato foi concluído com sentenças incisivas: “Para que nunca se esqueça. Para que nunca mais aconteça”, o que resumia não somente o texto, mas o desejo de Derlei.

3 FAVERI, M. (Org.); MORETTO, S. P. (Org.); SILVA, J. G. (Org.). *FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História - Dossiê - 1964-2014: memórias, testemunho e Estado*. 24. ed. Florianópolis: ANPUH-SC, 2014. v. 01.



Derlei Catarina de Luca: “Poderia ter uma vida simples, como professora, mas não era esse o meu destino...” -
Samira Peruchi Moretto

Iniciei e encerro este texto com o seguinte trecho escrito por ela: “Poderia ter uma vida simples, como professora (...) acho que faria tudo de novo”, frase proferida em julho de 2017, para o *Jornal Notícias do Dia*⁴. Essa frase, irrigada de tantos significados, mostrou que mesmo com sofrimento, ausências e dor, marcados no corpo e na alma, Derlei não esboçava traços de arrependimentos, lutou. A mesma frase despertou uma inquietude pessoal, que me fez refletir diante do cenário político que estamos vivendo. Será que quantos de nós preferirão uma vida simples, se acomodar, cruzar os braços, enquanto a luta contra as injustiças e a necessidade de transformação nos chama?

Referências

DE LUCA, Derlei. *No Corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

FAVERI, M. (Org.); MORETTO, S. P. (Org.); SILVA, J. G. (Org.). *FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História - Dossiê - 1964-2014: memórias, testemunho e Estado*. 24. ed. Florianópolis: ANPUH-SC, 2014. v. 01.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. Projeto revela novos detalhes da ditadura, como prisão e morte de Paulo Stuart Wright. *Notícias do Dia*. Florianópolis, 15 de julho de 2017. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/especiais/projeto-revela-novos-detalhes-da-ditadura-como-prisao-e-morte-de-paulo-stuart-wright> Acesso novembro de 2017.

Recebido em 19 de fevereiro de 2018.

Aceito para publicação em 20 de fevereiro de 2018.

4 SCHMITZ, Paulo Clóvis. Projeto revela novos detalhes da ditadura, como prisão e morte de Paulo Stuart Wright. *Notícias do Dia*. Florianópolis, 15 de julho de 2017. Acesso novembro de 2017. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/especiais/projeto-revela-novos-detalhes-da-ditadura-como-prisao-e-morte-de-paulo-stuart-wright>





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA
ISSN 1984-3968